



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

KÁCIA VIEIRA MARTINS SILVA

**EMPREENDEDORISMO CULTURAL E A COMUNIDADE QUILOMBOLA: UM
ESTUDO NO TERRITÓRIO MUSSUCA EM SERGIPE**

**SÃO CRISTÓVÃO, SE
2026**

KÁCIA VIEIRA MARTINS SILVA

**EMPREENDEDORISMO CULTURAL E A COMUNIDADE QUILOMBOLA: UM
ESTUDO NO TERRITÓRIO MUSSUCA EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de mestre em Administração.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gracyanne Freire de Araujo

Linha de Pesquisa: Sociedade, Organizações e Empreendedorismo.

**SÃO CRISTÓVÃO, SE
2026**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Ata de Defesa de Dissertação

Mestranda: KÁCIA VIEIRA MARTINS SILVA

Título da dissertação: EMPREENDEDORISMO CULTURAL E A COMUNIDADE QUILOMBOLA: UM ESTUDO NO TERRITÓRIO MUSSUCA EM SERGIPE

Data e horário da defesa: 07/07/2026 às 10h.

Examinadores

- Prof^ª. Dr^ª. Gracyanne Freire de Araujo (Presidente - Orientadora)
- Prof^ª. Dr^ª. Glessia Silva de Lima (Examinadora Interna)
- Prof. Dr. Denio Santos Azevedo (Examinador Externo ao Programa)

Parecer: Depois de avaliarmos a dissertação e realizados os ritos acadêmicos da defesa, em que a candidata apresentou em sessão pública seu trabalho de pesquisa e respondeu aos nossos questionamentos, atribuímos, em sessão privada, o seguinte conceito:

 X Aprovada
 Reprovada

São Cristóvão, 07 de julho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 GRACYANNE FREIRE DE ARAUJO
Data: 07/07/2026 12:15:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Gracyanne Freire de Araujo
(Presidente - Orientadora)
Participação à distância por videoconferência

Documento assinado digitalmente
 GLESSIA SILVA DE LIMA
Data: 07/07/2026 18:44:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Glessia Silva de Lima
(Examinadora Interna)
Participação à distância por videoconferência

Documento assinado digitalmente
 DENIO SANTOS AZEVEDO
Data: 07/07/2026 16:15:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Denio Santos Azevedo
(Examinador Externo ao Programa)
Participação à distância por videoconferência

Documento assinado digitalmente
 KÁCIA VIEIRA MARTINS SILVA
Data: 08/07/2026 17:53:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Kácia Vieira Martins Silva
(Discente)
Participação à distância por videoconferência

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586e Silva, Kácia Vieira Martins
Empreendedorismo cultural e a comunidade quilombola : um estudo no território Mussuca em Sergipe / Kácia Vieira Martins Silva ; orientadora Gracyanne Freire de Araujo. – São Cristóvão, SE, 2026.
106 f. : il.

Dissertação (mestrado Administração) – Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Administração. 2. Empreendedorismo – Laranjeiras (SE). 3. Quilombolas – Povoado Mussuca (SE). 4. Cultura. I. Araujo, Gracyanne Freire de, orient. II. Título.

CDU 658:005.342(813.7)

Aos meus queridos avós maternos, Laura Vieira Martins e João José Martins (*in memoriam*), e aos meus avós paternos, Jaci de Oliveira Silva e Antônio Alves da Silva (*in memoriam*), pela inestimável contribuição afetiva, cultural e espiritual que orientou minha trajetória. Foi no convívio com vocês que aprendi os fundamentos da comunhão familiar, nos simples gestos de nos reunirmos ao redor da mesa ou no chão da casa de taipa. O fogão a lenha, a casa de farinha, as roças, o cuidado com a terra e com os animais são algumas experiências vividas ao lado de vocês que transcendem o tempo e reverberam nesta pesquisa. Tudo o que hoje construo carrega as marcas desse legado, que permanece vivo em minha memória, em meus valores e em cada caminho que escolho seguir.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de escrever uma dissertação é árduo e, por vezes, desafiador. Porém, o caminho até aqui foi trilhado junto a pessoas especiais, cuja colaboração foi essencial para que eu tivesse sucesso nessa empreitada, merecendo, então, os meus agradecimentos.

A Deus Todo-Poderoso, a minha gratidão suprema, pela força, saúde e sabedoria concedidas ao longo desta jornada. À Virgem Maria Nossa Senhora de Lourdes, por sempre me amparar em seus braços e oferecer-me seu colo de Mãe.

Aos meus pais, Edileuza Vieira Martins Silva e Eugênio de Oliveira Silva (*in memoriam*), por serem meu porto seguro e por me ensinarem, desde cedo, o valor do estudo, do trabalho, da honestidade e do respeito a todos, independentemente de raça ou gênero.

Às minhas irmãs, Klíssia, Jéssica, Kércia e Ana Cristina, pelo apoio, compreensão e carinho.

Aos meus sobrinhos, Laura e José, que, de algum modo, que ainda não consigo compreender deram-me ânimo para prosseguir quando hesitei.

Ao meu esposo, Clenilson, meu amor, por toda parceria, compreensão e paciência demonstrada ao longo dessa trajetória.

Aos meus amigos e colegas do PROPADM/UFS, com quem compartilhei momentos de alegrias e angústia. Em especial, a Maria Vitória, Vagner Freitas, Phellipe Ramon (o Quarteto Fantástico), Anderson Santos, Rodrigo Paim, Paulo Diego.

Aos empreendedores e líderes comunitários da Comunidade Quilombola Mussuca, que tanto contribuíram para a realização desta pesquisa, especialmente a Alexandre Marques, pela parceria e disponibilidade.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Gracyanne Freire de Araujo, que me acolheu desde a graduação com carinho, compreensão e generosidade. Sou eternamente grata por suas orientações, gentileza, elogios, broncas, persistência e paciência.

À banca examinadora, Prof^a Dr^a Glessia Silva de Lima e Prof Dr Denio Santos Azevedo, por aceitarem o convite e contribuírem para o aprimoramento deste trabalho.

À secretária do PRODAM/UFS, Cristiane Sampaio, nossa querida, Cris, por todo apoio, carinho, descontração e conselhos compartilhados ao longo dessa caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

E, por fim, agradeço à pessoa que fui ontem e àquela que sou hoje, pois ambas fazem parte da mesma trajetória de aprendizados, desafios, erros, recomeços e conquistas. Ao meu eu do passado, por não desistir diante das dificuldades; ao meu eu do presente, por reconhecer a força construída ao longo do caminho e continuar acreditando nos sonhos que deram sentido a esta jornada. Como nos ensina *O Pequeno Príncipe*, do livro *O Pequeno Príncipe*, “foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante”. Assim, cada esforço, cada renúncia e cada instante dedicado a este propósito contribuíram para tornar esta conquista verdadeiramente significativa.

RESUMO

As pesquisas sobre Empreendedorismo Cultural (EC) vêm sendo valorizadas por possuírem um caminho que diferencia do empreendedorismo tradicional, principalmente no que diz respeito a valorização e preservação cultural; produção de valor simbólico; impacto social e comunitário; e sustentabilidade. No campo do empreendedorismo cultural a cultura atua como motor econômico e social, possibilitando a criação de oportunidades para estimular o crescimento de territórios e de seus habitantes. O território, então, é compreendido não apenas como espaço físico, mas como ambiente dinâmico de relações sociais, históricas e simbólicas, marcadas pela articulação de estratégia de crescimento que estruturam laços de pertencimento e solidariedade. As tradições quilombolas se insere nesse ambiente devido a sua resistência cultural dentro dos territórios, a partir das diversas manifestações culturais que são representadas por meio da linguagem, religião, uso de ervas medicinais, danças, culinária, artesanato, entre outros. Assim, esta dissertação tem como objetivo analisar como as atividades empreendedoras no território da comunidade quilombola Mussuca se alinham ao empreendedorismo cultural. A pesquisa destaca a relevância do EC para a valorização cultural, o desenvolvimento sustentável e a autonomia das comunidades quilombolas. Esta dissertação aborda os conceitos de empreendedorismo cultural, território e a relação entre os dois temas para o desenvolvimento local, que são discutidos no contexto da comunidade quilombola. O percurso metodológico está estruturado em uma pesquisa de natureza qualitativa, por meio da abordagem de estudo de caso. A técnica de coleta de dados será a entrevista semiestruturada e a observação direta não participante e os dados serão analisados por meio da análise da narrativa. Os principais resultados apontam que a comunidade quilombola Mussuca possui um cenário cultural diversificado, em que as práticas culturais realizadas no território quilombola são transmitidas de geração para geração o que impulsiona o empreendedorismo cultural. No entanto, há uma carência de políticas públicas e o apoio governamental direcionado para atender as demandas da comunidade quanto à educação, geração de renda, emprego e potencializar o turismo de base comunitária. Como contribuição desta dissertação espera-se configurar como um avanço no campo de estudos do Empreendedorismo Cultural na relação com o território no contexto do quilombo e orienta a criação de políticas públicas que impulsionem a Mussuca atendendo as perspectivas das práticas culturais e sustentáveis. Além disso, propõe novos desafios ao conceber uma construção de vivência social relacionada aos estudos da Administração, e do empreendedorismo cultural em particular.

Palavras-chave: Empreendedorismo Cultural; Território; Comunidade Quilombola Mussuca. Laranjeiras/SE.

ABSTRACT

Research on Cultural Entrepreneurship (CE) has been valued for its approach, which differs from traditional entrepreneurship, particularly regarding cultural appreciation and preservation; the production of symbolic value; social and community impact; and sustainability. In the field of cultural entrepreneurship, culture acts as an economic and social engine, enabling the creation of opportunities to stimulate the growth of territories and their inhabitants. The territory, then, is understood not only as a physical space, but as a dynamic environment of social, historical, and symbolic relations, marked by the articulation of growth strategies that structure bonds of belonging and solidarity. Quilombola traditions are part of this environment due to their cultural resistance within the territories, through the diverse cultural manifestations represented by language, religion, the use of medicinal herbs, dances, cuisine, crafts, among others. Thus, this dissertation aims to analyze how entrepreneurial activities within the territory of the Mussuca Quilombola Community align with cultural entrepreneurship. The research highlights the relevance of CE for cultural appreciation, sustainable development, and the autonomy of quilombola communities. This dissertation addresses the concepts of cultural entrepreneurship, territory, and the relationship between these two themes for local development, discussed within the context of the Quilombola community. The methodological approach is structured as qualitative research using a case study methodology. Data collection techniques will include semi-structured interviews and non-participant direct observation, and the data will be analyzed through narrative analysis. The main results indicate that the Mussuca quilombola community possesses a diverse cultural landscape, where cultural practices carried out within the quilombola territory are transmitted from generation to generation, thus driving cultural entrepreneurship. However, there is a lack of public policies and governmental support directed towards meeting the community's demands regarding education, income generation, employment, and enhancing community-based tourism. This dissertation hopes to contribute to the advancement of studies in Cultural Entrepreneurship in relation to the territory within the quilombo context, and to guide the creation of public policies that promote Mussuca, addressing the perspectives of cultural and sustainable practices. Furthermore, it proposes new challenges by conceiving a construction of social experience related to the studies of Administration, and cultural entrepreneurship in particular.

Keywords: Cultural Entrepreneurship; Territory; Mussuca Quilombola Community. Laranjeiras/SE.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CPISP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
EC	Empreendedorismo Cultural
FCP	Fundação Cultural Palmares
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MiCBr	Mercado das Indústrias Criativas do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PROPADM	Programa de Pós-graduação em Administração
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SiBB	Sistema Brasileiro de Sociobiodiversidade
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFS	Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Protocolo do Estudo de Caso.....	40
Quadro 2 – Categorias analíticas e elementos da observação direta não participante	445
Quadro 3 – Síntese das evidências sobre a perspectiva histórica, social, política e econômica da comunidade Mussuca.....	59
Quadro 4 – Síntese das atividades empreendedoras identificadas na comunidade quilombola Mussuca.....	65
Quadro 5 – Evidências sobre as atividades empreendedoras e o empreendedorismo cultural.....	66
Quadro 6 – Síntese dos desafios e perspectivas para manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais.....	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Síntese do referencial: conexão entre território e empreendedorismo cultural.....	36
Figura 2 – Caracterização da Pesquisa	41
Figura 3 – Desenho metodológico.....	46
Figura 4 – Localização do Povoado Mussuca no município de Laranjeiras/SE.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 EMPREENDEDORISMO CULTURAL: UMA ANÁLISE CONCEITUAL	25
2.2 O TERRITÓRIO: ESPAÇO, CULTURA E APROPRIAÇÃO	28
2.3 EMPREENDEDORISMO CULTURAL E TERRITÓRIO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA PARA ENTENDER A COMUNIDADE QUILOMBOLA.....	30
3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	38
3.1.1 Estudo de Caso.....	39
3.2 TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS	42
3.2.1 Entrevistas semiestruturadas	42
3.2.2 Observação direta não participante	47
3.3 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DE DADOS	49
3.3.1 Análise da Narrativa	49
4 ANÁLISE DOS DADOS	52
4.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA, SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE LARANJEIRAS E DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA	52
4.2 ATIVIDADES EMPREENDEDORAS E O EMPREENDEDORISMO CULTURAL	60
4.3 PERSPECTIVAS E DESAFIOS DE MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS CULTURAIS	67
5 DISCUSSÕES E IMPLICAÇÕES	73
5.1 CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DE ESTUDO SOBRE EMPREENDEDORISMO CULTURAL E TERRITÓRIO NA ADMINISTRAÇÃO	73
5.2 CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDANTES.....	75
5.3 CONTRIBUIÇÕES PARA A UNIVERSIDADE.....	76
5.4 CONTRIBUIÇÕES PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA	78
5.5 CONTRIBUIÇÕES PARA OS FORMULADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	79

6 CONCLUSÕES	82
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	100
ANEXO A – APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA NO CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA	102
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	103

1 INTRODUÇÃO

A produção acadêmica sobre empreendedorismo ainda contempla uma perspectiva fundamentalmente econômica, relacionada à criação de novos negócios e à geração de riqueza (Bashir; Akhtar, 2016; Reis; Zille, 2020). Entretanto, o campo está em constante evolução, e os pesquisadores têm explorado outras dimensões, a exemplo das atividades sociais, culturais e artísticas do empreendedorismo (Davel; Cora, 2016).

Conceitualmente, o empreendedorismo pode ser compreendido como uma atividade relacionada à sociedade e à economia, afinal, grandes empresas nasceram de ideias que ganharam vida e se tornaram não só sustentáveis, como também lucrativas (Araújo; Yamanaka; Mazzei, 2020). Para Dornelas (2021), empreender é a capacidade de uma pessoa inovar em um produto ou serviço específico no mercado, seja a ideia nova ou não.

Os estudos voltados para o empreendedorismo trazem a sociomaterialidade (interconexão entre o social e o material, cujas práticas são inseparáveis e se co-constituem mutuamente) como artefato de organização, tecnologia digital, espaço fluido, espaços de compartilhamento e pesquisas acadêmicas (Ganem; Davel, 2025). As pesquisas voltadas para a definição de sociomaterialidade contribuem para conectar empreendedores entre si, dando a eles a oportunidade de criarem redes, com o intuito de formar parcerias (Sarasvathy *et al.*, 2008). Assim, o empreendedorismo implica no desenvolvimento de um conjunto de atividades desempenhadas, essencialmente, de forma interativa por seus autores, na busca constante pelo sucesso (Filion; Lima, 2010).

No âmbito cultural, o empreendedorismo tem um papel relevante na promoção de oportunidades para a geração de renda na região e o desenvolvimento da população local, principalmente devido às diferenças culturais regionais (Machado, 2013). Desta forma, o Empreendedorismo Cultural (EC) é compreendido por um conjunto de ações individuais, coletivas e comunitárias, de natureza social e econômica, voltadas para a criação, promoção e sustentabilidade de manifestações culturais que representam as crenças, tradições, características e costumes de uma localidade (Marques *et al.*, 2021).

É importante destacar que por meio da cultura surgem novas oportunidades de empreender (Araújo; Barbosa, 2019), tendo em vista que ela promove um papel crucial na criação de oportunidades empreendedoras (Machado, 2013). Neste sentido, Moraes e Lacerda (2021) pontuam que a influência da cultura abrange várias dimensões do desenvolvimento econômico e regional, e que de tal forma pode favorecer o empreendedorismo baseado na arte, artesanato, culinária, entre outras atividades artísticas.

A cultura permite que uma comunidade se desenvolva e se relacione em grupos sociais em diversas áreas, em que cada particularidade do indivíduo, torne-se única e interaja com o ambiente (Rivera; Enríquez; Rivera, 2022). Sendo assim, o empreendedorismo se conecta com a cultura a fim de inovar na criação de atividades artísticas e culturais, em que a cultura de uma comunidade ocupa um lugar de destaque na evolução desse campo de estudo (Elias *et al.*, 2018).

O empreendedorismo cultural busca inovar na criação e implementação de atividades cuja cultura de uma comunidade ocupa um lugar excepcional na evolução desse campo de estudos (Elias *et al.*, 2018). A cultura se faz presente como um mecanismo pelo qual são produzidas inovações em meio a condições de incertezas, devendo ser compreendida como um motor da economia (Hartley; Wen; Li, 2015). Rivera, Enríquez e Rivera (2022) ponderam que ela possibilita o desenvolvimento de uma sociedade em diversas áreas, promovendo a interação entre grupos sociais, tanto individuais quanto coletivos, e seu ambiente.

Essa interação entre os grupos sociais estrutura a identidade de cada território e sua dinâmica social, contribuindo para o crescimento e a evolução da região (Arrak; Kaasa; Varblane, 2020). Neste sentido, a produção de experimentos culturais, com participação proativa da comunidade em atividades ligadas a negócios artesanais, artísticos, turísticos e gastronômicos potencializa seu desenvolvimento social e econômico (Almeida; Guerra; Paiva, 2010).

Diante desse contexto, a não compreensão do empreendedorismo cultural frente ao modelo tradicional acarreta implicações teóricas e práticas relevantes. Quando as análises permanecem limitadas à lógica econômica clássica, focada no crescimento e rentabilidade, corre-se o risco de inviabilizar iniciativas empreendedoras que operam segundo outras racionalidades, como a valorização simbólica, a preservação cultural e a sustentabilidade comunitária (Mosquera-Guerrero *et al.*, 2022; Lima *et al.*, 2023). Tal reducionismo tende a deslegitimar práticas empreendedoras que não se enquadram nos padrões empresariais convencionais, dificultando seu reconhecimento institucional e político, além de limitar a formulação de instrumentos de apoio voltados à economia da cultura e aos empreendimentos de base territorial (Pacheco; Benini, 2024).

Embora o conceito de empreendedorismo seja bastante discutido nas últimas décadas, sua perspectiva no horizonte cultural tem sido explorada recentemente. Tal fato pode ser comprovado pelo aumento de estudos em períodos que permeia os 5 últimos anos, ao passo que em períodos anteriores, poucos são os autores que abordaram tal temática. De acordo com as contribuições do EC fruto de uma revisão sistemática integrativa (Silva *et al.*, 2024) os achados

de estudos científicos demonstram diferentes categorias de análise que evidenciam o aumento da temática nos últimos 5 anos.

Esse panorama se deve ao fato de que parte das pesquisas sobre empreendedorismo ainda se concentra em modelos empresariais tradicionais, orientados pelo lucro e pelo crescimento financeiro (Reis; Zille, 2020). Embora estudos recentes evidenciem a ampliação desse campo para dimensões socioculturais e econômicas (Davel; Cora, 2016; Silva *et al.*, 2024), o empreendedorismo cultural ainda costuma ser tratado como uma atividade complementar e não como uma forma legítima de geração de trabalho e renda, o que limita a compreensão dos empreendimentos que têm como base a cultura, a identidade e o território, contribuindo para sua invisibilidade em políticas públicas e programas de incentivo (Michetti; Burgos, 2016).

Outra lacuna importante está na forma como as comunidades quilombolas costumam ser abordadas nos estudos acadêmicos. Em muitos casos, esses territórios são analisados apenas a partir da pobreza e exclusão social, sem que se investigue sua capacidade de organização, produção cultural e desenvolvimento econômico (Feitosa *et al.*, 2021). Poucos estudos analisam os quilombos como espaços de criação, inovação e empreendedorismo, o que acaba reforçando estereótipos e dificultando o reconhecimento dessas comunidades como protagonistas de seus próprios processos de desenvolvimento (Figueiras *et al.*, 2023).

O patrimônio cultural (Stanojev; Gustafsson, 2021; Velázquez-Salazar; Scalzo; Shanks, 2021), o turismo sustentável e empreendedorismo social (Akbar; Hallack, 2020; Serra-Cantalops; Ramón-Cardona; Vachiano, 2021; Maldonado-Erazo *et al.*, 2022; Li *et al.*, 2022), Cidade Culturais (Milán-García *et al.*, 2019; Cerisola; Panzera, 2021; Del Monte; Moccia; Pennacchio, 2021), empreendedorismo regional (Svarc; Laznjak; Dabic, 2019; Arrak; Kaasa; Varblane, 2020; Dobрева; Ivanov, 2020; Dai, 2021; Wu; Si; Liu, 2022; Stih, 2024), e o desenvolvimento territorial e parcerias público-privadas (Jiang *et al.*, 2019; Colavitti; Usai, 2020; Krott, 2021; Guerreiro *et al.*, 2022; Klochko *et al.*, 2024) constituíram os temas em um estudo que revisou 21 artigos totalizados em uma revisão sistemática integrativa. Esses trabalhos, em conjunto, forneceram uma base teórica para entender as interações entre empreendedorismo cultural e território, destacando como os fatores culturais, as dinâmicas sociais e as estratégias de desenvolvimento territorial ajudam a valorizar identidades locais, a fortalecer comunidades e a incentivar o desenvolvimento econômico e sociocultural.

Decerto, as pesquisas que envolvem empreendedorismo e cultura denominado de Empreendedorismo Cultural é abordado em diversos estudos, dentre os quais o de Neves e

Davel (2022), Afonso, Teixeira e Celestino (2023), Silva *et al.*, (2024), e Lima, Gama e Bernardo (2024), sendo assim, todos constituem publicações atuais.

O panorama dos estudos sobre Empreendedorismo Cultural aponta uma contribuição considerável para o desenvolvimento territorial e auto independência dos grupos, por meio da valorização de territórios culturais, promovendo o fortalecimento dos atores econômicos (Silva *et al.*, 2024). Todo o contexto que envolve o empreendedorismo cultural serve para enriquecer a sociedade, constituindo uma chave para o desenvolvimento de territórios criativos, considerado uma estratégia pautada no fomento da sustentabilidade dos seus hábitos cotidianos que perpassam gerações, e como fonte de independência para indivíduos na economia criativa (Certeau, 2013; Davel; Cora, 2016).

Assim, a economia criativa atua como um elo fundamental na criação de valor ao conectar a inovação com as oportunidades do mercado de empreendedorismo cultural (Bogae Topcu, 2020). Esse elo visa impulsionar o progresso econômico e cultural, trazendo geração de valor e promovendo o desenvolvimento sustentável das economias (Bogae Topcu, 2020). Dessa forma, as indústrias criativas estão ligadas à economia local, uma vez que englobam a criação, a produção e disseminação de bens e serviços culturais por pessoas criativas (Peris-Ortiz; Gomez; López-Sieben, 2019).

No contexto do quilombo, a preservação dos saberes ancestrais dentro do território quilombola está fortemente ligada à cultura alimentar, principalmente no sistema de manejo das sementes “crioulas” ou “locais”, à soberania alimentar, à religiosidade, à garantia da identidade dos territórios e à redução da dependência de insumos comerciais (Mascarenhas; Santos; Mascarenhas, 2024).

Os saberes ancestrais encontram na prática, trocas recíprocas de conhecimento nas organizações dos trabalhos e atividades cotidianas, nas ideias, nos rituais e valores coletivos que representam a vida em comunidade dentro dos territórios (Álvarez, 2017). A preocupação em manter viva as tradições e a memória dos seus ancestrais contribuem para a preservação da história (Cunha; Vasconcelos; Silva, 2019). Esses valores e tradições são transmitidos na vida comunitária de um território e torna-se essencial para o seu desenvolvimento como um todo (Ribeiro; Fonseca, 2025).

Assim, as histórias determinam novos empreendimentos e são construídas com base simbólica e cultural, permitindo assim que empreendedores adquiram capitais e gerem novas riquezas (Davel; Cora, 2016). O processo de criação e busca de ideias inovadoras por indivíduos engajados fortalece o EC, por meio do compartilhamento e distribuição de trabalho criativo (Neves; Davel, 2021). Através desse engajamento, o território assume um papel importante para

o desenvolvimento do EC, visto que exerce uma influência significativa sobre a história e os valores dos empreendedores, fortalecendo suas conexões intergeracionais (Pujol, 2017).

Saraiva (2019) externaliza que as vivências dos grupos criam a heterogeneidade do local, que é transformado pelo estilo de vida de uma comunidade, e constroem os espaços dos territórios. Neste aspecto, tem-se que o território é percebido como um espaço de relações sociais, onde o pertencimento dos atores locais cria laços de solidariedade (Flores, 2006), e é permeado por conhecimentos que fortalecem uma comunidade (Weitzman; Godoi; Lovo, 2024). As alianças construídas pelo parentesco são estabelecidas pelo território por meio de uma corrente de tradições culturais (Andrade, 2020). O território é muito mais do que um espaço delimitado, ele é a cultura viva que é aprendida desde o nascimento (Ribeiro; Fonseca, 2025).

Assim, o conceito de territórios tradicionalmente ocupados pode ser analisado considerando regimes de propriedade vigentes, a história de ocupação coletivamente guardada na memória dos ocupantes, o uso social que se dá ao território e as formas utilizadas para sua defesa (Macêdo, 2020). Nesta conjectura, o território é um forte aliado para o desenvolvimento de novas oportunidades econômicas, ao passo que tem a cultura tradicional como forma de subsistência familiar (Weber; Morgan; Winck, 2016).

As pesquisas que abordam sobre territórios (Anjos, 2006, 2008; Flores, 2021; Favareto; Lotta, 2022; Bresser-Pereira, 2024; Saquet, 2013; Marques, 2019; Saraiva, 2024), trazem conceitos que abrangem diversas áreas do conhecimento, como a antropologia, ciências políticas, economia, geografia, sociologia e administração. Para este estudo, utilizou-se a vertente da Administração, a qual compreende o território como um espaço dinâmico, um lugar afetivo, onde os recursos pertencem a todos, mesmo que ainda sejam de uma forma desigual (Saraiva, 2024). De forma complementar, Clemente (2024) configura-o como um espaço onde ocorrem intercâmbios mútuos complexos entre os indivíduos ali inseridos e o seu ambiente como um todo.

O campo de pesquisa da geografia destaca três elementos em relação ao lugar: (1) a localização; (2) a paisagem; e (3) o envolvimento pessoal, sendo este o mais importante elemento por estabelecer a ligação entre o indivíduo com a comunidade e com seu lugar (Ferreira, 2002).

Os estudos de Saraiva (2024) e Clemente (2024) abordam o território sob a perspectiva da Administração, compreendendo que o território é vislumbrado como além de um espaço físico e geográfico. No entanto, trata-se de um espaço onde ocorrem as interações sociais, econômicas e políticas, perpassando por densas relações de poder e formas de organização social (Macêdo, 2022). Em movimentos sociais e nas comunidades quilombolas, por exemplo,

a decolonização tem buscado redefinir identidades e territórios. Isso envolve a ressignificação de histórias, culturas e práticas ancestrais, como forma de resistir às pressões socioeconômicas e políticas que tentam reafirmar sua autonomia (Machado *et al.*, 2025).

A decolonialidade propõe “aprender a desaprender” os discursos e práticas colonialistas, valorizando os saberes, as culturas e os modos de vida das comunidades tradicionais, incluindo os quilombolas (Silva; Silva, 2023). O reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro, e ações de resistência cultural representam tentativas de decolonizar a narrativa oficial e assegurar os direitos dessas comunidades tradicionais diante da resistência das heranças coloniais (Machado *et al.*, 2025).

Distintamente da *descolonização*, que se refere ao processo político de libertação territorial, a *decolonialidade* visa desconstruir as estruturas de poder, pensamentos e conhecimentos que ainda mantêm a opressão colonial (Dolz; Monferrer-Palmer; Idiazabal, 2025). A colonização histórica e a colonialidade do poder, do saber e do ser ainda influenciam o não reconhecimento e a invisibilização das comunidades quilombolas, reforçando o estigma social que remete à condição de escravizados (Silva; Silva, 2023).

Sendo assim, na visão de Martins e Chagas (2021), o território adota uma compreensão de relação entre a sociedade e seu espaço, entendendo a cidade como território (constituída por múltiplos territórios), o que possibilita a análise das conexões espaciais e sociais para assim, tratá-las como locais de relações sociais e conflitos entre diversos agentes que os constituem.

Nessa conjuntura, as cidades passam a ser verdadeiros territórios, sustentados pelas dinâmicas de poder entre agentes sociais e por meio dos espaços urbanos que são apropriados tanto de forma concreta quanto simbólica pelos agentes (Haesbaert, 2009). Todavia, compreender o território como dimensão interativa do comportamento humano envolve, primeiramente, “conhecer a si mesmo, nas partes e no todo; em segundo, é conhecer o outro” (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014).

Segundo Lima, Gama e Bernardo (2024), os empreendimentos culturais são propícios para um ecossistema de inovação, e favorecem para o equilíbrio econômico e social do território, potencializando recursos culturais existentes, ofertando pertencimento e renda para a comunidade local. Afonso, Teixeira e Celestino (2023) refletem que a iniciativa de empreender se harmoniza com o fortalecimento da comunidade, dando oportunidade para a geração de lucros por meio da comercialização de produtos oriundos da pesca, da agricultura familiar sustentável, do artesanato, incentivo ao turismo nos territórios, para apresentação da sua cultura, e fortalecimento da identidade.

Por meio de ações pautadas pelas acepções do Empreendedorismo cultural como o manejo da terra e a colheita pelo pequeno agricultor (Oliveira *et al.*, 2023) é possível construir um saber ambiental que proporciona aos atores a possibilidade de promover novas economias utilizando técnicas que preservem o meio ambiente, baseado no processo produtivo ecológico que potencializa o comércio e a renda (Brasil *et al.*, 2023).

Ações empreendedora como as Feiras Agroecológicas e Orgânicas organizadas por comunidades quilombolas (Botelho, 2022), por exemplo, são ofertadas para um público que preza por alimentos cada vez mais saudáveis. As técnicas de plantação e colheita dos alimentos orgânicos e agroecológicos produzidos nos territórios das comunidades quilombolas buscam obedecer a critérios de sustentabilidade visando respeitar o meio ambiente (Pacheco; Santos, 2022).

Além da agricultura, tem-se ainda a exploração do turismo constituído em assentamentos rurais em diferentes territórios do Brasil, que se aproxima das reflexões sobre Turismo de Base Comunitária (TBC) (Morais *et al.*, 2025). O TBC tem possibilitado às comunidades a estruturação e desenvolvimento das suas ações voltadas para a promoção da educação, conservação e desenvolvimento local (Coutinho *et al.*, 2019), bem como para a transformação das dinâmicas socioeconômicas, e o fortalecimento do resgate das tradições locais (Lima; Irving; Oliveira, 2022).

Introduzindo os aspectos dos territórios e das comunidades quilombolas (Silva *et al.*, 2024), tem-se que de forma conceitual, os quilombos são territórios de resistência cultural, que manifestam diversas representações culturais por meio da linguagem, religião, uso de ervas medicinais, danças, culinária e artesanato (Feitosa *et al.*, 2021). A ideia de quilombo envolve o reconhecimento de uma herança cultural coletiva, abrangendo múltiplas dimensões simbólicas, históricas e sociais, que integram o patrimônio identitário de uma comunidade (Figueiras *et al.*, 2023).

O eixo central das comunidades tradicionais quilombolas adentra o contexto em que a vivência cotidiana é expressa pelos indivíduos que as compõem (Afonso; Teixeira; Celestino, 2023). O sentimento de pertencimento das comunidades quilombolas ocorre por meio de um processo organizativo, cujas lideranças delimitam suas características pela seleção de símbolos, saberes e práticas, que afirmam seu reconhecimento de identidade construída ao longo da história (Silva *et al.*, 2024).

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) o total da população quilombola estimada em 1.330.186 pessoas. Dessas pessoas, 38,29% vivem em áreas urbanas, enquanto 61,7% vivem em áreas rurais. Nos territórios oficialmente

delimitados, 12,63% moram em situação urbana e 87,37% em situação rural. Em Sergipe, 31,31% da população quilombola reside em situação urbana e em território quilombola, ocupando o maior percentual da Unidade da Federação, seguido de Mato Grosso do Sul com 28,20%, Amapá com 22,25%, Paraíba com 19,36% e Ceará com 17,53%.

Em Sergipe, dos 75 municípios, 26 possuem territórios de comunidades quilombolas (Feitosa *et al.*, 2021). Dentre os quilombos presentes no estado, tem-se a comunidade quilombola Mussuca, em Laranjeiras (IBGE, 2022). Considerada a segunda cidade mais antiga de Sergipe, Laranjeiras é marcada por uma trajetória histórica de lutas das populações negras e indígenas em defesa de seus territórios tradicionais (IPHAN, 2025). O município possui uma área de 162 km², uma população de 23.975 habitantes, sendo 3.316 pessoas quilombolas, 2.535 residem dentro do território quilombola e fora dele 781 pessoas (IBGE, 2022).

Sobre a comunidade Mussuca, é possível considerá-la como símbolo de resistência da população negra e quilombola do Brasil (Santos, 2019). A Mussuca é certificada como comunidade quilombola (Fundação Cultural Palmares, 2025), porém a luta pela titulação do território vem sendo analisada desde 2006, com dimensão de área de 2.759,7267 hectares (CPI-SP, 2025). A legislação brasileira designa que a titulação de um território quilombola deve partir de forma coletiva e em nome da comunidade (Almeida; Nascimento, 2022).

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2025), para a titulação de um território quilombola é necessário um passo a passo que se inicia com a autodefinição quilombola; elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), e sua publicação junto à Superintendência Regional do Incra, que se encerra com a publicação da portaria reconhecendo os territórios quilombolas. Em seguida, é publicado o Decreto de desapropriação e indenização em casos de imóveis privados, e por último, a titulação pelo Presidente do INCRA outorgando a titulação quilombola à comunidade em questão.

Neste patamar, a escolha por pesquisar o EC na comunidade quilombola Mussuca não ocorreu por acaso. A pesquisadora possui forte conexão com a cultura desde a sua infância, quando participava de festivais culturais em sua cidade natal, Nossa Senhora de Lourdes/SE. O desejo de aprofundar-se na temática ocorreu por intermédio de um amigo, residente da Mussuca, que em setembro de 2023 criou o projeto “Cozinha de Vó”, dedicado a culinária ancestral comunitária.

Esse empreendimento gastronômico celebra a herança ancestral quilombola, transmitida através de gerações por meio da preparação de pratos afetivos, adornados com flores e com o objetivo de despertar aromas e sabores que transcendem o tempo. Além disso, a atmosfera do local, caracterizada pelas paredes em barro, panelas artesanais e um fogão à lenha,

proporciona uma experiência que remete à vivência de um povo que resistiu e perseverou ao longo dos anos (Cozinha de Vó, 2024). Essa pesquisa envolve a pesquisadora, pois relembra memórias afetivas vindas da casa de farinha dos seus avós, da moringa de barro, do pilão, das roças e hortas plantadas nas adjacências da casa simples de taipa.

Embora a comunidade quilombola Mussuca seja permeada por traços culturais, a realidade que permeia esses empreendedores é difícil, tendo em vista os empecilhos enfrentados e que dificultam a expansão econômica empreendedora local, tais como a perda de espaços para grandes empreendimentos, preconceito da sociedade, que dificulta a propagação da cultura quilombola; a falta de visibilidade por parte do poder público que na maioria das vezes não proporciona políticas públicas voltadas para a difusão da cultura e facilitação do crédito no mercado financeiro, impedindo a perspectiva de crescimento da mentalidade empreendedora dos povos quilombolas (Marques *et al.*, 2021).

Sendo assim, compreender sobre contextos marginalizados, como as comunidades quilombolas, gera consequências importantes. Quando esses territórios não são analisados a partir de suas próprias realidades, tende-se a enxergá-los apenas como espaços de exclusão social, ignorando sua capacidade de organização, criação e resistência (Haesbaert, 2015). Ao não compreender essas comunidades como espaços produtivos e culturais, perde-se a oportunidade de aprender com suas formas próprias de trabalho, de cooperação e de uso da cultura como fonte de renda. Por outro lado, entendê-los na perspectiva de como o empreendedorismo cultural se desenvolve em quilombos pode oferecer lições valiosas para outros territórios marcados pela pobreza, desigualdade e exclusão social.

Diante desse cenário, faz-se necessário discutir a relação entre o empreendedorismo cultural e o território quilombola como forma estratégica de ampliar os olhares para essas comunidades a fim de avançar nas pesquisas sobre o campo do empreendedorismo cultural. Em razão disso, surge a seguinte questão desta pesquisa: **como as atividades empreendedoras no território da comunidade quilombola Mussuca se alinham ao empreendedorismo cultural?**

Assim, esta dissertação tem como objetivo analisar como as atividades empreendedoras no território da comunidade quilombola Mussuca se alinham ao empreendedorismo cultural. Os objetivos específicos visam aprofundar a análise desse fenômeno cultural, sendo assim, foram delineados três objetivos específicos:

- *Objetivo 1.* Contextualizar a perspectiva histórica, social, política e econômica de Laranjeiras e da comunidade quilombola Mussuca;

- *Objetivo 2.* Descrever as atividades empreendedoras existentes na comunidade quilombola, na perspectiva do empreendedorismo cultural;
- *Objetivo 3.* Compreender as perspectivas e desafios de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais da comunidade quilombola.

A relevância dessa pesquisa permeia da necessidade de avançar no debate sobre o empreendedorismo cultural na comunidade quilombola, considerando que, nos últimos cinco anos os estudos sobre território têm se intensificado, principalmente na conjuntura das relações políticas, econômicas, simbólicas e culturais (Martins; Chagas, 2021). Além disso, o empreendedorismo cultural mobiliza a comunidade, resgata o “saber fazer” identificado nos costumes (Oliveira; Alves, 2021), fomenta a economia local (Stanojev; Gustafsson, 2021; Velázquez-Salazar; Scalzo; Shanks, 2021), tornando a comunidade autossuficiente de recursos financeiros, valoriza os territórios (Araujo; Barbosa, 2019), e desenvolve a indústria do turismo (Li *et al.*, 2022), fatores esses preponderantes para justificar a escolha da temática nesta pesquisa.

Neste intento, Neves e Davel (2021) pontuam que as pesquisas sobre empreendedorismo têm se conectado com territórios, buscando compreender como eles se desenvolvem e se tornam locais de desenvolvimento econômico e industrial, centros de inovação e criatividade, arena para profissionais criativos e para minorias. Por isso essa pesquisa possui relevância por investigar um território como a Mussuca, por sua história, saberes ancestrais e conhecimento com potencial criativo para promover ações empreendedoras inovadoras no campo da cultura.

A contribuição teórica desta pesquisa configura um avanço na área do conhecimento, quando relaciona a temática do empreendedorismo cultural e território no contexto do quilombo, bem como propõe novos desafios ao conceber uma construção de vivência social relacionado aos estudos organizacionais da área da Administração (Saraiva, 2024), e do empreendedorismo cultural em particular.

Em termos práticos, no contexto do empreendedorismo cultural voltado para a comunidade quilombola Mussuca, é certo que o processo de criação e busca de ideias inovadoras por indivíduos engajados com o desenvolvimento da comunidade fortalece a cultura, que aplicam, compartilham e distribuem trabalhos criativos (Neves; Davel, 2021). Dessa forma, esta pesquisa auxiliará os gestores, formuladores de políticas públicas, a planejarem ações voltadas para o incentivo e valorização de ideias inovadoras e criativas que conciliem o empreendedorismo e a cultura nos territórios de grupos sociais, os quais, em razão

da sua trajetória, resistem a formas de opressão caracterizadas por violência, desigualdade e práticas de exclusão oriundas do homem branco (Fernandes; Galindo; Valencia, 2020).

A pesquisa é relevante para o programa de Pós-Graduação em Administração (PROPADM), e demais programas que se interessem pela temática, pois enriquece a compreensão das variadas maneiras de organização econômica, social e política existentes no país. Ao estudar o EC no contexto do quilombo, serão reconhecidas práticas empreendedoras baseadas na coletividade, ancestralidade, valorização do território e identidade étnico-racial, que desafiam os modelos tradicionais de gestão centrados no lucro e na competitividade. Tais práticas revelam formas alternativas que dialogam com as diretrizes contemporâneas de responsabilidade social e de desenvolvimento territorial sustentável.

Desse modo, sob uma perspectiva acadêmica, essa pesquisa favorece o diálogo interdisciplinar entre a Administração e demais áreas do conhecimento, a exemplo da Antropologia, Geografia, Sociologia, Ciências Sociais, entre outros. Como também, proporcionará subsídios para o fomento de políticas públicas e estratégias de inclusão produtiva voltadas às comunidades tradicionais, reforçando o papel da universidade na promoção da equidade e do desenvolvimento regional.

Dessa forma, esta dissertação foi estruturada em cinco seções. Além desta introdução, a primeira seção apresenta o referencial teórico que explana sobre empreendedorismo cultural, território e a relação entre os dois temas para o desenvolvimento regional, discutidos no contexto da comunidade quilombola. A segunda seção detalha a metodologia utilizada para a elaboração desta pesquisa. A terceira seção apresenta a análise dos dados. A quarta seção foi composta pelas discussões e implicações, e a última seção pelas conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se em uma base teórica que discute o empreendedorismo cultural em um contexto conceitual; aborda o território: espaço, cultura e apropriação, e a relação entre estes elementos para compreender uma comunidade quilombola. Portanto, as seções subsequentes abordam os aspectos e perspectivas sugeridos pela literatura a fim de alcançar o objetivo geral do estudo.

2.1 EMPREENDEDORISMO CULTURAL: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

O empreendedorismo é visto como uma ação em que se dedica tempo e esforços para a criação de algo novo e com valor, assumindo os riscos (financeiros, psíquicos e sociais) e recebendo possíveis recompensas (satisfação e independência econômica e pessoal) (Teodoro; Neves; Marcusso, 2020). Compreende-se, então, que o conceito de empreendedorismo está relacionado à habilidade de enxergar as oportunidades de mercado e então transformá-las em um negócio rentável (Santander, 2022).

Para Aveni (2020), o empreendedorismo está diretamente relacionado com a inovação, portanto, são realizadas ações que proporcionam a transformação dos negócios. Sob a óptica desse autor, a pessoa que empreende é responsável por combinar meios produtivos com a finalidade de gerar retorno financeiro por meio da inovação, que seria a introdução de novos produtos, novos métodos de produção, abertura de novos segmentos de mercado.

Entre os aspectos que compõem o empreendedorismo, destaca-se a cultura, a qual desenvolve um papel social e comportamental, por ter forte influência nos aspectos econômicos, representando assim, a subsistência da população, dado o seu caráter produtivo (Marques *et al.*, 2021). A dimensão cultural fortalece a preservação das raízes culturais dos seres humanos com equilíbrio entre respeito à tradição e inovação (Lima; Gama; Bernardo, 2024). A dimensão cultural também está atrelada ao desenvolvimento comunitário quando favorece oportunidades de crescimento e mudança da economia local, podendo ser identificada em outras dimensões, como: econômica, sociocultural, política e administrativa (Mosquera-Guerrero *et al.*, 2022; Lima *et al.*, 2023).

Segundo a concepção adotada por Silva *et al.* (2024), o empreendedorismo voltado para a cultura está presente nas manifestações culturais que são propagadas e desenvolvidas por meio de diferentes grupos sociais, sendo seus atores artistas profissionais ou não, que se dedicam às artes (como a música, dança, teatro e literatura), ao artesanato, culturas populares,

produção cultural e gastronômica. O EC, ao atuar dentro do território, ressignifica espaços atribuindo-lhes relações sociais, identidade e características de pertencimento, indo além das esferas econômicas e políticas (Martins; Chagas, 2021). Além disso, o EC articula inovação, valores simbólicos e demandas do mercado, sem que o lucro prevaleça como objetivo central (Judice; Furtado, 2014).

O Empreendedorismo Cultural emerge especialmente em um contexto em que a cultura local se torna recurso para gerar identidades, pertencimento e desenvolvimento institucional (Neves; Davel, 2023). Essa manifestação promove tanto a autonomia para seus agentes culturais quanto a sustentabilidade para as práticas artísticas (Kuhlke; Schramme; Kooyama, 2015; Jusice; Furtado, 2014).

Dessa forma, as abordagens sobre a relevância da cultura no desenvolvimento local evidenciam sua função na disseminação do significado de pertencimento e do comportamento dos atores sociais envolvidos, uma vez que quanto maior o número de pessoas envolvidas nesses processos, maiores são as oportunidades que surgem no território (Neck; Neck; Murray, 2018). É certo que a organização de eventos culturais incentiva ideias e atitudes precursoras para o aumento da visibilidade de uma comunidade, pois disseminam hábitos de determinados grupos e enriquecem culturalmente aqueles que consomem o conteúdo (Yunikawati; Priambodo; Sidi, 2022).

Neste horizonte, o Empreendedorismo Cultural surge como práticas empreendedoras que associam elementos artísticos e econômicos de forma única, culminando em novas combinações que suscitem valores inovadores dentro de um determinado contexto cultural (Silva *et al.*, 2024). Assim, o EC consiste na criação de negócios voltados para a valorização do patrimônio cultural de uma comunidade, tendo as artes e as produções criativas como principais formas de expressão e promoção da identidade local (Treviño, 2020).

O Empreendedorismo Cultural visa a valorização da diversidade cultural (Haar, 2009), bem como das expressões criativas (Davel; Paiva, 2019). Por meio dele é possível contribuir para o fortalecimento da identidade local, caracterizada pela disseminação de hábitos perpassados de geração em geração, contribuindo assim para uma economia criativa (Whitaker, 2021). Esse fortalecimento é reconhecido pelos costumes de um povo que impulsionam o EC à medida que os autores se apoiam para enriquecer e contribuir no desempenho do ecossistema regional (Katimertzopoulos; Vlado; Koutroukis, 2023). A cultura, desta forma, se estabelece como um fator ambiental determinante no desenvolvimento de estratégias empreendedoras, moldando comportamentos e incentivando práticas que refletem os valores e as tradições locais (Arrak; Kaasa; Varblane, 2020; Dobрева; Ivanov, 2020).

É essencial destacar que o EC vem cada vez mais sendo compreendido como uma dinâmica capaz de ajudar a encontrar estratégias e soluções eficientes para o fomento de uma economia sustentável, tendo em vista que ele é responsável pela parcela de 3,11% do PIB brasileiro (Sebrae, 2024). Dessa forma, o EC trata-se de uma fonte para a independência de indivíduos na economia criativa e uma chave para o desenvolvimento de comunidades mais criativas (Neves; Davel, 2021). Frente a importância desse contexto, o governo federal está começando a entender a magnitude de incorporar os patrimônios culturais em seus sistemas de educação oferecendo apoio financeiro aos sistemas de ensino local para a formação continuada de professores para as áreas remanescentes de quilombo (MEC, 2025).

As abordagens sobre a relevância da cultura para o desenvolvimento local evidenciam sua função como elemento que fomenta o significado de pertencimento e influencia o comportamento dos atores sociais envolvidos (Neck; Neck; Murray, 2018). Empreendedores culturais inseridos em ecossistemas locais mobilizam redes, instituições e valores comunitários, de modo que quanto maior o envolvimento coletivo em iniciativas culturais, maiores as oportunidades de inovação, geração de renda e fortalecimento social emergentes no território (Lima; Gama; Bernardo, 2024).

Os eventos ancorados no empreendedorismo cultural, por serem atrativos turísticos e pontos de convergência comunitária, ampliam a visibilidade de comunidades menos inseridas nos circuitos econômicos (Carvalho; Cutrim; Costa, 2017) e reforçam hábitos culturais específicos, além de disseminar hábitos de determinados grupos e enriquecer culturalmente aqueles que consomem o conteúdo (Yunikawati; Priambodo; Sidi, 2022).

Em relação a tipologia do empreendedorismo cultural inspirados na noção weberiana, Nascimento *et al.* (2019), destacam o empreendedorismo por necessidade, que abrange grupos e indivíduos, que devido a situações precárias e de vulnerabilidade socioeconômica se veem obrigados a buscar no empreendedorismo uma alternativa de subsistência (Nascimento *et al.*, 2019). Esses empreendedores muitas vezes formalizam suas atividades como pessoa jurídica não por uma escolha estratégica, mas para cumprirem exigências de editais, emitir notas fiscais ou solicitar apoio para projetos culturais (Machado, 2013).

No que concerne acerca do empreendedorismo por necessidade, segundo o relatório *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) divulgado em 2024, cerca de 45% dos empreendedores iniciais começaram um negócio impulsionados pela necessidade, comparado ao ano anterior que houve uma queda de 38,6% (GEM, 2024). Os empreendedores que trazem novas ideias para o mercado desempenham um papel social, que são vistas como oportunidades de crescimento coletivo (Bratha; Gubik; Bereczk, 2018).

O empreendedor cultural busca harmonizar os valores artístico-simbólicos e econômicos, entendendo a economia não apenas como um fim em si mesma, mas como um meio estratégico para impulsionar valores culturais e sociais, promovendo a integração entre a expressão artística e a sustentabilidade financeira (Marins; Davel, 2020). Neste contexto, “o empreendedor cultural é compreendido como indivíduos e grupos formalizados ou não, que buscam mobilizar capitais econômicos, simbólicos, sociais e políticos com o intuito de criar e manter empreendimentos na área da cultura” (Michetti; Burgos, 2016, p. 585).

A interconexão entre bens culturais tradicionais e o patrimônio não cultural exige uma abordagem integrada, em que o fortalecimento dos atores econômicos e o apoio público-privado são fundamentais para a sustentabilidade do setor (Stanojev; Gustafsson, 2021). Além disso, a valorização dos territórios culturais não apenas reforça a identidade local, mas também promove desenvolvimento social e econômico, transformando a cultura em um vetor estratégico de crescimento e inclusão (Velázquez-Salazar; Scalzo; Shanks, 2021).

2.2 O TERRITÓRIO: ESPAÇO, CULTURA E APROPRIAÇÃO

O conceito de território foi inicialmente abordado pelas ciências naturais como a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais sobre uma determinada área física (Raffestin, 1993). Posteriormente, foi incorporado pela geografia, ampliando seu significado para abarcar a relação entre espaço, recursos naturais, sociedade e poder (Santos, 1996). Com o tempo, esse debate foi também apropriado por outras áreas do conhecimento. Vários estudos abordam o conceito de território a partir de distintas áreas, como a geografia, sociologia, antropologia, economia e a ciência política, bem como a administração. Cada área contribuindo com novas interpretações e dimensões ao entendimento do território (Flores, 2007; Saquet, 2013; Saraiva, 2024).

No campo da administração (utilizado neste estudo), o território é compreendido como um espaço dinâmico, onde os recursos ali presentes pertencem a todos, ainda que de forma desigual (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014). O território é um lugar socioafetivo, porém, delimitado por relações de poder (Furtado *et al.*, 2016), que demandam novas possibilidades de influência, e de visão de propriedade que um indivíduo ou grupo possui em relação aos espaços físicos ou recursos materiais (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014).

Já no campo da antropologia, o território é apresentado como ocupação, que pode ser desenvolvida pelos movimentos sociais que segue uma estratégia de reivindicação política, a fim de valer seus direitos e autonomia (Anjos, 2006). Em contrapartida, o território, na

perspectiva do quilombo, abrange a ideia de ocupar espaços de existência para descolonizar o saber, com o objetivo de direcionar as demandas dos grupos sociais adotando uma postura crítica contra o colonialismo e racismo (Alves, 2020).

Nas ciências políticas, o território está relacionado à ideia de Estado, pois os estudos sobre o assunto costumam entrelaçar os dois conceitos, uma vez que o território é parte integrante do Estado, e logo, não há Estado sem território (Medeiros; Silva, 2025). A primeira geração de políticas traz a referência que os territórios emergem quando usam a ideia de território para referir-se a interdependências entre o rural e o urbano, o ambiente e o econômico (Favareto; Lotta, 2022).

Na economia, a nação, tendo construído um Estado e ocupado um território poderá aproveitar melhor o mecanismo das atividades econômicas competitivas que o mercado oferece para promover o desenvolvimento econômico (Bresser-Pereira, 2024). Já na vertente da geografia, o território é um substrato para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados sob domínio do Estado (Saquet, 2013).

Enquanto na sociologia, o território é visto como um “local” de tradição, constituído como uma forma de se distinguir de outros núcleos produtores. Neste cerne, a construção discursiva do Território de Tradição evidencia aos sujeitos a própria existência enquanto grupo social (Marques, 2019). Nesta linha de pensamento, tem-se que os territórios são espaços vivos e encontram-se em constante mudança e evolução, refletindo as aspirações, necessidades e valores das comunidades que neles estão inseridas (Clemente, 2024).

Todavia, contrapondo-se à maioria dos autores, Clemente (2024) evidencia que o território é um espaço complexo, que não se limita ao seu aspecto físico e geográfico, pois, trata-se de um espaço dinâmico, no qual ocorrem as interações complexas entre indivíduos e seu ambiente. Sendo assim, o território é um conjunto de elementos, que envolve conexões sociais, econômicas e políticas dentro de um espaço amplo (Afonso; Teixeira; Celestino, 2023), e são de grande relevância na interação Estado-cidadão (Clemente, 2024).

Em áreas rurais, o território se configura como uma importante fonte de geração de renda e impulsiona o desenvolvimento da economia rural (Pereira; Silva; Agostinetti, 2018). Certamente, comunidades culturais, como as indígenas e quilombolas, têm uma representação significativa, especialmente, por meio do fortalecimento da indústria do turismo e comércio local (Gorbunts *et al.*, 2018). Sendo assim, é certo que o estímulo à cultura e o turismo auxilia no desenvolvimento dos territórios, e no âmbito do empreendedorismo cultural, este cenário

contribui para ocupar e ressignificar espaços marginalizados (Carvalho; Cutrim; Costa, 2017; Calvet-Mir; March, 2019).

No horizonte dos espaços urbanos, o território se localiza nas cidades e bairros, sendo constituído por problemas socioeconômicos, culturais e ambientais (Muñoz; Cohen, 2016). No contexto do empreendedorismo urbano, tem-se que o território é visto de forma abrangente, a partir da perspectiva geopolítica, onde procura-se por meio do empreendedorismo a solução dos problemas causados pela insuficiência de bens e serviços que não são sanados pelas políticas públicas estabelecidas pelo governo (Cohen; Almirall; Chesbrough, 2016; Neves; Davel, 2020).

Dessa maneira, compreende-se que o território é um espaço desigual, onde a luta, a resistência e a disputa entre diversos agentes sociais marcam o ambiente (Saraiva, 2024). Sendo assim, a concepção de território se dá pelas relações sociais carregadas de poderes afetivos, identitários, simbólicos, políticos, econômicos, culturais, materiais e imateriais (Martins; Chagas, 2021).

Diante das diferentes perspectivas apresentadas, esta pesquisa adota a compreensão de território no campo da Administração como um espaço dinâmico e socioafetivo, marcado por relações de poder e pela distribuição desigual de recursos (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014; Furtado *et al.*, 2016). Nessa perspectiva, o território não se restringe à dimensão física ou geográfica, mas é constituído pelas relações sociais e por dimensões afetivas, identitárias, simbólicas, políticas, econômicas, culturais, materiais e imateriais (Martins; Chagas, 2021). Essa concepção orienta a análise do território quilombola Mussuca nesta pesquisa, considerando as relações estabelecidas entre os sujeitos, suas práticas culturais, suas experiências e as atividades empreendedoras desenvolvidas no território.

2.3 EMPREENDEDORISMO CULTURAL E TERRITÓRIO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA PARA ENTENDER A COMUNIDADE QUILOMBOLA

O território é parte imprescindível na caracterização de um empreendimento cultural (Neves; Davel, 2021). Ao adentrar esse campo de investigação, este estudo propõe uma discussão acerca das relações entre o empreendedorismo cultural e território para entender a comunidade quilombola, em uma perspectiva que atravessa as interações sociais, com base nas contribuições dos estudos organizacionais oriundos do campo do empreendedorismo. O ponto de partida foi tomado sob a óptica do território como noção da interação entre os sujeitos sociais,

onde a ação humana sobre a natureza resulta em uma realidade concreta de um espaço simbólico (Pesavento, 2007).

Nesta perspectiva, é compreendido que o empreendedorismo cultural se refere à criação e implementação de ideias por grupos comprometidos com atividades artísticas e que implementam, compartilham e apresentam trabalhos que se entrelaçam com a criatividade (Reis; Zille, 2020). Dito isto, a relação entre empreendedorismo, cultura e arte ganham uma vertente estratégica, a partir do instante em que a cultura ganha um espaço vital no âmbito do desenvolvimento das sociedades e da economia contemporânea local (Neves; Davel, 2022).

No campo da administração, Alvesson e Deetz (2000) destacam que as organizações estão imersas em dinâmicas simbólicas, culturais e estruturais que reproduzem e contestam formas de dominação. Ademais, embora seja reconhecido seu caráter como expressão coletiva de um povo (Tylor, 2005), tem-se que a cultura é marcada por um conjunto de ações concretas e simbólicas que se inserem no cotidiano e contribuem para configurar as dinâmicas sociais no território (Silva; Saraiva, 2016). Essas dinâmicas sociais, caracterizadas pelas interrelações, usos e significados atribuídos ao espaço, são então compreendidas como território (Martins; Chagas, 2016).

Enquanto comunidade nativa, o território é apresentado como um local que deve ser explorado conforme preceitos sustentáveis (Neves; Davel, 2021). Sendo assim, no contexto do território, o empreendedorismo cultural demonstra um elevado potencial de crescimento, uma vez que tem maior flexibilidade e agilidade para o enfrentamento de mudanças do que outras áreas da economia (Awatere *et al.*, 2017). Por meio do empreendedorismo cultural, os atores sociais são capazes de alcançar elevada autonomia ao desenvolver sua capacidade adaptativa e sustentável, produzindo com seus esforços não apenas valor econômico, mas também cultural, social e comunitário (Marins, Davel, 2020). Logo, o empreendedorismo dentro do território foca na disseminação da cultura, geração de renda e em soluções de problemas sociais (Neves; Davel, 2022).

Na área cultural, o empreendedorismo pode contribuir à promoção do desenvolvimento periférico de regiões e de seus atores sociais, sendo necessária a elaboração de políticas públicas que ofereçam bases estruturadas e de planejamento para aproveitamento dos potenciais culturais (Lima; Gama; Bernardo, 2024). Prover a capacidade de um local e aumentar a qualidade e viabilidade dos serviços e bens culturais contribui na atratividade de uma área, trazendo visibilidade e pertencimento para o território, e consequentemente, atraindo visitantes e investimentos (Lounsbury *et al.*, 2018).

As economias criativas e culturais são abordadas do ponto de vista territorial, uma vez que ocorrem em territórios como bairros, cidades, regiões e países (Pacheco; Benini, 2024). O empreendedorismo cultural é primordial para entender e dinamizar a economia criativa (Chang; Potts; Shih, 2021). Por conseguinte, é necessário que se vislumbre a território também como parte vital do empreendedorismo cultural (Neves; Davel, 2021).

A ideia de território se configura como uma construção social em permanente interação entre os atores, a natureza e sociedade (Fuini, 2014), expressando-se tanto por conflitos de poder quanto por estratégias de cooperação. Tal entendimento enfatiza sua contribuição no processo de desenvolvimento regional (Saquet, 2013), em que as pessoas que habitam um território têm sua participação na formação histórica (Fuini, 2014).

O processo de colonização mostra que as comunidades quilombolas se opuseram ao colonialismo e à chamada colonialidade, que durante todo o período colonial inferiorizou os negros e os tornou invisíveis em termos de identidade, mesmo sendo privados de sua cultura e identidade, eles resistiram e lutaram até o fim do período colonial (Lucini; Santos, 2018). A decolonialidade se conecta ao patrimônio-territorial, onde a primeira busca combater os efeitos do colonialismo, enquanto a segunda busca valorizar e dar destaque às expressões culturais e materiais de grupos que foram, em termos históricos, marginalizados (Queiroz; Sousa, 2024).

O território é formado pela identidade de um grupo social construída por meio de um processo histórico (Davel; Cora, 2016) e relacional (Monken, 2024). Existe uma relação entre território e empreendedorismo, que favorece o desenvolvimento econômico regional, impactando na vida cotidiana dos moradores locais (Schiray; Carvalho; Afonso, 2017). Nos grupos étnicos, existe uma relação entre empreendedorismo e a identidade étnica, pois, os agentes empreendedores moldam a identidade do território (Gomes; Bourlegat, 2020). Nesse sentido, teremos uma visão de via de mão dupla, em que território influencia diretamente o empreendedorismo à medida que o empreendedorismo influencia o grupo étnico fomentando e disseminando sua cultura (Heberer, 2007).

Ao produzir ganhos reorganizando os recursos existentes, é possível criar acepções que ultrapassem aquilo que é compreendido por montagem de negócios, e que pactua com as limitações conceituais da cultura de um povo (Afonso; Teixeira; Celestino 2023). Diante disso, assim como o entendimento preconceituoso acerca dos diversos povos e grupos - a exemplo dos indígenas e mesmo do quilombo, relacionando este último ao sinônimo de marginalidade, escravidão, e mazelas de um contexto escravocrata - necessita ser reconfigurado (Andrade, 2018). Na mesma compreensão, o de empreendedorismo cultural também, pois, é preciso abarcar suas formas para além da ideia meramente econômica, mas social e humana, que

fomenta um despertar empreendedor ainda mais significativo (Afonso; Teixeira; Celestino 2023).

Frente ao explicitado, e diante do entendimento do estudo de Neves e Davel (2022), é certo que o empreendedorismo e território se entrelaçam, visto que os empreendimentos sob a dinâmica da cultura se desenvolvem e são pautados pelo território. O desenvolvimento da visão empreendedora só demonstra viabilidade quando compreendida sob o profundo aspecto cultural, social e político do território. Nesta conjectura, o empreendedorismo e território se emaranham de maneira intuitiva, até que atinjam um nível elevado de profissionalismo, a ponto de obter uma relação estreita entre os dois campos, se tornando a chave da inovação (Lima; Gama; Bernardo, 2024).

Diante disso, tem-se que em ambientes comunitários, como por exemplo o quilombola (foco deste estudo), o território surge como um espaço de desenvolvimento econômico e social. Assim, entende-se nesta pesquisa que a visão do empreendedorismo, especialmente o cultural, dentro do território é um elemento importante para a geração de renda com consequente redução da pobreza em comunidades carentes de atenção do poder público. Tal relação contribui para a resolubilidade de questões sociais frequentemente negligenciadas pelo governo (Imas *et al.*, 2012; Queiroz *et al.*, 2014; Lobo *et al.*, 2016; Barragen; Ayaviri, 2017; Wang; Morrell, 2015). Dessa forma, ao reconhecer o território como elemento central para o desenvolvimento econômico e social das comunidades quilombolas, torna-se fundamental compreender também o marco jurídico que assegura seus direitos territoriais.

No contexto da redemocratização do Brasil tem-se que após a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, foi possível ater-se à visão das necessidades de populações quilombolas. Neste cenário, o artigo 68 da Carta Magna estabelece que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Diante da representatividade alcançada pelo referido artigo, é possível afirmar a extrema importância que o legislador aferiu para esse grupo em específico, visando garantir um avanço sociopolítico por meio da Constituição Federal (Brasil, 1998). Todavia, muitos debates que ocorrem atualmente têm levantado questionamentos sobre a concepção de cunho histórico do que seriam os “remanescentes das comunidades quilombolas”, tendo em vista que esse termo desqualificaria essas construções como um processo - pois o termo “remanescentes” é designado para referir-se a sobras ou resto de algo - que foi incorporando mudanças ao longo da história e fincando suas próprias raízes (Afonso; Teixeira; Celestino, 2023).

Em 20 de novembro de 2003, o Brasil avançou na reparação histórica que prejudicou o povo negro brasileiro pelas injustiças sociais. O decreto que identifica, reconhece, delimita, demarca e titula as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos veio para garantir dignidade e esperança para o povo quilombola (Brasil, 2003). Mesmo assim, a luta pela busca de reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades quilombolas vem de muitos anos (Cáceres, 2024).

Para melhor especificar a definição do termo “remanescentes”, o art. 2º do Decreto nº 4.887/03, instituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), elenca de forma ampla sobre o território remanescente quilombola:

Para os fins deste Decreto, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

Os quilombos por muito tempo foram conceituados como locais ocupados por refugiados negros escravizados pelos senhores brancos e que resistiram ao regime escravocrata (Farias, 2025). Todavia, em relação ao conceito de quilombos, tem-se que as literaturas atuais buscam estudar a temática sob a perspectiva de conceitos mais pertinentes para esses grupos (Afonso; Teixeira; Celestino, 2023). Dito isto, Borges e Kiruma (2023) definem os quilombos como entidades sociais dinâmicas que não necessariamente tenham como contexto histórico exclusivo um local de refúgio de negros escravizados que resistiram ao regime. Sendo assim, depreende-se que no aspecto contemporâneo, os remanescentes de quilombos atuais ganham novo significado e se perpetuam como grupos que se organizam em um território para dar continuidade aos costumes e cultura dos antigos quilombos (Farias, 2005).

No mais, ainda que o costume de um território tradicional, como da comunidade quilombola, esteja sujeito às influências de hábitos externos, a sua fundação tem raízes orientadas por princípios de grupo de camponês, pelo controle relativo do território e seus recursos, determinando regras específicas para seu uso (Deodato; Souza; Silva, 2023). A unidade produtiva dessas comunidades são suas famílias, que podem ser representadas de diferentes maneiras, conforme trejeitos de cada grupo (Afonso; Teixeira; Celestino, 2023).

O território quilombola tem como base os conhecimentos ancestrais, o que garante uma aproximação, maior afinidade e respeito entre as pessoas, favorecendo o fortalecimento da comunidade que busca melhorias e progresso como um todo (Weitzman; Godoi; Lovo, 2024). A relação entre as pessoas e grupos sociais formam laços afetivos, o que a torna uma

comunidade tradicional, que possui modo de vida, cultura e patrimônios culturais guardados durante anos, para ensinar suas vivências para gerações futuras (Brandão; Borges, 2014).

Esses grupos sociais atuam em prol da emancipação social, em busca de melhores condições de vida, e constituem instrumentos poderosos criados pelo povo afro-brasileiro como forma de preservar suas tradições e cultura (Araújo; Ribeiro, 2024). Eles agem ativamente frente as relações político-sociais, nas vertentes culturais em busca da manutenção da sua própria sobrevivência, de forma a viabilizar a luta e a resistência que representa suas gerações passadas (Gomes, 2017). Decerto, a história do negro no Brasil favoreceu a formação da identidade do país, acompanhada da sua evolução histórica e social. Os afrodescendentes contribuíram com todas as características que dinamizaram o trabalho durante o período deplorável de exploração e escravidão (Afonso; Teixeira; Celestino, 2023).

É neste cenário que surgem os quilombos, a ilustre representatividade da resistência dos negros, seja pela sua quantidade, identidade ou mesmo pela sua continuidade histórica (Cunha; Vasconcelos; Silva, 2019). O quilombo surgiu como forma de estabelecer um limite sociocultural e militar que vai de encontro ao sistema opressor das populações negras, se constituindo como uma unidade permanente e estável à medida em que as forças repressivas agiam fortemente contra eles (Andrade, 2018). Sendo assim, trata-se de uma das mais diversas formas de organização do povo brasileiro constituída de ideologias, estratégias e concepções variadas (Lima; Gama; Bernardo, 2024).

A contribuição do povo afro no desenvolvimento do Brasil não é restrita apenas ao seu trabalho, ele transcende essa ideia a partir de quando se observam os padrões religiosos e culturais que se formaram no país em decorrência dos seus costumes (Nascimento, 2016). Nesse contexto, ao trazer a ideia do quilombo sob a acepção do empreendedorismo cultural (que diz respeito a um conjunto de conexões e padrões regulares de interação entre pessoas que compartilham culturas semelhantes) temos uma crescente mira para esta vertente, contudo, ainda pouco apoiada e vista pelas políticas públicas implementadas no país (Gomes; Bourlegat, 2020; Lima; Gama; Bernardo, 2024).

Neste cenário, Gomes e Bourlegat (2020) relatam que os primeiros empreendimentos surgiram, geralmente, como uma maneira de obter um autoemprego que fosse capaz de garantir a sobrevivência dos locais no território. Logo, configurava-se como uma forma de negócio criado sob a motivação da necessidade de se manter e viver dignamente (Lima; Gama; Bernardo, 2024). Porém, ao longo dos anos, o empreendedorismo foi sendo aprimorado, e essas empresas começaram a ter uma maior aceitação social, tornando-se um negócio rentável, em

função da complexidade de relações estabelecidas no território por meio da identidade cultural (Gomes; Bourlegat, 2020; Afonso; Teixeira; Celestino, 2023).

O empreendedorismo nos quilombos evidencia a maneira como características culturais distintivas contribuem para o sucesso de um empreendimento e esclarece que os costumes são um fator da vida econômica (Afonso; Teixeira; Celestino, 2023). A cooperação entre os povos dos quilombos, misturando comportamentos tradicionais e modernos (Cunha; Vasconcelos; Silva, 2019), pode resultar numa potente força econômica para esses empreendedores. Todavia, Halter (2007) descreve que para aprender a abrir e sustentar seus negócios, torna-se imprescindível que os empreendedores busquem a educação e conhecimentos por meio de treinamento e mentoria prática, bem como programas de treinamento patrocinados pelo governo.

Dessa forma, os empreendedores culturais podem contribuir para o desenvolvimento territorial de diversas maneiras, a partir da geração de novas ideias, rotinas, produtos e serviços, tendo como características naturais a pluralidade e diversidade que promovam principalmente o lado artístico e criativo dos talentos periféricos (Lima; Gama; Bernardo, 2024). Dessa forma, tem-se que a cozinha também é um espaço simbólico para os quilombolas, visto que é por meio dela que o coletivo troca experiências culinárias vindas dos seus antepassados, permitindo assim uma socialização entre os mais velhos e os mais novos (Cerqueira; Santos, 2024).

Diante disso, entende-se que nesta pesquisa, o empreendedorismo cultural se faz presente dentro do território nas comunidades tradicionais quilombolas, por meio do artesanato, da culinária, das danças e cânticos, da agricultura orgânica, do turismo de base comunitária, da preservação e valorização da natureza.

A partir das discussões desenvolvidas neste referencial teórico, a Figura 1 sintetiza a relação entre território e empreendedorismo cultural adotada nesta pesquisa. A representação articula os principais elementos discutidos ao longo do capítulo, evidenciando o território como espaço em que cultura, identidade e ancestralidade se relacionam com práticas e saberes que podem se materializar em atividades empreendedoras. Nesse processo, relações sociais, pertencimento, coletividade, geração de renda e preservação cultural constituem elementos que atravessam essa relação.

Figura 1 – Síntese do referencial: conexão entre território e empreendedorismo cultural



Fonte: Elaborado pela autora com base no referencial teórico da dissertação com o auxílio do ChatGpt.

Conforme sintetizado na Figura 1, a relação entre território e empreendedorismo cultural é compreendida nesta pesquisa a partir da articulação entre dimensões territoriais, culturais e empreendedoras. O território não se restringe ao espaço físico, mas envolve relações sociais, identidade, pertencimento, cultura e apropriação, constituindo o contexto no qual os saberes e as práticas culturais são produzidos e compartilhados. Esses elementos se relacionam às atividades empreendedoras desenvolvidas pelos sujeitos e permitem compreender o empreendedorismo cultural para além da geração de renda, incorporando a valorização da cultura, da identidade e das práticas construídas no território.

3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia é compreendida como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia é caracterizada pelo detalhamento do conjunto de técnicas utilizadas, de forma clara e coerente, a fim de explicitar o percurso prático da pesquisa (Minayo, 2002). Neste capítulo, será traçado o caminho metodológico para a execução deste estudo, estruturado em três subtópicos: 1) caracterização da pesquisa, dedicado ao estudo de caso, método de pesquisa adotado para esta dissertação, além de descrever o objeto de estudo e os participantes da pesquisa; 2) técnicas de coleta de dados; e 3) estratégias de análise.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho se caracteriza de natureza qualitativa, como descritivo, de paradigma interpretativista, e tem como objetivo analisar como as atividades empreendedoras no território da comunidade quilombola Mussuca se alinham ao empreendedorismo cultural.

A abordagem qualitativa e o paradigma interpretativista se mostram coerentes com os pressupostos deste estudo, por caracterizar-se como uma perspectiva que privilegia a compreensão da subjetividade com base nas experiências vivenciadas pelos indivíduos (Stake, 1995), neste caso pelos membros da comunidade Mussuca. A pesquisa qualitativa faz referência a uma gama de perspectivas, modalidades, abordagens, técnicas e metodologias voltadas à descrição, interpretação e compreensão de situações sociais (González, 2020). A abordagem qualitativa é considerada um método eficiente para investigar empiricamente o campo do Empreendedorismo Cultural e ampliar a compreensão de fenômenos sociais sob a ótica dos indivíduos envolvidos (Godoy, 1995). Também apresenta uma combinação de procedimentos de cunho lógico e intuitivo, que pode auxiliar no melhor entendimento dos fenômenos (Neves, 1996).

Já o paradigma interpretativista foi escolhido por considerar o conhecimento como uma construção humana, refletindo a forma como as pessoas constroem e reconstróem sua própria realidade (Saccol, 2009), o que conduz para a compreensão e interpretação da vivência no território Mussuca por meio do Empreendedorismo Cultural. Dessa forma, no paradigma interpretativista o conhecimento sobre a realidade é dependente das práticas humanas e é construído por meio da interação entre as pessoas e o mundo em que estão inseridos dentro de um contexto social (Walsham, 1993). Neste contexto, o território quilombola Mussuca

representa uma vivência que se forma a partir do aprendizado derivado da realidade em que o sujeito está inserido e de suas experiências pessoais (Clemente, 2024).

A aproximação com o paradigma interpretativista ocorre, nesta pesquisa, pela busca de compreensão das atividades empreendedoras a partir das experiências, percepções e significados atribuídos pelos próprios atores da comunidade Mussuca ao território e às suas práticas culturais. Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas, a observação direta não participante e a análise das narrativas possibilitaram interpretar o fenômeno a partir da realidade social construída pelos sujeitos no território, em consonância com a perspectiva interpretativista adotada.

3.1.1 Estudo de Caso

Para a operacionalização desta pesquisa foi adotada a abordagem do estudo de caso. Esta, alinha-se à perspectiva interpretativista, na qual o estudo de caso é conduzido por meio da designação de um intérprete no campo de estudo, cuja função é observar e documentar o caso (Stake, 1995). O estudo de caso é abordagem de pesquisa que busca aprofundar determinadas questões que contribuem para estabelecer respostas para fenômenos mais específicos (Mazucato, 2018). Dessa forma, o estudo de caso oferece ao pesquisador uma oportunidade de descrever e analisar de forma holística e intensa um certo fenômeno, o que foi delimitado neste estudo por uma unidade social, o território do quilombo Mussuca (Merriam, 1998).

O estudo de caso foi utilizado nesta pesquisa por ser considerado uma abordagem adequada para a investigação de fenômenos sociais (Stake, 1995) como para as questões de território e empreendedorismo cultural no quilombo Mussuca. Com base na classificação de tipos de estudo de caso por Stake (1995) para esta pesquisa adotou-se o estudo de caso intrínseco, pois busca entender um caso específico em particular, sem a intenção de generalizar os achados (Klein; Colla; Walter, 2021). A investigação abordou um fenômeno que examina a interação entre território e seus atores sociais, as percepções dos empreendedores e líderes comunitários do quilombo Mussuca, descrevendo a realidade construída socialmente (Stake, 1995).

O caráter descritivo deste estudo é voltado para a descrição detalhada dos aspectos e interações que compõem o caso, possibilitando uma análise abrangente em conformidade com os dados coletados (Stake, 1995). Essa metodologia mostrou-se adequada ao estudo de

território e empreendedorismo cultural, pois, segundo Merriam (1998) produz a descrição dos fatos em estudo com exatidão, possibilitando que sejam estabelecidas relações por meio das experiências subjetivas dos atores sociais, ofertando um entendimento abrangente (Farias, 2018) sobre o contexto pesquisado.

O protocolo do estudo de caso tem base na perspectiva de Stake (1995), e envolve a implementação de procedimentos que devem ser flexíveis para aumentar a validade e credibilidade dos dados coletados. Neste estudo foi utilizado o protocolo segundo apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Protocolo do Estudo de Caso

Questões de investigação	Técnica de coleta de dados	Triangulação de dados	Análise de dados	Referências
a) Qual a perspectiva histórica, social, política e econômica de Laranjeiras e da comunidade quilombola Mussuca?	Entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários e empreendedores. Observação direta não participante.	Entrevistas com líderes comunitários e empreendedores do quilombo Mussuca e a observação direta não participante.	Transcrição das entrevistas e categorização em temas para realizar a análise de dados.	Pesavento (2007); Orazem (2008); Feitosa (2012); Santos (2016); Dumas (2016); Santos (2018); Miranda; (2018); Santos (2019); Santos; Maia (2022); Leite (2023); Santos; Malaquias (2025).
b) Quais as atividades empreendedoras existentes na comunidade quilombola, na perspectiva empreendedorismo cultural?	Entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários e empreendedores. Observação direta não participante.	Entrevistas com líderes comunitários e empreendedores do quilombo Mussuca e a observação direta não participante.	Transcrição das entrevistas e categorização em temas para realizar a análise de dados.	Álvarez (2017); Nascimento <i>et al.</i> (2019); Reis; Zille (2020); Marques <i>et al.</i> (2021); Neves; Davel (2021); Araújo; Ribeiro (2024); Lima; Gama; Bernardo (2024)
c) Quais as perspectivas e desafios de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais da comunidade quilombola?	Entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários e empreendedores. Observação direta não participante.	Entrevistas com líderes comunitários e empreendedores do quilombo Mussuca e a observação direta não participante.	Transcrição das entrevistas e categorização em temas para realizar a análise de dados.	Bratha; Gubik; Bereczk (2018) Coutinho <i>et al.</i> (2019) Marques <i>et al.</i> (2021); Lima; Irving; Oliveira (2022); Saraiva (2024).

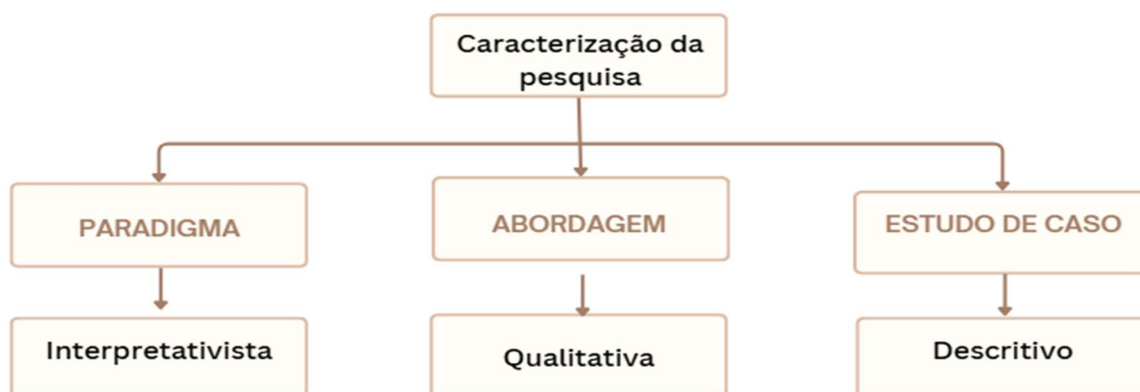
Fonte: Elaborada pela autora (2026) a partir de Stake (1995).

Conforme demonstrado no quadro 1, a elaboração das questões de pesquisa serviu como parâmetro para a construção do roteiro de entrevista, que por sua vez, apresenta-se em consonância com os objetivos específicos contidos neste estudo. Sendo assim, esses questionamentos auxiliarão na construção da categorização dos dados coletados.

É importante esclarecer que o quadro 1 representa uma sistematização orientadora do percurso investigativo. Nesta pesquisa, o referido protocolo de estudo de caso tem a função de organizar as etapas de coleta e análise dos dados de acordo com os objetivos e categorias analíticas definidas, servindo como roteiro metodológico. Assim, utiliza-se este como instrumento de organização da pesquisa qualitativa, conforme a perspectiva de Stake (1995), que privilegia a flexibilidade metodológica e sensibilidade ao campo.

Em vista disso, esta dissertação classifica-se como uma pesquisa empírica (Figura 2) que busca compreender como a vivência no território se alinha ao empreendedorismo cultural dentro de uma comunidade quilombola.

Figura 2 – Caracterização da Pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A escolha do estudo de caso intrínseco (Stake, 1995) justifica-se pelo caráter singular do território quilombola Mussuca, cujas dinâmicas culturais, identitárias e territoriais apresentam especificidades históricas, sociais e econômicas que não podem ser compreendidas por meio de abordagens comparativas ou generalizadas (Alves-Mazzotti, 2006). A escolha do estudo de caso possibilita o aprofundamento analítico de um fenômeno que ainda necessita ser explorado na pesquisa científica: a relação entre território e empreendedorismo cultural em comunidades quilombolas. Conforme Stake (1995), o interesse do estudo está centrado na compreensão profunda do caso em si, sem pretensão de generalização dos achados.

Conforme Stake (1995), o estudo empírico é indicado quando o interesse do pesquisador está centrado em realizar uma compreensão profunda de um caso em si, e não na produção de generalizações. Assim, o território Mussuca constitui-se como uma unidade relevante para preencher lacunas teóricas existentes sobre empreendedorismo cultural em territórios tradicionais, favorecendo a produção de conhecimento contextualizado com a realidade.

3.2 TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS

As técnicas de coleta de dados são percebidas como um meio de conectar o pesquisador ao seu objeto de estudo (Vergara, 2009). Nesta dissertação, foi empregada a técnica de entrevistas semiestruturadas e da observação direta não participante.

3.2.1 Entrevistas semiestruturadas

A escolha do uso de entrevista semiestruturada advém do fato de que essa é uma técnica privilegiada de comunicação que combina perguntas fechadas e abertas, em que o/a entrevistado/a tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (Silva; Menezes, 2023).

Neste contexto, a entrevista semiestruturada possibilitou o surgimento de novos questionamentos não previstos pela pesquisadora (Oliveira; Guimarães; Ferreira, 2023). Trata-se de uma técnica conduzida pela relação de interesse do entrevistador, que busca explorar determinado conteúdo no decorrer da sua realização (Guazi, 2021). Nesta dissertação, a entrevista semiestruturada foi implementada em quatro etapas, que consistem em contato inicial, formulação das perguntas, registros das respostas e finalização da entrevista em clima de cordialidade (Fontana, 2018).

Foi feito o contato inicial com os entrevistados, explicando a finalidade da pesquisa e a imprescindibilidade da sua colaboração. Envolveu ações voltadas para manter a confiança e espontaneidade dos sujeitos (Marconi; Lakatos, 2008). Na etapa de formulação das perguntas foram realizadas as perguntas conforme o roteiro, com clareza, sempre respeitando o momento de fala do outro.

Na etapa de registro das respostas, as entrevistas foram gravadas, com o intuito de garantir maior veracidade e fidelidade das informações e assim, evitar distorções e falhas. Por fim, na etapa de finalização da entrevista, foi mantido o clima de cordialidade, e feitos os devidos agradecimentos.

Diante disso, os primeiros entrevistados (os líderes comunitários), selecionados na implementação da entrevista detinham elevado conhecimento sobre o quilombo, suas tradições, sobre a relação entre seu empreendimento e a cultura do seu povo, bem como sobre os indivíduos que viviam na comunidade. Segundo Baldin e Munhoz (2011), esses mesmos indivíduos, considerados “as sementes” indicaram outras pessoas de seu conhecimento para também participarem da amostra.

Sendo assim, para a efetiva implementação da proposta, foi realizada uma visita à comunidade quilombola Mussuca, com o objetivo de coletar informações que contribuíssem para a compreensão da relação entre território e empreendedorismo cultural e identificação das principais dificuldades enfrentadas por eles no contexto do empreendedorismo. Durante a visita, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, guiadas por um roteiro previamente elaborado, a fim de garantir a consistência dos dados obtidos. O registro das falas foi feito por meio de um gravador, assegurando a fidelidade das informações e possibilitando uma análise mais detalhada do conteúdo posteriormente.

Para a entrevista, foram selecionadas 16 pessoas, dentre as quais 2 líderes comunitários e 14 empreendedores, sendo 3 homens e 13 mulheres pertencentes à Comunidade Quilombola Mussuca, que atuam nos segmentos de gastronomia, dança, música e artesanato. A escolha desses sujeitos por serem atores-chaves se deu para obter informações amplas e pertinentes sobre suas atividades e percepções acerca do território e do empreendedorismo cultural. Todas as entrevistas foram realizadas mediante assinatura de autorização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - CEP Humanidades. Para preservar o anonimato dos entrevistados, eles foram identificados por pseudônimos em letras alfabéticas (A, B, C, D, ..., P). A coleta de dados ocorreu durante o mês de novembro de 2025, na comunidade quilombola Mussuca, respeitando-se os princípios éticos e culturais que regem o relacionamento com populações tradicionais. Conforme previsto no TCLE, esperava-se que cada entrevista durasse entre 30 e 60 minutos; contudo, a média observada foi de apenas 12 minutos, totalizando 180 minutos. Essa discrepância deu-se em razão dos participantes fornecerem respostas sucintas e objetivas, o que, embora tenha encurtado o tempo de coleta, não comprometeu a qualidade nem a abrangência das informações obtidas.

O número de participantes foi definido com base no critério de saturação teórica, o qual pressupõe que a coleta de dados deve ser encerrada quando as informações passam a se repetir e não acrescentam novos elementos analíticos relevantes ao estudo (Godoy, 1995). Além disso, a seleção de empreendedores e líderes comunitários ocorreu de forma intencional, considerando

sua atuação direta na comunidade e sua representatividade no território (Marconi; Lakatos, 2008).

Os líderes comunitários foram escolhidos por deterem conhecimento histórico, organizacional e identitário na comunidade, enquanto os empreendedores foram selecionados por sua inserção prática nos segmentos culturais, o que reforça a perspectiva de compreensão da realidade social a partir das experiências dos sujeitos.

A etapa de realização das entrevistas semiestruturadas teve o propósito de ampliar os conhecimentos acerca das experiências e realidades vivenciadas pelos atores inseridos no quilombo e que atuam no universo do empreendedorismo cultural. Diante desses aspectos, buscou-se com as entrevistas, analisar a relação entre território e empreendedorismo cultural, e de forma mais profunda, identificar as dificuldades enfrentadas por eles, bem como avaliar possíveis estratégias voltadas para a melhoria dos cenários.

Com o intuito de orientar a análise dos dados obtidos na pesquisa, o Quadro 2 apresenta a sistematização das categorias analíticas definidas a partir dos objetivos específicos do estudo e da observação direta não participante. As categorias foram relacionadas aos elementos de análise, às questões do roteiro de entrevista semiestruturada e aos elementos considerados na observação direta não participante. Essa organização possibilitou articular as duas técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa, considerando tanto as narrativas dos entrevistados quanto os aspectos observados no território da comunidade quilombola Mussuca.

Quadro 2 – Categorias analíticas e elementos da observação direta não participante

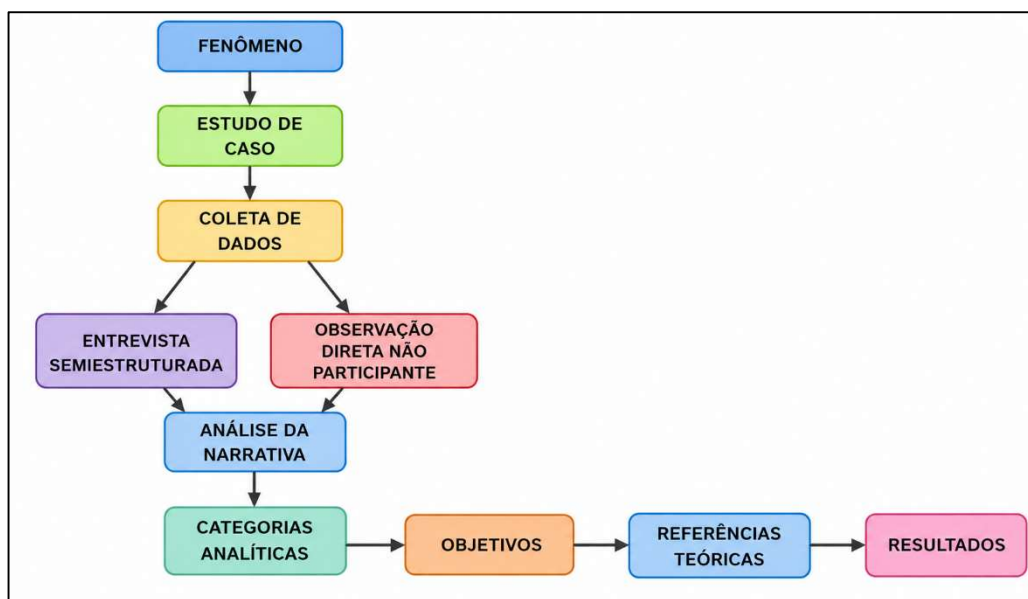
Objetivo Específico	Categoria Analítica	Elementos de Análise	Questões do roteiro	Elementos da observação direta não participante
Contextualizar a perspectiva histórica, social, política e econômica de Laranjeiras e da comunidade quilombola Mussuca.	Perspectiva histórica, social, política e econômica de Laranjeiras e da comunidade quilombola Mussuca.	- Período Colonial. - Tradições da comunidade. - Identidade Social. - Direitos do território. - Vale do Cotinguiba. - Crescimento econômico sustentável	01 a 10	Características físicas e simbólicas do território; Formas de organização comunitária; Manifestação da cultura local nas práticas cotidianas; Interações sociais durante eventos, reuniões ou apresentações culturais; Presença ou ausência de apoio institucional ou políticas públicas no território.
Descrever as atividades empreendedoras existentes na comunidade quilombola, na perspectiva do empreendedorismo cultural.	Atividades empreendedoras e o empreendedorismo cultural.	- Identidade quilombola. - Saberes ancestrais. - Empreendimentos culturais.	11 a 14	Manifestação da cultura local nas práticas cotidianas; Tipos de empreendimentos culturais existentes; Relações entre os empreendedores e os líderes comunitários; Dinâmicas de comercialização dos produtos culturais.
Compreender as perspectivas e desafios de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais da comunidade quilombola.	Perspectivas e desafios de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais.	- Dificuldades enfrentadas pelos empreendedores culturais. - Sugestões de melhorias para impulsionar os empreendimentos culturais. - Manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais.	15 a 17	Formas de organização comunitária; Relações entre os empreendedores e os líderes comunitários; Dinâmicas de comercialização dos produtos culturais; Presença ou ausência de apoio institucional ou políticas públicas no território.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Cada objetivo específico foi desdobrado em categorias e elementos de análise que orientaram a interpretação dos dados coletados. A primeira categoria contempla a perspectiva histórica, social, política e econômica de Laranjeiras e da comunidade quilombola Mussuca; a segunda aborda as atividades empreendedoras e o empreendedorismo cultural; e a terceira compreende as perspectivas e os desafios de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais. Os elementos de análise foram associados às questões do roteiro de entrevista e aos aspectos considerados na observação direta não participante, possibilitando articular as narrativas dos participantes aos elementos observados no território. Essa organização buscou assegurar coerência entre os objetivos específicos, as técnicas de coleta de dados e a análise dos resultados.

A figura 3 apresenta o desenho metodológico da pesquisa, de acordo com a abordagem estudo de caso, as categorias analíticas elencadas na pesquisa, as técnicas de coleta de dados e a análise dos dados.

Figura 3 – Desenho metodológico



Fonte: Elaborada pela autora (2026) com auxílio do ChatGpt.

O roteiro de entrevista (Apêndice A), foi elaborado considerando as especificidades históricas, culturais e territoriais da comunidade quilombola, contemplando aspectos relacionados à trajetória dos entrevistados no território, aos vínculos comunitários, às práticas culturais tradicionais, às formas de organização social e às transformações ocorridas ao longo do tempo. Dessa forma, as perguntas não se restringiram às dimensões conceituais do

empreendedorismo cultural, mas incorporaram o contexto do caso, visando captar como as experiências territoriais influenciaram diretamente os modos de empreender.

O roteiro de entrevista foi dividido em três etapas. A primeira etapa consistiu em entender a perspectiva histórica, social, política e econômica de Laranjeiras e da comunidade quilombola Mussuca. Na segunda etapa, o propósito foi de descrever as atividades empreendedoras desenvolvidas na comunidade identificadas no contexto do empreendedorismo cultural.

A terceira etapa se estabeleceu para compreender as perspectivas e desafios de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais da comunidade, para assim partir para análise dos resultados.

3.2.2 Observação direta não participante

A possibilidade de ver e rever de forma repetida o fenômeno contribui para que o pesquisador identifique padrões de interação que fornecem uma base mais robusta para o rigor baseado na experiência (Silva; Menezes, 2023). A finalidade da observação direta não participante utilizada neste estudo foi pautada na compreensão da relação entre o território e a formação de identidade do grupo quilombola e a relação com o empreendedorismo cultural. Neste aspecto, a técnica adotada foi utilizar uma estratégia que buscou o estreitamento do vínculo da pesquisadora com a história dos empreendedores da comunidade quilombola Mussuca. Trata-se de uma abordagem voltada para a compreensão das interações sociais, resistência cultural e território.

A observação direta não participante realizada em território quilombola seguiu o caminho metodológico similar ao do estudo de Baltazar, Ferreira e Vasconcelos (2024), que consistiu nas etapas de: 1) planejamento, com o estabelecimento do problema e definição dos aspectos específicos a serem observados; 2) coleta de dados, onde foi executada a observação anteriormente planejada com o auxílio de gravações de áudio e anotações, e, 3) análise e interpretação dos dados, onde foi feita uma revisão e organização dos dados coletados, de forma a consolidar as observações por categoria (Baltazar; Ferreira; Vasconcelos, 2024).

Sendo assim, durante a visita ao quilombo, convinha observar todos os processos, fossem eles verbais e não verbais (Matos; Ribeiro, 2022). Os processos verbais avaliados compreenderam as falas dos líderes comunitários, observando-se se estas transmitiam emoção e entusiasmo ao descrever seu empreendimento (tratava-se de emoções positivas).

Quanto aos aspectos não verbais, foram observadas as características do território, suas tradições, os tipos de produtos culturais, como o artesanato, comidas e apresentações (danças e encenações). Também foi horizonte de observação o comportamento dos líderes da comunidade, o que envolve a maneira como eles se articulam para fazer as coisas acontecerem, como se organizam, lideram, mobilizam os sujeitos da comunidade, e a quem eles recorrem em questão de capital financeiro.

Diante disso, por meio da observação direta não participante foi possível compreender de forma mais clara como os quilombolas se articulam para empreender por meio das suas culturas, experiências e vivências no território.

A visita à comunidade quilombola Mussuca possibilitou à pesquisadora uma aproximação com o contexto no qual as atividades empreendedoras e culturais são desenvolvidas, permitindo observar aspectos que ultrapassam as informações obtidas por meio das entrevistas. Durante a permanência no território, a observação esteve direcionada às características físicas e simbólicas da comunidade, às manifestações culturais presentes nas práticas cotidianas, às formas de organização comunitária, aos tipos de empreendimentos culturais existentes e às relações estabelecidas entre empreendedores e lideranças. A experiência no campo também possibilitou observar as dinâmicas de comercialização dos produtos culturais e aspectos relacionados à presença ou ausência de apoio institucional e de políticas públicas no território. Dessa forma, a inserção da pesquisadora no campo contribuiu para aproximar as narrativas dos participantes das práticas e relações observadas na comunidade, ampliando a compreensão sobre a articulação entre território, cultura e empreendedorismo na Mussuca.

Para orientar a observação direta não participante, foi elaborado um roteiro composto pelos seguintes elementos:

- a) Características físicas e simbólicas do território;
- b) Formas de organização comunitária;
- c) Manifestação da cultura local nas práticas cotidianas;
- d) Tipos de empreendimentos culturais existentes;
- e) Relações entre os empreendedores e os líderes comunitários;
- f) Dinâmicas de comercialização dos produtos culturais;
- g) Interações sociais durante eventos, reuniões ou apresentações culturais;
- h) Presença ou ausência de apoio institucional ou políticas públicas no território.

Esse roteiro tem a finalidade de sistematizar os registros empíricos e auxiliar na posterior análise das observações, garantiu maior rigor à análise e aos resultados coletados, (Matos; Ribeiro, 2022).

3.3 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DE DADOS

3.3.1 Análise da Narrativa

Nesta dissertação foi adotada a estratégia da análise da narrativa. A narrativa tem efeitos na interação social e é por meio dela que os indivíduos constroem identidades (Castellanos, 2014), que são histórias que as pessoas contam sobre quem elas são (Bastos; Biar, 2015). Neste trabalho, a análise narrativa se concentrou tanto em *como* as coisas foram ditas quanto no *que* foi dito pelos entrevistados (Smith; Sparkes, 2009), configurou-se em uma abordagem que reconheceu a importância das histórias como forma de conhecimento. Tendo em vista que as narrativas não são apenas recontos do que aconteceu, elas são construções sociais, moldadas pelo contexto, pelo público e pela linguagem (Riessman, 2008), a análise narrativa nesta pesquisa focou em como e por qual motivo uma história foi contada daquela maneira específica (Moutinho; Conti, 2016).

A construção da narrativa desta dissertação baseou-se nas experiências vivenciadas pelos empreendedores e líderes comunitários, pertencentes ao quilombo Mussuca. O conjunto das narrativas obtidas durante a coleta de dados foi analisada com a finalidade de compreender como ocorre o entrelace do empreendedorismo cultural e as vivências no território, por meio dos variados segmentos de empreendimentos culturais dos quilombolas.

No contexto de pesquisas, a análise da narrativa se destaca uma metodologia relevante, evidenciando a linguagem como um componente essencial nas investigações das pesquisas de campo social (Ferrari; Costa, 2024). Essa abordagem buscou representar e interpretar as informações coletadas a respeito da influência do território no empreendedorismo cultural na comunidade quilombola Mussuca. Assim, o emprego das narrativas tornou-se uma forma primária de dar sentido às experiências individuais dentro do cenário em estudo.

A fim de auxiliar na análise da narrativa a pesquisadora utilizou mais duas outras abordagens para melhor extração dos dados: a história oral e a metodologia ativa. A história oral abrange a memória pessoal e a comunicação verbal, que confere significados à espontaneidade da história, tornando-a perfeita para registros em áudio (Meihy; Seawright, 2025). A metodologia ativa contribui no processo de facilitação do desenvolvimento de

competências, incentivando no pensamento crítico (Carmo; Marcellos, 2025), como também, geram oportunidades e estratégias cognitivas no processo de construção do conhecimento, fazendo com que o entrevistado seja mais proativo e comunicativo para compartilhar o saber (Santos; Castaman, 2022). A pesquisadora teve a ideia de realizar um desenho de uma mão e um pé com papelão para simbolizar as mãos e os pés de cada entrevistado, a fim de coletar informações a partir desses membros tão fundamentais do corpo humano.

A narrativa acerca da vivência no território quilombola foi construída sob o horizonte das informações coletadas em entrevista obtidas durante a visita ao quilombo, sobre a vivência dos entrevistados e sua relação com o território, com foco em seus empreendimentos culturais. Após o encerramento das entrevistas, as falas dos sujeitos registradas em gravações e anotações foram transcritas em sua integralidade, como parte integrante da construção metodológica. Por fim, foi efetuada a análise e separação das informações coletadas segundo a temática abordada, para melhor direcionamento da discussão. Para a análise da narrativa, as entrevistas foram transcritas e categorizadas em temas (Ferrari; Monteiro; Costa, 2021).

Os temas para análise foram: (1) Perspectiva histórica, social, política e econômica da cidade de Laranjeiras e da comunidade Mussuca; (2) Atividades empreendedoras e o empreendedorismo cultural; (3) Perspectivas e desafios de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais.

A pesquisa respeitou integralmente os princípios éticos que regem pesquisas com seres humanos, garantindo aos participantes o direito à informação, autonomia, privacidade e confidencialidade. Todos os sujeitos foram esclarecidos quanto aos objetivos do estudo, aos procedimentos adotados e ao caráter voluntário de sua participação. Foi assegurado o anonimato, sendo utilizados pseudônimos quando necessário, e os dados utilizados foram utilizados exclusivamente para fins científicos. Além disso, a pesquisadora compromete-se com o respeito às especificidades culturais da comunidade quilombola, reconhecendo seus saberes, valores e formas próprias de organização social, evitando qualquer prática de exploração ou exposição indevida.

Salienta-se que esta dissertação foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFS e recebeu aprovação (Anexo A), conforme o parecer de número 8.390.479. Essa aprovação atesta que a pesquisa respeitou os princípios éticos necessários para a condução de estudos envolvendo seres humanos, garantindo a proteção dos participantes e a integridade do processo investigativo.

Ao longo do desenvolvimento desta dissertação, os recursos de Inteligência Artificial (IA) foram empregados de maneira complementar e transparente, preservando a essência da

pesquisa. As ferramentas de IA auxiliaram na organização de ideias, revisão textual e padronização das referências bibliográficas. Adicionalmente, foi utilizada a ferramenta TurboScribe.ai para a transcrição inicial das entrevistas, que foram gravadas, e posteriormente foi feita uma revisão manual do material transcrito, garantindo a precisão dos depoimentos dos participantes. Também foram utilizadas as ferramentas ChatGPT, *LanguageTool* e *Quillbot* como suporte adicional em aspectos de clareza na redação, aprimoramento textual e estruturação de determinados trechos da dissertação, sem impactar a coleta ou a análise dos dados. Ressalta-se, entretanto, que a utilização dessas ferramentas não substituiu a interpretação analítica do pesquisador, nem interferiu na condução das entrevistas, na análise interpretativa dos dados ou na formulação das conclusões da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi construída a partir da articulação entre as entrevistas semiestruturadas e os registros da observação direta não participante realizada no território quilombola Mussuca. Os resultados foram organizados conforme as categorias analíticas adotadas no estudo, buscando integrar as narrativas dos participantes aos elementos observados no campo.

A análise buscou investigar a percepção dos líderes comunitários e empreendedores em relação ao contexto histórico, social, político e econômico de Laranjeiras e da comunidade quilombola Mussuca; descrever as atividades empreendedoras existentes na comunidade quilombola, na perspectiva do empreendedorismo cultural; e compreender as perspectivas e desafios de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais da comunidade quilombola. Foram entrevistadas 16 pessoas, dentre as quais 2 líderes comunitários e 14 empreendedores, sendo 3 homens e 13 mulheres, todos residentes da comunidade quilombola Mussuca em Laranjeiras/SE.

4.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA, SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE LARANJEIRAS E DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA

A cidade de Laranjeiras, localizada no estado de Sergipe, possui um patrimônio histórico e artístico advindo da arte colonial do Brasil, que são identificadas na paisagem da cidade (Mello, 2011; Paulo; Silva, 2023). Exemplos disso são suas ruas de pedras, residências com fachadas coloridas, igrejas localizadas em pontos altos, manifestações de grupos folclóricos, além de diversas outras referências do passado (Orazem, 2008). Localizada às margens do rio Cotinguiba, Laranjeiras faz parte do início da história da colonização, tornando-se um centro comercial ativo, devido a três fatores: solo, clima e rios navegáveis (Santos; Malaquias, 2025). Essa combinação perfeita fez com que a região fosse reconhecida como o principal centro de cultivo de cana-de-açúcar durante o período colonial (Menezes, 2023).

No centro histórico de Laranjeiras são encontradas diversas edificações em estado de ruínas, que representam a história do século XIX (Mello; Barroso, 2012). Esses elementos preservam a memória coletiva do povo, possuindo forte poder de evocação do passado por meio da identidade compartilhada por seus habitantes (Feitosa, 2012). As questões políticas,

econômicas e religiosas foram influenciadas pelos jesuítas e pelos negros africanos, que, juntamente com os indígenas residentes, formaram e continuam a moldar a estrutura social da cidade (Santos, 2016).

A comunidade Mussuca é rica em saberes tradicionais vinculados às religiões de origem afro-brasileira, que utilizam esse conhecimento para promover iniciativas culturais (Miranda, 2018). A memória coletiva preserva a cultura, tradições, costumes, crenças, manifestações e outras práticas de um povo, que permite as gerações futuras continuarem transmitindo os saberes e fazeres da comunidade (Dumas, 2016).

A cidade de Laranjeiras é palco de cultura e tradição, em seu 50º Encontro Cultural, evidenciou a dedicação e preservação da cultura sergipana, que mistura tradição, folclore e fé (Prefeitura de Laranjeiras, 2025). Neste contexto, o empreendedorismo cultural está diretamente relacionado com a território quando a memória simbólica se faz presente a partir das histórias e das estórias contadas sobre o território Mussuca (Pesavento, 2007; Neves; Davel, 2022).

Geograficamente, a Mussuca está situada em uma área caracterizada por morros de alto e baixo relevo, no bioma da Mata Atlântica, onde o Rio Cotinguiba encontra o Rio Sergipe, antes deste último desaguar no mar (IBGE, 2022). A formação do território intensifica-se no final do século XVIII, após a coroa portuguesa reprimir violentamente a resistência do povo Tupinambá, liderada pelo cacique Serigy (Santos; Maia, 2022). A Mussuca possui cerca de 3.316 habitantes. Ao total, são contabilizadas 548 famílias residentes no território (IBGE, 2022). Em termos fundiários, a Mussuca ainda não possui título definitivo de propriedade, embora o processo de titulação esteja em andamento pelo Incra (INCRA, 2025). A área correspondente ao território que se busca titularizar consiste em 2.759,7267 hectares (CPISP, 2023).

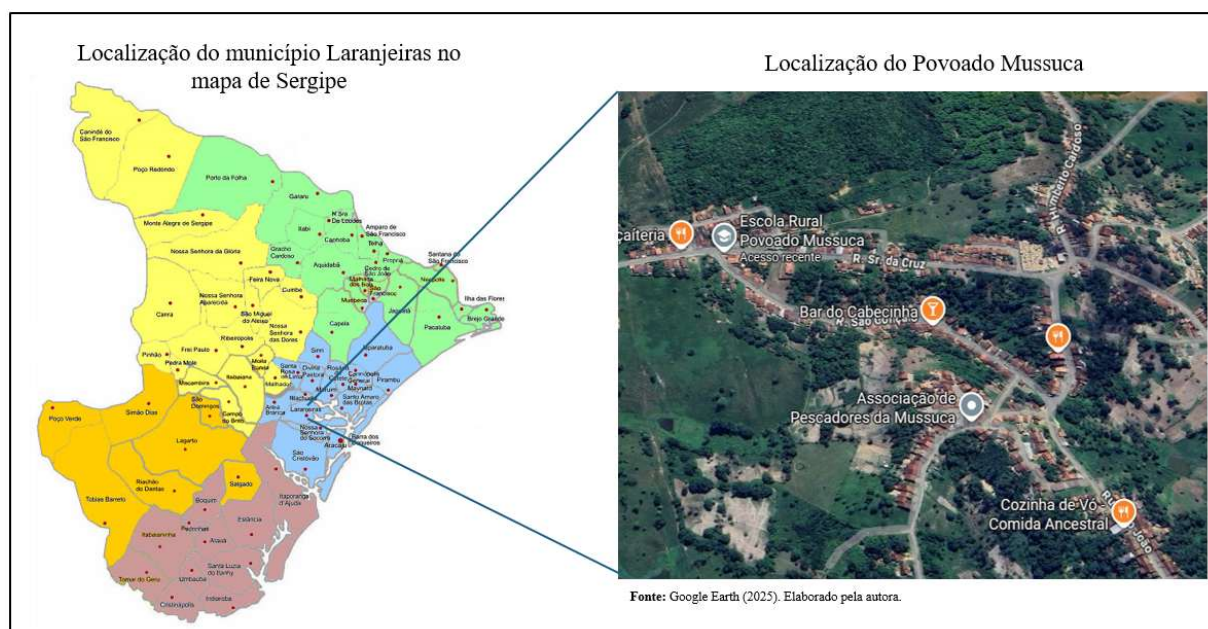
A Mussuca possui a memória afro-brasileira por meio dos cantos e histórias de Maria Nadir dos Santos, popularmente conhecida como Nadir da Mussuca, título de um documentário, dirigido por Alexandra Gouvêa Dumas (Santos, 2018). O documentário Nadir da Mussuca, visa ser um mecanismo de reconhecimento para os atores e atrizes sociais que o compõe, mas também um meio para que o território da Mussuca esteja presente em novos públicos (Dumas, 2016). O samba de pareia de Dona Nadir possui visibilidade no Brasil e no exterior por meio do EP (*Extended Play* – álbum musical) lançado em plataformas digitais com canções de autoria própria que enaltece sua herança cultural (Secretaria da Cultura/SE, 2024).

Uma especificidade da comunidade refere-se a variação na grafia do nome *Mussuca*

com (ss) para *Muçuca* com (ç). Tal designação está associada a alusão a um peixe de coloração preta que foi encontrado pelos primeiros refugiados ao cavar um poço para abastecimento de água, fato que, além de marcar simbolicamente o território reforça a conexão com as origens indígenas (Leite, 2023). Dessa forma, como a comunidade Mussuca apresenta forte ligação com a cultura, os sujeitos dessa pesquisa serão líderes comunitários e empreendedores que estão empreendendo dentro do território quilombola por meio da cultura. Os participantes serão entrevistados presencialmente na Mussuca.

A Figura 4 ilustra a localização do povoado Mussuca, no município de Laranjeiras, Sergipe.

Figura 4 – Localização do Povoado Mussuca no município de Laranjeiras/SE



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

No que se refere às fontes de renda da comunidade, estas são majoritariamente derivadas de práticas tradicionais pesqueiras e da agricultura familiar. Nos quintais das residências é comum o cultivo do milho, feijão, fava, abóbora, quiabo, macaxeira, mamão, dentre outras variedades que garantem renda e segurança alimentar das famílias. Devido à predominância de famílias de baixa renda na comunidade da Mussuca, a principal complementação financeira provém de programas sociais do governo, como por exemplo o “bolsa família” (Santos, 2019), que exerce papel fundamental na manutenção econômica e social dos moradores.

De acordo com o entrevistado B, para reconhecer a comunidade como quilombola, o INCRA realizou um estudo antropológico, no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), onde foram encontrados vários vestígios arqueológicos da presença do povo

Tupinambá no território. Além disso, observa-se aspectos nos comportamentos, nos fazeres, nas falas, na alimentação, nas práticas tradicionais de pesca, de agricultura, que reconhece as práticas indígenas de forma natural.

Na análise das entrevistas, observou-se que, segundo os líderes comunitários e empreendedores da comunidade Mussuca, a região de Laranjeiras possuía facilidade de mercado no período colonial por escoar o cultivo da cana-de-açúcar por meio do rio Cotinguiba. Todos os entrevistados mencionaram que a região do Vale do Cotinguiba e Rio Sergipe traz subsistência para a população por meio da pesca e da agricultura de base familiar. Segundo Santos e Malaquias (2025), Laranjeiras fez parte da história da colonização por ter se tornado um centro comercial ativo no cultivo de cana-de-açúcar durante o período colonial. A região do vale do Cotinguiba contribuiu no reconhecimento de tornar Laranjeiras como o principal centro de produção de cana-de-açúcar.

A comunidade quilombola Mussuca, também faz parte desse contexto histórico de produção de cana-de-açúcar, por estar localizada às margens do Rio Cotinguiba e Rio Sergipe. De acordo com o depoimento do entrevistado B, a Mussuca fazia parte do Engenho da Ilha, o qual foi fundamental na ocupação do território, servindo como um componente central nas atividades econômicas e sociais da comunidade.

Nesse Vale do Cotinguiba, a Mussuca se destacou desde sempre, né, aqui no Engenho Ilha. Foi o engenho mais próspero do Vale do Cotinguiba. Ele, inclusive, tem documentos que datam a sua fundação anterior à sede do município de Laranjeiras. Ele foi tão próspero que quase se fundou enquanto vila, né, aqui na Mussuca. Então, a Mussuca tem uma representação muito grande para o Vale do Cotinguiba, tanto econômica, histórica, cultural, social, sabe, muito forte mesmo. E para o Estado e para o Brasil, né, que são esses povos que levantou o que a gente hoje chama de nação (Entrevistado B).

De acordo com todos os entrevistados, as margens desses rios são fontes de força e cultura para a comunidade, uma vez que foi por meio delas que as pessoas procuravam e ainda procuram o seu sustento. Segundo Santos (2019), as práticas tradicionais pesqueiras e a agricultura familiar são principais fontes de renda da comunidade. Assim, é fundamental proteger esses rios, uma vez que, segundo o depoimento do entrevistado C, a pesca na maré era abundante no passado, mas, com a chegada das indústrias, o rio se tornou poluído.

Representava muita fartura, peixe, camarão, caranguejo, e hoje em dia passou a não ter aquela coisa que tinha na maré como antigamente, porque antigamente não tinha fábrica, antigamente não tinha nada para impedir, e hoje

o rio é todo cheio de poluição, muito poluído. Então, aquela coisa que tinha na maré de fartura não tem mais, como antigamente (Entrevistado C).

O entrevistado D ressalta a importância de preservar os rios, destacando que isso garante sustento e segurança alimentar para a comunidade.

É muito importante conservar o rio limpo, porque é de lá que nós vamos buscar o nosso pão de cada dia (Entrevistado D).

As práticas pesqueiras tradicionais e a agricultura de base familiar ressaltam a necessidade de preservar o território. Essas atividades, transmitidas ao longo de gerações, têm contribuído para o fortalecimento da região.

A comunidade quilombola Mussuca é marcada por trajetórias históricas de resistência e pertencimento coletivo. A cultura, a religiosidade e as tradições formam vínculo de construção social. Segundo Dumas (2016) a memória coletiva preserva a cultura, tradições, costumes, crenças, manifestações e outras práticas de um povo, que permite as gerações futuras continuarem transmitindo os saberes e fazeres da comunidade.

Todos os entrevistados valorizam e enaltecem sua cultura, ressaltando que os grupos folclóricos são transmitidos de gerações para gerações. Esse processo de continuidade reforça a ancestralidade e a identidade coletiva, fortalecendo a história e a memória da comunidade. Os depoimentos dos entrevistados G, I e O revelam isso:

O que a gente faz é algo voltado para os nossos antepassados. Então isso valoriza muito e é um resgate. É algo que a gente quer que a cada dia cresça na comunidade para que a nova geração que está surgindo venha ter conhecimento para que tudo isso que ficou para trás não fique para trás. Mas que a cada dia a nova geração que venha, preserve quem foram os nossos antepassados. Então a gente tem essa cultura viva dentro da comunidade que relata, retrata tudo isso. Nossos ancestrais! (Entrevistado G)

Os grupos folclóricos, que já é tradicional, que eu posso dizer a ancestralidade da gente, que na minha infância eu lembro que eu acompanhei muitas vezes pela parte de minha mãe, nós saímos em São Gonçalo, eu acompanhando a procissão, eu tenho essa lembrança (Entrevistado I).

Eu acho que o ponto mais crucial de uma comunidade quilombola é tentar manter a sua ancestralidade, a sua identidade. É por isso que eu respiro, trabalho isso para não deixar a cultura da comunidade morrer. A Mussuca é rica, quando fala em questão de cultura (Entrevistado O).

A comunidade quilombola Mussuca possui saberes tradicionais vinculados às religiões de origem afro-brasileiras. Esses conhecimentos são preservados e transmitidos principalmente por meio da oralidade, das festas religiosas, dos cânticos, das lideranças mais antigas, das

estórias contadas, entre outros, em que reafirmam a importância da ancestralidade na construção histórica e cultural da comunidade. De acordo com Santos (2018), o documentário dirigido por Alexandra Gouvêa Dumas, sobre as histórias e cantos de Maria Nadir dos Santos, popularmente conhecida como Nadir da Mussuca, visa ser um mecanismo de reconhecimento para os atores e atrizes sociais que o compõe, como também ser um meio para que o território da Mussuca esteja presente em novos públicos.

Essas heranças culturais respaldam na juventude, pois é por meio dessa confluência de gerações e lutas para manter viva a cultura que a juventude se interessa nos projetos ofertados pelos líderes e mestres culturais. Os entrevistados B, I, O e P deixam claro essa relação de lutar e manter viva a cultura do território.

Eu acho que essa busca pela ancestralidade me conduziu meus pés para o que eu sou hoje, para essa juventude que está lutando, defendendo o território e que entendeu que é importante que as minhas mãos estejam justamente na defesa dessas histórias dos meus (Entrevistado B).

Hoje está se desenvolvendo uma bandinha da juventude que está se interessando para dar continuidade à nossa história (Entrevistado I).

Eu preciso da ajuda da população, principalmente das crianças, como eu sempre menciono, que as crianças são o ponto-chave do sistema, da questão de entender a ancestralidade, da identidade, porque, daqui a 20, 30 anos, eu não vou ter condições de fazer o que eu faço hoje. Aí, quem vai dar continuidade? São eles. Então, a gente tem que ter essa noção de trabalhar na base, com as crianças, jovens, e quando se tornarem adultos, eles já estarem cientes do que eles devem fazer (Entrevistado O).

Temos serviço de convivência com as crianças, adultos e adolescentes. E o que eu pretendo fazer com esses adolescentes é levar a cultura para eles terem o melhor conhecimento e ter interesse nelas (Entrevistado P).

O sentimento de pertencimento enquanto comunidade quilombola nasce desde a infância, acompanhando as tradições religiosas, as manifestações dos grupos folclóricos e as atividades culturais que são transmitidas por gerações dentro da comunidade. De acordo com Davel e Cora (2016), Lima, Gama e Bernardo (2024) o sentimento de pertencimento de um grupo social é construído por meio de um processo histórico e relacional com o território.

O território proporciona um vasto conhecimento para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, é por meio de saberes e práticas culturais que a comunidade se desenvolve e se fortalece a fim de proteger suas raízes ancestrais. Todos os entrevistados expressaram experiências vividas na comunidade que são de suma importância para dar continuidade a história de seus antepassados. Experiências essas que sempre remetem às tradições culturais da comunidade. Os entrevistados F e G revelam a tradição secular de comemorar a vida da criança quando completa 15 dias de nascimento.

Tem as pessoas que fazem o festejo da meladinha. As mulheres que têm filhos, fazem aquela visita, e da visita gera um samba, um visitante que participa das meladinhas (Entrevistado F).

Quando as mulheres ganham neném, quando completam 15 dias da criança nascida, tem uma comemoração na comunidade. Quando aquela família procura o grupo samba de pareia, então elas fazem uma comemoração no dia em que a criança completa 15 dias de nascimento (Entrevistado G).

O território também contribui para o desenvolvimento econômico e sustentável da comunidade fundamentado na sociobiodiversidade. Essa conexão entre diversidade biológica (espécies, ecossistemas) e a diversidade sociocultural (povos, culturas, saberes) de uma região visa valorizar o saber das comunidades tradicionais, tais como quilombolas, indígenas e ribeirinhos (Melo, 2019). O entrevistado B fala sobre a importância de conhecer e preservar os saberes tradicionais do território.

É importante a gente defender o território, porque senão as nossas práticas tradicionais como o benzimento, as curas, as rezas, vai tudo se perder. Porque se não tiver o a terra e o território vivo e saudável, coloca em risco, não só essas práticas tradicionais, como todas as práticas que a gente tem aqui no nosso território (Entrevistado B).

De acordo com Deodato, Souza e Silva (2023), ainda que o costume de um território tradicional, como de uma comunidade quilombola, esteja sujeito às influências de hábitos externos, a sua fundação tem raízes orientadas por princípios de grupo de camponês, pelo controle relativo do território e seus recursos, determinando regras específicas para seu uso.

Ainda há obstáculos políticos que impedem à garantia dos direitos do território para que a comunidade possa dar continuidade as práticas tradicionais dos seus antepassados. Araújo e Ribeiro (2024) afirmam que esses grupos sociais atuam em prol da emancipação social, em busca de melhores condições de vida, e constituem instrumentos poderosos criados pelo povo afro-brasileiro como forma de preservar suas tradições e culturas. Já, Gomes (2017) complementa que esses grupos agem ativamente frente as relações político-sociais, nas vertentes culturais em busca da manutenção da sua própria sobrevivência, de forma a viabilizar a luta e a resistência que representa suas gerações passadas.

Os entrevistados B, C, D e O expressam em seus depoimentos a ausência de apoio por parte do poder público, especialmente no que se refere à regularização fundiária e à titulação das terras.

A gente, né, desde a colonização até hoje não tem direito ao básico, à terra, sabe. O governo não tem uma política assim que regulariza no sentido de ter um tempo assim, com tanto tempo vamos regularizar a reforma agrária, a titulação do território, vamos garantir a terra. Não tem! Se você não tem terra, você não faz nada, você não pode plantar, você não pode fazer uma agrofloresta, você não pode fazer nenhum projeto que traga uma perspectiva

da economia circular e criativa no território, você não pode ter perspectiva de saúde, você tira tudo. Então, a gente tem essa primeira barreira, né, que é a terra, o território, o direito ao território vivo e saudável (Entrevistado B).

O que a comunidade enfrenta mais é a falta de recurso pelo poder público, é que a gente não é bem assistida (Entrevistado C).

A titulação das terras será uma conquista grande, é uma batalha, entendeu? É uma vitória, como se fosse assim, uma guerra que a gente venceu. Possuir a terra que nós temos direito, que nós conquistamos com suor de sangue, com luta, com muito trabalho (Entrevistado D).

A gente sabe que quando é uma comunidade quilombola, que é uma comunidade que quer ficar empoderada, ela incomoda, e o sistema em si não vai dar privilégio a gente. Então, sempre vai ser dessa forma, a gente lutando contra o sistema (Entrevistado O).

Dessa forma, torna-se fundamental reconhecer o território como elemento central para o desenvolvimento econômico e social das comunidades quilombolas. Segundo Gomes (2017) a comunidade quilombola age ativamente frente as relações político-sociais, nas vertentes culturais em busca da manutenção da sua própria sobrevivência, de forma a viabilizar a luta e a resistência que representa suas gerações passadas.

A análise dos relatos evidencia que a constituição histórica, social, política e econômica da comunidade Mussuca está relacionada às formas de ocupação e vivência do território, às práticas tradicionais de subsistência, à ancestralidade, ao pertencimento e à preservação das manifestações culturais. Ao mesmo tempo, os depoimentos revelam desafios relacionados à proteção dos recursos do território e à garantia de direitos. O Quadro 3 elenca as principais evidências identificadas nesta categoria de análise.

Quadro 3 – Síntese das evidências sobre a perspectiva histórica, social, política e econômica da comunidade Mussuca

Elemento de análise	Evidências empíricas identificadas	Síntese interpretativa
Formação histórica e território	Os relatos relacionam a formação da Mussuca ao Vale do Cotinguiba, ao Engenho Ilha e à ocupação histórica do território.	A trajetória da comunidade está vinculada à própria formação histórica e econômica da região de Laranjeiras e do Vale do Cotinguiba.
Território e subsistência	Os entrevistados relacionam os rios Cotinguiba e Sergipe à pesca, à agricultura familiar e ao sustento da comunidade.	O território possui dimensão econômica e social, pois seus recursos estão relacionados às práticas tradicionais de subsistência.
Transformações no território	O entrevistado C relata redução da fartura de peixes, camarões e caranguejos e associa essa transformação à poluição decorrente da chegada das indústrias.	As transformações ambientais do território interferem nas práticas tradicionais e nas condições de subsistência da comunidade.
Tradições e ancestralidade	G, I e O relacionam manifestações culturais, grupos folclóricos e práticas comunitárias aos antepassados e à continuidade da cultura.	A ancestralidade sustenta a continuidade das manifestações culturais e fortalece a identidade coletiva.

Transmissão intergeracional	B, I, O e P destacam crianças e jovens como fundamentais para a continuidade da cultura, dos saberes e da história da comunidade.	A continuidade das práticas culturais depende da transmissão dos conhecimentos entre as gerações.
Pertencimento e identidade	Os relatos demonstram vínculos construídos desde a infância com manifestações culturais, religiosas e comunitárias.	O pertencimento é construído por meio das experiências vivenciadas no território e da participação nas tradições da comunidade.
Direito ao território	B, C, D e O apontam ausência de apoio público, dificuldades relacionadas à titulação e necessidade de defesa do território.	A garantia do território aparece como condição para a continuidade das práticas tradicionais e para o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

A síntese das evidências demonstra que a perspectiva histórica, social, política e econômica da comunidade Mussuca está diretamente relacionada ao território e às experiências nele construídas. Os relatos evidenciam que os rios, as práticas de pesca e agricultura, as manifestações culturais, a ancestralidade e a transmissão de saberes entre gerações constituem elementos que fortalecem a identidade e o sentimento de pertencimento da comunidade. Ao mesmo tempo, as transformações ambientais, a ausência de apoio do poder público e as dificuldades relacionadas à titulação das terras revelam desafios para a preservação dessas práticas e para a continuidade das relações estabelecidas com o território.

4.2 ATIVIDADES EMPREENDEDORAS E O EMPREENDEDORISMO CULTURAL

Na perspectiva dos entrevistados A, B, J, L e O, empreender vai além de gerar renda, está representado no amor, união, na identidade e fortalecimento do território. O entrevistado A relata que empreende por meio da culinária, no restaurante Cozinha de Vó, como também empreende no turismo de base comunitária, e que as pessoas da comunidade procuram empreender por meio dos grupos culturais. Oliveira *et al.* (2026) apontam que o turismo de base comunitária explora três componentes básicos da paisagem, sendo eles: os geomorfológicos, os biológicos e os culturais, gerando atrativos de estado de conservação, representatividade, singularidade e conexão entre os turistas e os participantes locais. No turismo de base comunitária desenvolvido no quilombo, os visitantes têm a opção de escolher por dois itinerários: um que explora as ruínas da senzala e da igreja historicamente frequentada pela população negra, e o outro que percorre bambuzais, os quintais produtivos, os manguezais e rios que circundam a região.

O entrevistado B informou que empreender é fortalecer as práticas tradicionais que já existem no território para que mais pessoas possam se espelhar e lutar pelo território, não é só

gerar economia, mas também proporcionar formação por meio da educação popular a fim de construir e fortalecer o coletivo. Também foi apontado pelo entrevistado B o afroempreendimento, como uma perspectiva diferente de organização de trabalho. Deolindo, Augusto (2026) revelam que nas últimas décadas, o afroempreendimento ganhou destaque como um movimento de mudança econômica e social, liderado por indivíduos negros que, confrontados com os obstáculos impostos pelo racismo estrutural e pela exclusão do mercado formal, criam métodos alternativos para a geração de renda, fortalecimento identitário e valorização cultural. O entrevistado J destaca a relevância da união para empreender quanto comunidade quilombola de raça negra. De acordo com Araújo e Ribeiro (2024), esses grupos sociais atuam em prol da emancipação social, em busca de melhores condições de vida, e constituem instrumentos poderosos criados pelo povo afro-brasileiro como forma de preservar suas tradições e cultura.

Os demais entrevistados C, D, F, G, I, K, M, N e P revelam que empreender está relacionado a planejar e colocar em prática um sonho, ou seja, transformar a ideia em um negócio concreto, que seja reconhecido pela comunidade a fim de proporcionar liberdade e autonomia aos envolvidos, gerando reconhecimento social e econômico. Outro aspecto relevante é o entendimento de empreender valorizando os saberes locais, aprimorando aquilo que cada um já sabe fazer, a fim de fortalecer a prática coletiva e a parceria mútua. Esse entendimento sobre o ato de empreender dos entrevistados se alinha com as ideias de Álvarez (2017), que ver que os saberes ancestrais encontram na prática trocas recíprocas de conhecimento, sejam nas organizações dos trabalhos e atividades cotidianas, nas ideias, nos rituais e valores coletivos que representam a vida em comunidade dentro dos territórios.

Empreender também é percebido como uma estratégia de sobrevivência, em que o negócio próprio garante o sustento e reduz a dependência de terceiros. Essa forma de empreender está associada à noção weberiana abordada por Nascimento *et al.* (2019), em que o empreendedorismo por necessidade abrange grupos e indivíduos que devido às situações precárias e de vulnerabilidade socioeconômica se veem obrigados a buscarem no empreendedorismo uma alternativa de subsistência. Dessa forma, essa dimensão prática está associada à necessidade de aprendizado sobre custos, preços e lucro, evidenciando a importância do conhecimento financeiro para a manutenção do empreendimento. O ato de empreender também envolve motivação, fé, vontade e persistência, elementos considerados fundamentais para superar desafios e alcançar os objetivos desejados.

As atividades empreendedoras na comunidade quilombola Mussuca de acordo com os depoimentos dos entrevistados sempre remeteu a cultura do território. Marques *et al.* (2021)

destacam que a cultura desenvolve um papel social e comportamental na sociedade, por ter forte influência com os aspectos econômicos, e representar a subsistência das pessoas, dado o seu caráter produtivo. Lima, Gama e Bernardo (2024) ressaltam que a dimensão cultural fortalece a preservação das raízes culturais dos seres humanos com equilíbrio entre respeito à tradição e inovação. Foram apontados, por todos os entrevistados, que as atividades empreendedoras desenvolvidas na comunidade quanto às apresentações artísticas e culturais são: o São Gonçalo, o Reisado, o Samba de pareia e o Samba de coco. Esses grupos remetem a cultura popular da comunidade e resgata a história dos seus antepassados.

Além dos grupos culturais tradicionais, o entrevistado A mencionou o grupo de teatro e de dança afro. O Entrevistado B remeteu às práticas de saúde (benzimentos, rezadeiras, raizeiros, erveiros), agricultura familiar, a pesca artesanal, o artesanato, a culinária ancestral (Cozinha de Vó), e o turismo de base comunitária. O Entrevistado F mencionou as quadrilhas nas festas juninas. O entrevistado O mencionou o projeto musical dos jovens (Cordas e Tambor). Nesta perspectiva do empreendedorismo cultural, de acordo com Reis e Zille (2020), compreende a criação e implementação de ideias por grupos comprometidos com atividades artísticas e que implementam, compartilham e apresentam trabalhos que se entrelaçam com a criatividade. Complementando o pensamento desses autores, Neves e Davel (2022) reforçam que a relação entre empreendedorismo, cultura e arte ganham uma vertente estratégica a partir do instante em que a cultura ganha um espaço vital no âmbito do desenvolvimento das sociedades e da economia contemporânea local.

Em relação aos trabalhos que os entrevistados realizam na comunidade todos possuem envolvimento com o empreendedorismo cultural, seja de forma direta ou indireta. Nos relatos dos entrevistados A, B, C, J e O, são desenvolvidos trabalhos sociais na comunidade por meio da cultura. É certo que o processo de criação e busca de ideias inovadoras por indivíduos engajados com o desenvolvimento da comunidade fortalece a cultura, que aplicam, compartilham e distribuem trabalhos criativos (Neves; Davel, 2021). O entrevistado A faz parte do Grupo de Mulheres Produtoras Quilombola (Grumaq) e a Cozinha de Vó, que realiza diversas atividades voltadas para a organização, representação e fortalecimento da comunidade.

O entrevistado B buscou por meio da ancestralidade formas de permanecer no seu território, e encontrou nas matas a possibilidade de trabalhar com as ervas. Segundo ele: “E aí eu percebi que tem essa possibilidade de trabalhar com as ervas, de ir na mata, colher ervas, colher cipós, remédios, tanto para o corpo físico quanto para a parte espiritual”. O entrevistado B recebeu encomendas de várias regiões do Brasil e do exterior, encomendas de folhas, plantas, árvores que são sagradas de diversos estados do Brasil, como Brasília, São Paulo, Rio de

Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco, Caribe, Itália, entre outros. Essa foi a primeira possibilidade de renda que o território proporcionou para o entrevistado. A segunda possibilidade partiu de um processo espiritual ancestral em que ele recebeu um recado, e foi a partir desse recado que escreveu pela primeira vez um edital “Uma juventude do território”. O espiritual conduziu esse momento e revelou: “que era para ser, inclusive, essa cozinha feita em um espaço de um terreiro, que está fechado, devido aos abandonos das práticas tradicionais do nosso território, pela questão do avanço dos neopentecostais, que são os evangélicos, dentro do território”. O edital teve a aprovação e o Projeto Cozinha de Vó foi concretizado.

Além de trabalhar com a cozinha ancestral, o entrevistado B realiza outros trabalhos como: o turismo de base comunitária, o artesanato, a medicina tradicional, as práticas de cuidar da saúde, a gestão do território, que de acordo com ele: “a gestão do território, que também é algo que a gente está aprendendo de forma vivida, vivenciada no dia a dia”. A fala do entrevistado B permite compreender a gestão do território como um aprendizado construído na própria experiência cotidiana da comunidade. Essa gestão aparece associada ao desenvolvimento de atividades econômicas e ao reconhecimento dos recursos existentes no território, à preservação dos saberes tradicionais, à organização comunitária e às ações de defesa e valorização do espaço quilombola. Essa compreensão torna-se particularmente relevante diante das dificuldades relacionadas à titulação da terra, ao acesso a direitos e às transformações provocadas pela presença de grandes empreendimentos.

Nesse entendimento, Feitosa *et al.* (2021) evidenciam que, os quilombos são territórios de resistência cultural, que manifestam diversas representações culturais por meio da linguagem, religião, uso de ervas medicinais, danças, culinária e artesanato. Além dos trabalhos que foram mencionados o entrevistado também faz parte de uma rede de pesquisa sobre Ciência Cidadã, ao afirmar que: “estamos fazendo um levantamento, um mapeamento e construindo a plataforma SiBBR, que é o Sistema Brasileiro de Sociobiodiversidade, para dizer que nos territórios tradicionais existe muita vida para além da fauna e da flora.”

Os entrevistados C, E, G, J, L, O e P fazem parte dos grupos da cultura popular da comunidade. No Samba de Pareia, participam os entrevistados C, E, G e P. “Meu trabalho é representar o grupo. Já compus dez músicas da minha cabeça. Sou eu mesma que componho a música, boto as letras” [entrevistado C]. O entrevistado G além de ter brincado muito na comunidade por meio da dança, também reza as pessoas, faz artesanatos e participa das atividades desenvolvidas na Cozinha de Vó. O entrevistado P revelou que já viajou muito levando a sua cultura “o Samba de Pareia” para os municípios sergipanos e outros estados, além da dança “Eu toco a cuíca”. Neste horizonte, o empreendedorismo cultural surge como práticas

empreendedoras que associam elementos artísticos e econômicos de forma única, culminando em novas combinações que suscitam em valores inovadores dentro de um determinado contexto cultural (Silva *et al.*, 2024).

O entrevistado J representa o samba de coco, que afirma: “eu já fui mestre do Samba de Pareia, aí depois passei a ser mestre do Samba de Coco” e os entrevistados L e O participam do São Gonçalo, “o meu grupo é o São Gonçalo, minha função é segurar a barquinha [entrevistado L]”. O entrevistado O revelou que: “eu sou educador, sou professor, e também sou mestre aqui da cultura popular”. Além desses ofícios tão importantes para o crescimento e fortalecimento da comunidade, o entrevistado O complementou que: “estou com um projeto chamado Cordas de Tambor, que surgiu com a necessidade de tentar criar, motivar as crianças e os jovens a conhecerem e a aprender as músicas e os toques dos grupos da comunidade”. Seguindo a literatura sobre o Empreendedorismo Cultural, a criação de negócios voltados para a valorização do patrimônio cultural de uma comunidade repercute nas artes e nas produções criativas como principais formas de expressão e promoção da identidade local (Treviño, 2020).

Os demais entrevistados D, F, I, K, M, desenvolvem trabalhos na associação Grumaq e Cozinha de Vó. Já o entrevistado H divulga a cultura do território, segundo ele: “eu estou em todos os eventos que acontecem, principalmente de cultura como repórter”. O participante N informou que busca projetos para beneficiar a comunidade, segundo ele: “já busquei, estou buscando muitos projetos, como calçamento de rua que não existia, só existia um caminho muito pequeno, e hoje em dia tem calçamento, tem asfalto. Com o trabalho da associação, eu consegui casas populares”. Nesse contexto, os empreendedores culturais inseridos em ecossistemas locais mobilizam redes, instituições e valores comunitários, de modo que quanto maior o envolvimento coletivo em iniciativas culturais, maiores as oportunidades de inovação, geração de renda e fortalecimento social emergentes no território (Lima; Gama; Bernardo, 2024).

A partir dos relatos dos entrevistados, observa-se a diversidade de atividades desenvolvidas na comunidade quilombola Mussuca e sua relação com práticas culturais, saberes tradicionais e formas de atuação construídas no território. Com o intuito de sistematizar as evidências apresentadas, o Quadro 4 reúne as principais atividades identificadas, os entrevistados a elas associados e os aspectos evidenciados em seus relatos, permitindo visualizar como essas práticas se relacionam com a cultura e com o território da comunidade.

Quadro 4 – Síntese das atividades empreendedoras identificadas na comunidade quilombola Mussuca

Atividade/prática	Entrevistados associados	Dimensão cultural evidenciada	Relação com o território
Culinária ancestral/Cozinha de Vó	A, B, D, F, G, I, K, M, N	Ancestralidade e saberes tradicionais	Uso da cultura alimentar como prática produtiva
Cultura e Turismo de base comunitária	A, B, O, H, F, N	História, memória e identidade	Valorização de espaços e experiências do território
Medicina tradicional	B, G	Ervas, rezas e saberes ancestrais	Conhecimentos vinculados às matas e ao território
Samba de Pareia e Samba de Coco e Reisado	C, E, G, P, J	Música, dança e transmissão cultural	Continuidade das tradições
São Gonçalo	L, O	Religiosidade/cultura popular	Continuidade das práticas comunitárias
Cordas de Tambor	O	Transmissão cultural	Aproximação de crianças e jovens aos saberes culturais
Grupo de Mulheres Produtoras Quilombolas (Grumaq)	A, B, D, F, I, K, M	Organização coletiva, identidade quilombola, saberes locais e fortalecimento comunitário	Articulação entre produção, participação comunitária e valorização das práticas desenvolvidas no território

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

A vivência na comunidade ajuda as pessoas a empreenderem, pois segundo o entrevistado A a comunidade empreende de “uma forma muito tradicional, porque as pessoas procuram desenvolver o que é de nossa tradição”, além da proximidade “porque aqui na comunidade todo mundo é parente, e as pessoas vão passando de uma para outra, então, todo mundo aqui é um por todos e todos por um” [entrevistado C]. Os entrevistados H, I e K, revelaram que a união faz com que as pessoas da comunidade desenvolvam seus empreendimentos. Para o entrevistado H, “todo mundo se ajuntar, tudo vai para a frente [...] a união, a sociabilidade e a colaboração, e permanecer juntos, segurando na mão do outro para levar à frente, um dia de cada vez”. Essa fala do entrevistado H caracteriza a força de uma comunidade para empreender. Por meio desse engajamento, o território assume um papel importante para o desenvolvimento do empreendedorismo cultural, visto que exerce uma influência significativa sobre a história e os valores dos empreendedores, fortalecendo suas conexões intergeracionais (Pujol, 2017).

Os entrevistados M, N e O ressaltaram a importância do apoio mútuo e a busca por parceria e divulgação. A vivência na comunidade ajuda na “divulgação da nossa cultura, através até dos nossos pratos, da nossa ancestralidade” [entrevistado M]. “A busca pelo apoio, parceria, unindo a família consegue alcançar os objetivos” [entrevistado N]. Conseguir “trazer o público para cá, os turistas, para conhecer, trazer projetos que englobem a questão da cultura, da culinária, e trazer essa mistura desses dois segmentos” [entrevistado O]. O empreendedorismo traz a sociomaterialidade (interconexão entre o social e o material, cujas práticas são

inseparáveis e se co-constituem mutuamente) como artefato de organização, tecnologia digital, espaço fluido, espaços de compartilhamento e pesquisas acadêmicas (Ganem; Davel, 2025). A sociomaterialidade contribui para conectar empreendedores entre si, dando a eles a oportunidade de criarem redes, com o intuito de formar parcerias (Sarasvathy *et al.*, 2008).

Os resultados demonstram que as atividades desenvolvidas pelos participantes assumem diferentes formas, mas apresentam elementos convergentes relacionados à cultura, aos saberes tradicionais, à ancestralidade, à coletividade e à geração de renda. Com o intuito de sistematizar essas evidências e evidenciar sua relação com o empreendedorismo cultural, o Quadro 5 apresenta os principais elementos identificados nos relatos dos participantes.

Quadro 5 – Evidências sobre as atividades empreendedoras e o empreendedorismo cultural

Elemento de análise	Evidências empíricas identificadas	Síntese interpretativa
Significado de empreender	A, B, J, L e O associam empreender a amor, união, identidade e fortalecimento do território; outros participantes relacionam o ato de empreender à autonomia, realização de sonhos, reconhecimento e sobrevivência.	O significado atribuído ao empreendedorismo ultrapassa a geração de renda e incorpora dimensões sociais, identitárias e coletivas.
Manifestações culturais	São Gonçalo, Reisado, Samba de Pareia e Samba de Coco são identificados pelos entrevistados como atividades relacionadas à cultura da comunidade.	As manifestações culturais preservam e difundem práticas construídas historicamente no território.
Saberes e práticas tradicionais	São mencionados benzimentos, rezadeiras, raizeiros, erveiros, agricultura familiar, pesca, mariscagem, artesanal, artesanato e culinária ancestral.	Os saberes tradicionais constituem recursos culturais mobilizados nas práticas desenvolvidas pelos sujeitos.
Culinária ancestral	A e B relatam atuação relacionada à Cozinha de Vó; outros participantes também desenvolvem atividades vinculadas ao empreendimento.	A culinária articula ancestralidade, cultura e possibilidade de geração de renda no território.
Turismo de base comunitária	A e B relatam atuação com turismo comunitário; O destaca a possibilidade de trazer turistas para conhecer cultura e culinária.	O território e sua história são mobilizados como elementos da experiência turística e de valorização da comunidade.
Cultura popular	C, E, G e P participam do Samba de Pareia; J representa o Samba de Coco; L e O participam do São Gonçalo.	A atuação dos participantes demonstra a continuidade das manifestações culturais por meio do envolvimento comunitário.
Juventude e continuidade cultural	O relata o projeto Cordas de Tambor para aproximar crianças e jovens das músicas e dos toques dos grupos da comunidade.	As atividades culturais também funcionam como mecanismo de transmissão intergeracional dos saberes.
Vivência territorial e coletividade	A, C, H, I e K relacionam o desenvolvimento das atividades à tradição, proximidade, união, sociabilidade e colaboração.	As relações comunitárias construídas no território favorecem a manutenção e o desenvolvimento das atividades empreendedoras.
Apoio, parceria e divulgação	M, N e O ressaltam divulgação da cultura, parceria, união familiar, projetos e atração de visitantes.	Redes e relações coletivas aparecem como elementos relevantes para ampliar a atuação dos empreendimentos culturais.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

A análise das atividades identificadas evidencia que o alinhamento entre as práticas empreendedoras desenvolvidas na comunidade Mussuca e o empreendedorismo cultural ocorre pela articulação entre território, cultura e geração de renda. As atividades relatadas pelos entrevistados não se apresentam dissociadas das experiências construídas no território, uma vez que mobilizam práticas, saberes e manifestações culturais transmitidos e vivenciados na comunidade. A culinária ancestral, o artesanato, as práticas tradicionais de saúde, o turismo de base comunitária e as manifestações da cultura popular demonstram que o ato de empreender também se relaciona à preservação das tradições, à ancestralidade, à identidade e ao pertencimento. Nesse sentido, o território não constitui apenas o espaço onde as atividades são desenvolvidas, mas integra a própria constituição dessas práticas empreendedoras, ao reunir saberes, relações comunitárias e elementos culturais mobilizados pelos sujeitos.

4.3 PERSPECTIVAS E DESAFIOS DE MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS CULTURAIS

A primeira dificuldade apresentada pelo entrevistado B que a comunidade enfrenta para empreender é o “direito à terra e o território vivo e saudável”. É revelado que desde a colonização até os dias atuais não se tem “direito ao básico, à terra”, que “o governo não tem uma política de ter um tempo para a regularizar a reforma agrária, a titulação do território.” A Mussuca é certificada como comunidade quilombola (Fundação Cultural Palmares, 2025), porém a luta pela titulação do território vem sendo analisada desde 2006, com dimensão de área de 2.759,7267 hectares (CPI-SP, 2025). Para o entrevistado B, “a gente espera mais de 20 anos para sabe lá quando ter o direito ao básico, que é a terra”.

Outro fato apontado pelos entrevistados B, F e L, é o acesso a água potável. Segundo entrevistado B “a gente não tem água potável no nosso território”. A dificuldade de acesso ao básico, a água potável, perdura por anos “para ver que não tinha água aqui. Tudo aqui era seco e a água a gente colocava na cabeça” [entrevistado F]. O acesso ao transporte público também é outro fator lamentável nas falas dos entrevistados B; K, quando afirmou que “hoje uma das nossas principais dificuldades ainda é o transporte público” [entrevistado K] e “o acesso ao transporte é horrível, sabe, até para chegar aqui é difícil, então, isso dificulta com que as pessoas conheçam a nossa cultura, com que os nossos negócios populares e comunitários avancem [entrevistado B]”.

Foi apontado pelo entrevistado B que os direitos básicos são negados à comunidade, e que isso cria uma dificuldade para empreender “o direito à educação, direito à saúde de qualidade, de estradas, de acesso, isso tudo dificulta. Essa negação de direitos, dos povos tradicionais, o desrespeito à Convenção 169” [entrevistado B].

Os grandes empreendimentos continuam invadindo nossos territórios, a colonização nunca acabou, é o que a gente chama de neocolonização, que a exploração nunca acabou. Os territórios sempre são olhados para explorar a terra e para enriquecer essa economia dos estrangeiros sempre, né, continua o Brasil sendo lugar para dar riquezas a eles e nunca a seu povo (Entrevistado B).

A falta de visibilidade por parte do poder público na maioria das vezes não proporciona políticas públicas voltadas para a difusão da cultura, impedindo a perspectiva de crescimento da mentalidade empreendedora dos povos quilombolas (Marques *et al.*, 2021). Sendo assim, com a chegada dos empreendimentos, principalmente indústrias, o território fica fragilizado “adoece o território, adoece a gente, sabe, as pessoas deixam o seu território porque não vê possibilidade de viver e de construir um plano de vida aqui no território, isso tudo cria essas dificuldades, enfim, acho que é uma conjuntura política histórica mesmo, de negação de direitos” [entrevistado B].

Outra dificuldade que é essencial para o desenvolvimento dos empreendimentos culturais apontada pela maioria dos entrevistados é o capital financeiro “o que a comunidade enfrente mais é o recurso, a gente não é bem assistida pelo poder público” [entrevistado C]; “as autoridades mesmo que deveriam dar apoio, não dão o suporte que precisamos” [entrevistado D]; “se a gente for sambar, tem que comprar roupa, tem que comprar tamanco. O prefeito dava, agora não dá mais, então tem que ser a gente” [entrevistado E]. “Eu acredito que a maior dificuldade hoje está no financeiro. Porque hoje a gente que está ali na cozinha de vó, somos pessoas desempregadas e a gente toca um barco meio que apertado. Porque nós não temos fundo, na verdade” [entrevistado G]; “se não for por nós, ninguém chega para ajudar. É a gente mesmo” [entrevistado H]; “a ajuda governamental, em primeiro lugar a prefeitura. Raramente eles têm interesse quando tem um evento” [entrevistado I]. A falta de visibilidade por parte do poder público na maioria das vezes não proporciona políticas públicas voltadas para a difusão da cultura e facilitação do crédito no mercado financeiro, impedindo a perspectiva de crescimento da mentalidade empreendedora dos povos quilombolas (Marques *et al.*, 2021).

Em relação às melhorias e perspectivas de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais todos os entrevistados apontaram a necessidade do apoio do poder

público. Segundo os entrevistados, esse apoio seria bem-vindo para realização da construção de barracões culturais para os grupos folclóricos como o Samba de Pareia, o São Gonçalo, o Reisado e o Samba de Coco. Outro ponto apresentado foi a melhoria do transporte público para o fomento do turismo de base comunitária, isso seria uma forma de fortalecimento para os empreendimentos culturais do território. O Turismo de Base Comunitária tem possibilitado às comunidades a estruturação e desenvolvimento das suas ações voltadas para a promoção da educação, conservação e desenvolvimento local (Coutinho *et al.*, 2019), bem como para a transformação das dinâmicas socioeconômicas, e o fortalecimento do resgate das tradições locais (Lima; Irving; Oliveira, 2022).

A sinalização e localização em plataformas de comunicação da capital é outro ponto abordado que precisa de melhorias. Para o entrevistado B a questão da sinalização para se chegar à Comunidade Quilombola Mussuca precisa melhorar, para o turista saber que naquele local tem uma identidade. A entrada da Comunidade Quilombola Mussuca possui potencial de comércio, por estar localizada às margens da BR-101. Dessa forma, o entrevistado B sugeriu melhorias em relação a própria estrutura física da entrada da comunidade. Nas margens da BR-101 há barracas irregulares que evidenciam a informalidade do comércio e a necessidade de sobrevivência econômica por parte da população local. Dessa forma, foi sugerido pelo entrevistado B a criação de um centro cultural na entrada da comunidade que dialogasse com a realidade local. A criação desse centro cultural iria potencializar e fortalecer o território como um espaço de referência e valorização da cultura. Diante dessa análise, o empreendedorismo por necessidade, abrange grupos e indivíduos, que devido a situações precárias e de vulnerabilidade socioeconômica se veem obrigados a buscar no empreendedorismo uma alternativa de subsistência (Nascimento *et al.*, 2019). Esses empreendedores trazem novas ideias para o mercado e desempenham um papel social, que são vistas como oportunidades de crescimento coletivo (Bratha; Gubik; Berezck, 2018).

Os depoimentos dos entrevistados B e K indicam a viabilidade de se ter um espaço pensado para a juventude a fim de promover o fortalecimento identitário, estimular a participação social e ampliar as oportunidades de formação cultural e profissional no território. Além disso, seria uma oportunidade de incentivar os jovens no desenvolvimento artístico e cultural. Para o entrevistado B, “ao realizar o saber intergeracional entre os mais velhos, esses mestres e mestras da cultura, e quando eu digo cultura não é só cultura popular, as diversas culturas que a gente tem no nosso território, da pesca, da mariscagem, da saúde tradicional, da educação popular”. Dessa forma, prover a capacidade de um local e aumentar a qualidade e viabilidade dos serviços e bens culturais contribui na atratividade de uma área, trazendo

visibilidade e pertencimento para o território, e consequentemente, atraindo visitantes e investimentos (Lounsbury *et al.*, 2018).

As parcerias com o Estado e o Município, especialmente com as Secretarias de Turismo, são apontadas como fundamentais para a criação de um espaço voltado ao turismo de base comunitária. Esse espaço funcionaria como um centro de informações, que pudesse ter os painéis, telas, apresentações para quem chegar conhecer um pouco da história da comunidade ao oferecer o turismo comunitário no território. Nesse sentido, a criação de um centro de informações turísticas se articula com a necessidade de fortalecer os vínculos institucionais conforme a fala do entrevistado O, quando afirmou que “as Secretarias de Turismo e de Cultura, bem como a inclusão da comunidade no mapa ou em um plano de ponto turístico do Estado”. Tal iniciativa, contribuiria para o fortalecimento e para a dinamização dos empreendimentos locais, possibilitando que diferentes atividades econômicas se beneficiassem de forma integrada (Coutinho *et al.*, 2019).

Outro ponto abordado pelos entrevistados foi a criação de um centro de beneficiamento para desenvolver o trabalho do pescado e do marisco, com a criação de um terminal pesqueiro na beira do rio como ponto estratégico para fortalecer o território. A iniciativa contribuiria para o fornecimento de alimentos de qualidade para a população e poderia viabilizar a comercialização institucional, fornecendo para o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal. Foi dada também a proposta de implantação de um terminal hidroviário na comunidade para valorizar o território e ampliar as possibilidades de mobilidade e de turismo comunitário. Essa perspectiva é crucial, uma vez que a comunidade quilombola Mussuca está localizada em uma região marcada por morros de alto e baixo relevo no bioma da Mata Atlântica, onde o Rio Cotinguiba se encontra com o Rio Sergipe, antes deste último desaguar no mar (IBGE, 2022).

Para progredir na construção desses saberes, torna-se fundamental fortalecer a união entre os membros da comunidade “eu acho que se a comunidade fosse um pouco mais unida para desenvolver a parte de empreendedorismo, seria uma questão mais positiva [entrevistado A]”. Nesse sentido, destaca-se a percepção de que uma maior articulação coletiva “a conscientização das lideranças para fazer aquilo que seja melhor para a comunidade [entrevistado J]” poderia favorecer o desenvolvimento do empreendedorismo local. Dessa maneira, o território é compreendido como um espaço desigual, onde a luta, a resistência e a disputa entre diversos agentes sociais marcam o ambiente (Saraiva, 2024). Porém, envolve conexões sociais, econômicas e políticas dentro de um espaço amplo (Afonso; Teixeira; Celestino, 2023), e são de grande relevância na interação Estado-cidadão (Clemente, 2024).

Os resultados evidenciam que a manutenção e o fortalecimento dos empreendimentos culturais estão relacionados tanto à superação de dificuldades estruturais e institucionais quanto à ampliação de iniciativas voltadas à valorização da cultura e do território. As principais dificuldades e perspectivas apontadas pelos participantes são apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Síntese dos desafios e perspectivas para manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais

Dimensão	Evidências identificadas	Perspectivas/implicações
Terra e território	B destaca a ausência de titulação e o direito ao “território vivo e saudável”.	A garantia do território aparece como condição fundamental para desenvolver atividades e preservar práticas tradicionais.
Água potável	B, F e L apontam dificuldades relacionadas ao acesso à água potável.	A infraestrutura básica interfere nas condições de vida e, consequentemente, no desenvolvimento das atividades da comunidade.
Transporte e acesso	B e K destacam dificuldades com transporte público e acesso à comunidade.	A melhoria da mobilidade pode favorecer o acesso à comunidade e o desenvolvimento do turismo de base comunitária.
Direitos básicos	B relaciona dificuldades para empreender à ausência de educação, saúde, estradas e outros direitos.	O fortalecimento das atividades culturais está relacionado às condições sociais e estruturais existentes no território.
Recursos financeiros e apoio público	C, D, E, G, H e I relatam falta de recursos, financiamento e apoio governamental.	A ausência de suporte financeiro limita a manutenção e a expansão das atividades culturais.
Infraestrutura cultural	Os entrevistados apontam necessidade de barracões para Samba de Pareia, São Gonçalo, Reisado e Samba de Coco.	Espaços próprios podem contribuir para manutenção, organização e continuidade das manifestações culturais.
Visibilidade e sinalização	B aponta necessidade de melhorar sinalização e estrutura da entrada da comunidade e propõe um centro cultural.	Maior visibilidade pode fortalecer a identidade territorial e ampliar a presença de visitantes.
Juventude e formação	B e K apontam necessidade de espaço destinado à juventude e à transmissão de saberes entre gerações.	A participação dos jovens pode favorecer a continuidade das práticas e dos conhecimentos culturais.
Turismo de base comunitária	São indicadas parcerias com Estado, Município e Secretarias de Turismo e Cultura, além de centro de informações turísticas.	A articulação institucional pode ampliar a visibilidade do território e fortalecer atividades econômicas e culturais.
Pesca, mariscagem e mobilidade	São propostas estruturas para beneficiamento de pescado e marisco, terminal pesqueiro e terminal hidroviário.	A infraestrutura pode fortalecer atividades produtivas tradicionais e ampliar possibilidades de mobilidade e turismo.
Organização comunitária	A e J apontam necessidade de maior união e articulação das lideranças.	O fortalecimento coletivo aparece como condição interna para o desenvolvimento do empreendedorismo local.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

A análise dos desafios e das perspectivas evidencia que a manutenção e o fortalecimento dos empreendimentos culturais da Mussuca dependem de condições que envolvem tanto a infraestrutura e a atuação do poder público quanto a organização da própria comunidade. As

dificuldades relacionadas à titulação da terra, ao acesso à água potável, ao transporte, aos recursos financeiros e aos demais direitos básicos limitam as possibilidades de desenvolvimento das atividades no território. Em contrapartida, as propostas apresentadas pelos participantes, como a construção de espaços culturais, a melhoria do acesso e da sinalização, o fortalecimento do turismo de base comunitária, a criação de espaços destinados à juventude e o desenvolvimento de estruturas relacionadas à pesca e à mariscagem, indicam possibilidades de fortalecimento das atividades empreendedoras existentes. Nesse processo, a união da comunidade, a articulação das lideranças e as parcerias institucionais aparecem como elementos importantes para ampliar a continuidade e a valorização dos empreendimentos culturais no território.

5 DISCUSSÕES E IMPLICAÇÕES

Nesta seção são apresentadas as discussões e implicações decorrentes dos resultados obtidos na pesquisa, considerando as relações estabelecidas entre os achados empíricos e as contribuições da literatura que fundamenta o estudo. A análise realizada permitiu compreender de que maneira a vivência no território da comunidade quilombola Mussuca favorece o surgimento e o desenvolvimento do empreendedorismo cultural, evidenciando a interdependência entre cultura, identidade, ancestralidade e práticas produtivas locais.

Nesse sentido, as reflexões decorrentes do estudo contribuem para ampliar a compreensão acadêmica sobre o empreendedorismo cultural em territórios tradicionais, além de evidenciar implicações que ultrapassam o campo teórico. Assim, apresentam-se as contribuições da pesquisa para o campo de estudos sobre empreendedorismo cultural e comunidades quilombolas, bem como as contribuições voltadas para a formação de estudantes, para o papel da universidade, para a sociedade e para formuladores de políticas públicas, considerando os impactos socioculturais e acadêmicos gerados a partir da investigação realizada.

5.1 CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DE ESTUDO SOBRE EMPREENDEDORISMO CULTURAL E TERRITÓRIO NA ADMINISTRAÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como as atividades empreendedoras no território da comunidade quilombola Mussuca se alinham ao empreendedorismo cultural. Foi realizado um levantamento teórico acerca da temática Empreendedorismo Cultural e território, bem como a relação necessária para entender a comunidade quilombola. Estudos relacionados com patrimônio cultural (Stanojev; Gustafsson, 2021; Velázquez-Salazar; Scalzo; Shanks, 2021), turismo sustentável e empreendedorismo social (Akbar; Hallack, 2020; Serra-Cantalops; Ramón-Cardona; Vachiano, 2021; Maldonado-Erazo *et al.*, 2022; Li *et al.*, 2022), cidades culturais (Milán-García *et al.*, 2019; Cerisola; Panzera, 2021; Del Monte; Moccia; Pennacchio, 2021), empreendedorismo regional (Svarc; Laznjak; Dabic, 2019; Arrak; Kaasa; Varblane, 2020; Dobрева; Ivanov, 2020; Dai, 2021; Wu; Si; Liu, 2022; Stih, 2024), e o desenvolvimento territorial e parcerias público-privadas (Jiang *et al.*, 2019; Colavitti; Usai, 2020; Krott, 2021; Guerreiro *et al.*, 2022; Klochko *et al.*, 2024) integram temas mais pesquisados no âmbito do empreendedorismo cultural e território.

O apanhado teórico reforça uma contribuição importante para o campo de estudo sobre empreendedorismo cultural e território para a área da administração. Bem como, exerce uma influência significativa sobre a história e os valores dos empreendedores, fortalecendo suas conexões intergeracionais (Pujol, 2017). As pesquisas que contribuem sobre territórios (Anjos, 2006, 2008; Flores, 2021; Favareto; Lotta, 2022; Bresser-Pereira, 2024; Saquet, 2013; Marques, 2019; Saraiva, 2024) abrangem diversas áreas do conhecimento, como a antropologia, ciências políticas, economia, geografia, sociologia e administração. Cada área apresenta uma visão diferente de compreensão do território. No campo da administração (área utilizada neste estudo), o território é compreendido como um espaço dinâmico, onde os recursos ali presentes pertencem a todos, ainda que de forma desigual (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014).

Dessa maneira, compreende-se que o território é um espaço desigual, onde a luta, a resistência e a disputa entre diversos agentes sociais marcam o ambiente (Saraiva, 2024). Foi possível identificar nas falas dos entrevistados as desigualdades advindas principalmente do período colonial, quando a coroa portuguesa reprimiu violentamente a resistência do povo Tupinambá (Santos; Maia, 2022). Diante desse fato histórico, a resistência às tradições dos seus antepassados permanece na memória coletiva da comunidade, permitindo que as gerações futuras continuem transmitindo os saberes e fazeres de um povo. Sendo assim, a concepção de território se dá pelas relações sociais carregadas de poderes afetivos, identitários, simbólicos, políticos, econômicos, culturais, materiais e imateriais (Martins; Chagas, 2021).

Os resultados demonstram que, nesse contexto, o empreendedorismo cultural não se limita à criação de negócios voltados ao mercado, mas está profundamente relacionado à preservação da memória coletiva, à valorização da ancestralidade e à continuidade das tradições culturais. Assim, as práticas empreendedoras identificadas na comunidade reforçam a compreensão de que a cultura pode desempenhar um papel central no desenvolvimento social e econômico de territórios tradicionais.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa é o papel da coletividade no desenvolvimento das atividades empreendedoras. As entrevistas indicam que a união entre os membros da comunidade, o compartilhamento de saberes e a transmissão intergeracional de conhecimentos são elementos fundamentais para a manutenção e o fortalecimento das iniciativas culturais. Esse aspecto reforça a perspectiva teórica que reconhece o empreendedorismo cultural como um processo socialmente construído e fortemente influenciado pelo contexto territorial (Pujol, 2017; Lima; Gama; Bernardo, 2024).

Além disso, o estudo contribui para ampliar o debate acadêmico sobre o afroempreendedorismo (Costa *et al.*, 2025; Deolindo; Augusto, 2026) e as formas de

organização produtiva presentes em comunidades quilombolas, destacando que essas iniciativas frequentemente combinam dimensões culturais, sociais e econômicas (Davel; Cora, 2016; Amartine; Queiroz, 2022). Dessa forma, o empreendedorismo cultural pode ser compreendido como uma estratégia de resistência, valorização da identidade e geração de oportunidades dentro desses territórios (Judice; Furtado, 2014).

Foi encontrada escassez na literatura nas pesquisas sobre empreendedorismo cultural no contexto do quilombo. As pesquisas sobre empreendedorismo ainda se concentram em modelos empresariais tradicionais, orientados pelo lucro e pelo crescimento financeiro (Reis; Zille, 2020). O empreendedorismo cultural ainda costuma ser visto como uma atividade adicional e não como uma forma legítima de gerar emprego e renda, o que limita a compreensão dos empreendimentos que se fundamentam na cultura, identidade e território, contribuindo para sua invisibilidade em políticas públicas e programas de incentivo. Outra limitação encontrada foi a escassez de pesquisas que examinam os quilombos como locais de criação, inovação e empreendedorismo. Isso reforça estereótipos e dificulta a identificação e o reconhecimento dessas comunidades com líderes de seus próprios processos de desenvolvimento (Figueiras *et al.*, 2023).

5.2 CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDANTES

Ao analisar o empreendedorismo cultural em uma comunidade quilombola, o estudo possibilita ampliar a compreensão dos estudantes sobre formas alternativas de organização econômica e social, que muitas vezes não são abordadas de maneira aprofundada nos modelos tradicionais de empreendedorismo. Desta forma, ele proporciona contribuições relevantes para a formação acadêmica, especialmente daqueles que se dedicam aos estudos nas áreas de administração, gestão cultural, ciências sociais e desenvolvimento territorial.

A experiência da comunidade Mussuca evidencia que empreender também pode significar fortalecer identidades culturais, preservar tradições e promover o desenvolvimento coletivo. Além disso, a pesquisa permite que os estudantes compreendam a importância do território na construção das práticas empreendedoras, destacando que fatores históricos, sociais e culturais influenciam diretamente as formas de produção e organização do trabalho em comunidades tradicionais.

Outro aspecto importante para a formação acadêmica é o reconhecimento do papel da cultura como elemento estratégico para o desenvolvimento local. A análise das atividades

empreendedoras presentes na comunidade demonstra que manifestações culturais, práticas tradicionais e saberes ancestrais que podem se transformar em iniciativas capazes de gerar renda, fortalecer a identidade comunitária e promover visibilidade para o território.

Nesse sentido, o estudo contribui para estimular uma visão crítica e ampliada sobre o empreendedorismo, incentivando os estudantes a refletirem sobre a diversidade de experiências empreendedoras existentes na sociedade e sobre a importância de valorizar os conhecimentos produzidos em contextos culturais distintos.

5.3 CONTRIBUIÇÕES PARA A UNIVERSIDADE

No âmbito da formação acadêmica em Administração, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Administração estabelecem que o perfil do egresso deve estar orientado para a valorização da responsabilidade social, da ética e do compromisso com o desenvolvimento da sociedade, articulando conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos (Brasil, 2021). Essa perspectiva busca formar profissionais capazes de compreender as dinâmicas organizacionais e sociais de maneira crítica e interdisciplinar, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos sociais, culturais e ambientais das práticas de gestão.

Entretanto, a formação em Administração ainda tende a priorizar conteúdos voltados predominantemente para aspectos técnicos e instrumentais da gestão. Essa predominância pode limitar a compreensão mais ampla do papel social do administrador, especialmente no que se refere à atuação em contextos sociais diversos e à valorização de formas alternativas de organização econômica e produtiva. Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar o diálogo entre o ensino da Administração e as realidades sociais presentes nos territórios onde as universidades estão inseridas.

Ademais, a presente pesquisa aponta como contribuição a possibilidade de ampliação de conteúdos e abordagens formativas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPADM) da UFS, especialmente no que se refere ao fortalecimento das discussões sobre empreendedorismo cultural, desenvolvimento territorial e valorização de saberes tradicionais. Nesse sentido, sugere-se a criação ou ampliação de componentes curriculares que contemplem o estudo do empreendedorismo em contextos socioculturais diversos, incluindo comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas.

Essa iniciativa é capaz de fortalecer a formação acadêmica dos mestrandos, especialmente daqueles que poderão atuar na docência no ensino superior, proporcionando uma abordagem mais sensível às questões sociais, culturais e territoriais presentes na realidade brasileira. Ao incorporar discussões sobre empreendedorismo cultural e práticas econômicas baseadas em saberes tradicionais, o programa contribui para a formação de pesquisadores e docentes capazes de desenvolver análises mais críticas e contextualizadas sobre os fenômenos organizacionais e empreendedores.

Outrossim, com base na análise de informações contidas apresentada, é observada as contribuições relevantes para a universidade, especialmente no que se refere ao fortalecimento da relação entre produção acadêmica, valorização dos saberes tradicionais e compromisso social das instituições públicas de ensino superior. Para a UFS, tais contribuições são significativas, considerando o papel da instituição no desenvolvimento científico, cultural e social do estado de Sergipe.

Os resultados do estudo evidenciam a importância de ampliar o diálogo entre a universidade e as comunidades tradicionais do território sergipano, como as comunidades quilombolas. A pesquisa reforça a necessidade de fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a valorização das culturas locais, possibilitando que os conhecimentos produzidos na universidade dialoguem com os saberes tradicionais presentes nesses territórios. A aproximação entre universidade e comunidade favorece a construção de um conhecimento mais contextualizado, capaz de considerar as realidades socioculturais que compõem o estado de Sergipe.

No âmbito da UFS, essa aproximação possibilita o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão que envolvem diretamente a comunidade quilombola Mussuca e outros territórios tradicionais, estimulando iniciativas voltadas para o empreendedorismo cultural, o turismo de base comunitária, a valorização do patrimônio cultural e o fortalecimento das práticas produtivas locais. Além disso, a pesquisa evidencia o potencial das universidades públicas como espaços de promoção da diversidade cultural e de valorização das identidades regionais.

Ao reconhecer e estudar as práticas culturais e empreendedoras existentes em comunidades quilombolas, a universidade amplia a visibilidade desses territórios e fortalece o reconhecimento de sua importância histórica, cultural e social. Dessa forma, o estudo reforça o papel da UFS como instituição comprometida com o desenvolvimento regional e com a produção de conhecimentos que dialoguem com as demandas da sociedade. Ao promover pesquisas voltadas para as realidades locais, a universidade fortalece sua função social e amplia

sua contribuição para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade cultural presente no estado de Sergipe.

5.4 CONTRIBUIÇÕES PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA

Refletir sobre as contribuições desta pesquisa para a comunidade Mussuca implica reconhecer que o estudo do empreendedorismo cultural em comunidades quilombolas permite ampliar a compreensão sobre as múltiplas formas de organização social, econômica e cultural presentes no território brasileiro. A análise realizada demonstra que o empreendedorismo cultural desenvolvido na comunidade Mussuca representa não apenas uma estratégia de geração de renda, mas também uma forma de valorização da identidade cultural e de fortalecimento do território. As manifestações culturais, os saberes tradicionais e as práticas comunitárias identificadas na pesquisa revelam a riqueza cultural presente nesses espaços e a importância de sua preservação.

Nesse sentido, a pesquisa destaca que o empreendedorismo cultural desempenha um papel relevante no desenvolvimento social, ao possibilitar a valorização de identidades culturais e a geração de oportunidades econômicas baseadas em saberes tradicionais. As atividades identificadas no território (manifestações culturais, a culinária ancestral, o artesanato, as práticas de medicina tradicional e o turismo de base comunitária) revelam que a cultura não se limita à dimensão simbólica, mas também constitui um importante recurso para o fortalecimento das dinâmicas sociais e econômicas das comunidades.

Além disso, é percebida a necessidade de ampliar a visibilidade social da comunidade quilombola investigada e das práticas culturais que fazem parte de sua história e identidade. Ao evidenciar as iniciativas empreendedoras existentes na comunidade Mussuca, o estudo reforça a importância do reconhecimento social desse território, bem como da valorização das contribuições históricas e culturais das populações quilombolas para a formação da sociedade brasileira. Nesse contexto, compreender e reconhecer essas experiências contribui para combater processos históricos de invisibilização e marginalização enfrentados por essas comunidades.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de comunidades tradicionais, como a Mussuca. Os depoimentos apresentados evidenciam que, apesar da riqueza cultural e do potencial empreendedor existente no território, ainda persistem desafios estruturais relacionados ao

acesso a direitos básicos, à infraestrutura, ao financiamento de iniciativas culturais e à implementação de políticas de apoio ao empreendedorismo local. Dessa forma, a valorização do empreendedorismo cultural pode contribuir para orientar ações institucionais e políticas públicas que promovam o desenvolvimento territorial de maneira mais inclusiva e sustentável.

A pesquisa também evidencia a importância da participação coletiva e da cooperação comunitária na construção de iniciativas empreendedoras em comunidades quilombolas. As relações de solidariedade, o compartilhamento de saberes e a transmissão intergeracional de conhecimentos observados na comunidade Mussuca demonstram que o desenvolvimento de atividades empreendedoras pode ocorrer de forma articulada com valores culturais e sociais que priorizam o bem coletivo. Essa perspectiva amplia a compreensão do empreendedorismo para além das abordagens estritamente mercadológicas, evidenciando que práticas econômicas podem estar associadas à preservação cultural e ao fortalecimento das identidades locais (Neves; Davel, 2022).

Outro ponto relevante diz respeito ao papel do conhecimento científico na valorização dessas experiências. Ao investigar e registrar as práticas culturais e empreendedoras presentes no território Mussuca, a pesquisa contribui para a produção e disseminação de conhecimentos que podem apoiar iniciativas de desenvolvimento local, além de estimular o reconhecimento da diversidade cultural como elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Por fim, ao evidenciar como a vivência no território favorece o surgimento e o fortalecimento do empreendedorismo cultural na comunidade quilombola Mussuca, esta pesquisa reforça a importância de reconhecer as comunidades tradicionais como espaços de produção de conhecimento, cultura e inovação social. Dessa forma, o estudo contribui para ampliar o debate sobre desenvolvimento territorial, diversidade cultural e inclusão social, apontando caminhos para a construção de uma sociedade que valorize e respeite as diferentes formas de organização cultural, econômica e social existentes no país.

5.5 CONTRIBUIÇÕES PARA OS FORMULADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para esta pesquisa, entende-se que para propagar as manifestações culturais de um povo é importante que o Estado assuma seu papel e invista em políticas públicas de empreendedorismo e de cultura, tais como investimentos em programas de empreendedorismo cultural, facilitando o acesso ao crédito para empreendedores culturais em instituições financeiras. Além disso, é relevante conduzir essas comunidades em programas de participação

de editais em Ministérios como do Trabalho, da Justiça Federal e da Cultura quando dos incentivos à promoção de ações e projetos como: a *Memória da Música Negra Brasileira*; a *Semana Nacional da Consciência Negra*, ao dia 20 de novembro; a *Feira Afro* e a *Virada Afro Cultural*. Tais programas possuem o intuito de valorizar a cultura negra e o desenvolvimento social do povo brasileiro (Fundação Cultural Palmares, 2025).

Essas ações devem ser realizadas com o intuito de recuperar, preservar e dar condições de vida sustentável ao povo quilombola, valorizando o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial (Alves, 2016; Marques *et al.*, 2021). Ciente dessa importância, a Fundação Cultural Palmares (FCP) distribuirá aos deputados federais do congresso nacional uma cartilha com orientações para a apresentação de emendas ao orçamento da instituição, conforme previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018 (Fundação Cultural Palmares, 2025).

Além da importância da fonte de recursos para viabilizar projetos de cunho social e cultural, têm-se os editais da FCP, que foram realizados em 2023, com o intuito de incentivar e apoiar iniciativas voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira, principalmente com premiação em concursos, a exemplo de: Prêmio Palmares de Arte; Prêmio Jovens Quilombolas Inovador; Prêmio Luiz Melodia de Canções Afro-brasileiras; Prêmio Conceição Evaristo de Literatura Afrofuturista (Fundação Cultural Palmares, 2025).

Neste aspecto, dentre as ações que estimulam o empreendedorismo cultural, tem-se a 4ª edição do Mercado das Indústrias Criativas do Brasil (MiCBr), elaborado pelo Ministério da Cultura, e que para 2025, tem como proposta atrair a participação de empreendedores culturais. O MiCBr 2025 visa fomentar e acelerar o crescimento dos setores criativos, facilitando a circulação de bens e serviços culturais e criativos, impulsionando a internacionalização da produção nacional e promovendo a profissionalização dos agentes criativos brasileiros (Brasil, 2025). Por meio deste incentivo, o Governo de Sergipe pode desenvolver projetos que aproximem a Mussuca ao MiCBr para propagar suas manifestações culturais juntamente a outras comunidades quilombolas.

Diante dessas possibilidades, os resultados da pesquisa evidenciam demandas da comunidade quilombola Mussuca que podem subsidiar a formulação de políticas públicas direcionadas às especificidades do território e às atividades culturais e empreendedoras nele desenvolvidas. Entre as principais demandas identificadas estão a titulação do território, o acesso à água potável e ao transporte público, a disponibilidade de recursos financeiros, a melhoria da sinalização e dos espaços destinados às manifestações culturais, além da criação de estruturas voltadas à juventude, ao turismo de base comunitária e ao beneficiamento de pescado e marisco. Esses aspectos demonstram que o fortalecimento dos empreendimentos

culturais está relacionado tanto às iniciativas desenvolvidas pela própria comunidade quanto às condições de infraestrutura, acesso a direitos e apoio institucional existentes no território.

Os achados também apontam para a importância da articulação entre a comunidade e o poder público, especialmente nas áreas de Cultura e Turismo, como possibilidade de ampliar a valorização das manifestações culturais, a visibilidade dos empreendimentos e as condições para o desenvolvimento das atividades no território. Nesse sentido, as demandas identificadas na pesquisa podem subsidiar ações que articulem cultura, território, infraestrutura e geração de renda, considerando as demandas identificadas pelos próprios participantes da comunidade.

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como as atividades empreendedoras no território da comunidade Mussuca se alinham ao empreendedorismo cultural. Dessa forma, foi necessário realizar um levantamento da literatura a fim de discutir a relação entre o empreendedorismo cultural e o território quilombola, como forma estratégica de ampliar os olhares para essas comunidades e avançar nas pesquisas sobre o campo do empreendedorismo cultural. Realizaram-se mapeamentos das atividades culturais do território quilombola Mussuca, além de entrevistas com líderes comunitários e empreendedores da comunidade.

O estudo revelou que o território quilombola Mussuca, em Laranjeiras, possui um cenário cultural diversificado, fazendo com que o empreendedorismo cultural seja evidenciado. As entrevistas apontam a falta de apoio das autoridades públicas às iniciativas do empreendedorismo cultural, o que torna uma lacuna, que reflete na baixa exploração deste campo, visto que o empreendedorismo cultural ainda costuma ser tratado como uma atividade complementar e não como forma legítima de geração de emprego e renda. A ausência de um apoio adequado implica em principais barreiras ao crescimento do campo do empreendedorismo cultural.

Os objetivos específicos da pesquisa foram atendidos de forma a fornecer um diagnóstico abrangente sobre o empreendedorismo cultural no território quilombola Mussuca diante das perspectivas dos entrevistados. O mapeamento das atividades culturais mostrou que, as práticas culturais realizadas no território quilombola são transmitidas de geração para geração. Os entrevistados possuem histórias semelhantes, principalmente no que tange à realização de práticas tradicionais de pesca e agricultura familiar, bem como preservação da sua cultura, costumes e tradições.

Com base nos achados da pesquisa, a partir da percepção dos entrevistados destaca-se a necessidade de capacitação e financiamento. Além disso, é necessário um incentivo maior e contínuo da parte governamental, a fim de promover a continuidade das práticas culturais e sustentáveis, valorizando assim o legado deixado por seus ancestrais. Dessa forma, a criação de políticas públicas que considerem a criação de programas de incubadoras culturais; valorização dos territórios culturais e o fortalecimento entre os atores econômicos; o desenvolvimento de programas de parcerias público-privadas com o incentivo de meios fiscais; o desenvolvimento de projetos que impulsionem o empreendedorismo cultural na comunidade quilombola; a implementação de uma agenda cultural que atraia parcerias locais e externas, valorizando e promovendo as tradições locais. Além disso, é importante que essas políticas sejam

implementadas com mecanismos de monitoramento e avaliação, que possam garantir e impulsionar os empreendimentos culturais a alcançar seus objetivos.

Em relação às lacunas encontradas, ressalta-se a necessidade de explorar mais estudos sobre o empreendedorismo cultural em territórios quilombolas, visto que, o empreendedorismo cultural ainda costuma ser visto como uma atividade complementar e não como uma forma de articulação de gerar trabalho e renda, o que contribui para uma invisibilidade no fomento de políticas públicas. Outra lacuna encontrada foi a escassez de pesquisas que identifiquem as comunidades quilombolas como sociedade organizada de criação e inovação dos seus próprios empreendimentos culturais.

Esta pesquisa apresenta limitações que devem ser consideradas na compreensão e no alcance de seus resultados. A primeira decorre da realização de um estudo de caso intrínseco na comunidade quilombola Mussuca, cujos achados estão vinculados às especificidades do contexto investigado, não havendo pretensão de generalização para outras comunidades quilombolas. Outra limitação está relacionada ao recorte dos participantes, constituído por 16 sujeitos entre lideranças comunitárias e empreendedores, de modo que os resultados expressam as experiências e percepções desse grupo acerca do território e das atividades empreendedoras e culturais desenvolvidas na comunidade. Assim, outras perspectivas existentes na Mussuca podem não ter sido contempladas pelo recorte adotado na pesquisa. Por fim, considera-se como limitação a duração das entrevistas que decorreu de respostas breves e objetivas dos participantes, o que pode ter limitado o aprofundamento de determinadas experiências. Entretanto, essas limitações não invalidam os resultados obtidos, mas indicam aspectos que podem ser aprofundados em investigações futuras.

Considerando essas limitações e os resultados alcançados, pesquisas futuras podem ampliar a investigação sobre a relação entre território e empreendedorismo cultural em outros contextos, bem como aprofundar aspectos identificados nesta pesquisa. Assim, sugere-se a realização de estudos comparativos entre a comunidade quilombola Mussuca com outras comunidades quilombolas de Sergipe e de outros estados com características socioeconômicas similares, a fim de identificar boas práticas e conexões intergeracionais que possam ser replicadas. Além disso, investigar a interação dos atores culturais com outras áreas da economia local, por meio das secretarias da Cultura, Turismo e Igualdade Racial, Planejamento e Desenvolvimento Econômico e da Educação, trará uma visão mais integrada do potencial do empreendedorismo cultural na comunidade.

Assim, a pesquisa contribuiu como um avanço no campo de estudos do Empreendedorismo Cultural e na relação com o território no contexto do quilombo, oferecendo

subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Além disso, propõe novos desafios ao conceber uma construção de vivência social relacionada aos estudos da Administração, e do empreendimento cultural em particular. No entanto, é imprescindível realizar um trabalho constante e colaborativo entre os diferentes agentes públicos e os empreendedores culturais da comunidade quilombola Mussuca para que os resultados almejados possam ser alcançados.

REFERÊNCIAS

- ABID BASHIR, Hajam; AKHTAR, Ali. The role of innovative entrepreneurship in economic development: A study of G20 countries. **Management Studies and Economic Systems**, v. 3, n. 2, p. 91-100, 2016.
- AFONSO, Euclides Victorino Silva; TEIXEIRA, Delson; CELESTINO, Rubens dos Santos. Processos formativos e fomento das práticas empreendedoras: comunidade pesqueira do Quilombo de Conceição de Salinas. **Sertanias: revista de Ciências Humanas e Sociais**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 1–16, 2023.
- AKBAR, S.; HALLAK, R. Identifying Business Practices Promoting Sustainability in Aboriginal Tourism Enterprises in Remote Australia. **Sustainability**, v. 11, p. 4589, ago. 2019.
- ALMEIDA, Márcia Regina Galvão de; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações. **Interações (Campo Grande)**, v. 23, n. 4, p. 945-958, 2022.
- ALMEIDA, Simone de Lira; GUERRA, José Roberto Ferreira; PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de. O empreendedorismo compreendido sob a perspectiva dos estudos culturais: a contribuição teórica do circuito da cultura. **Anais do ENANPAD – Encontro da associação nacional dos programas de pós-graduação em administração**, v. 34, 2010.
- ÁLVAREZ, C. Saberes del territorio en la economía solidaria: aprendizajes para un desarrollo endógeno del buen vivir. **Cooperativismo & Desarrollo**. v. 111, n. 25, p. 13-21, 2017.
- ALVES, E. P. M. As políticas de estímulo ao empreendedorismo cultural no Brasil: o Sebrae como um agente estatal de mercado. **Pol. Cult. Rev.** v. 9, n. 2, p. 626–650, 2016.
- ALVES, L. Antropologia: um território em disputa. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 54–63, 2020.
- ALVES, Lumara *et al.* As instituições Públicas como Fomentadoras da Cultura do Empreendedorismo e da Inovação no Triângulo Mineiro. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 9, n. 2, p. 167-184, 2024.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.
- ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley. **Para além da teoria da sociedade moderna: crítica e reconstrução**. São Paulo: Atlas, 2000.
- AMARTINE, Daniela Nunes de; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. Discutindo o afroempreendedorismo: reflexões sobre o conceito a partir dos casos brasileiro e colombiano. **Revista Direito GV**, v. 18, p. e2220, 2022.
- ANDRADE, Lara Erendira Almeida de. Novenas, sambas e torés: rede ritual, tradição de conhecimento e identidade indígena Kapinawá. **Revista Mundaú**, n. 8, p. 139-162, 2020.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. “A Filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano”. **Debates do NER**, v. 13, 77-96. 2008.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Território da Linha Cruzada: a Cosmopolítica AfroBrasileira**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2006.

ARAÚJO, G. F. DE; BARBOSA, M. A. DE S. Buzinaços, cânticos e shows: O empreendedorismo cultural na tradicional Festa do Caminhoneiro de Itabaiana-Sergipe. **Teoria e Prática em Administração**, v. 9, n. 2, p. 35-51, 2019.

ARAÚJO, P. H. M; YAMANAKA, P. K.; MAZZEI, L. C. Planejamento estratégico como um dos fatores de sucesso das organizações esportivas: um estudo sobre os clubes esportivos brasileiros que atuam no contexto olímpico. **Motrivivência**. v. 32, n. 63, p. 01-19, 2020.

ARRAK, Kadri; KAASA, Anneli; VARBLANE, Urmas. Regional cultural context as a determinant of entrepreneurial behaviour: The case of Germany. **The Journal of Entrepreneurship**, v. 29, n. 1, p. 88-118, 2020.

AVENI, A. Do canvas ao plano de negócio. **Revista Processus de políticas públicas e desenvolvimento social**. Ano II. v. 2, n.3, p. 32-45, 2020.

AWATERE, S., MIKA, J., HUDSON, M., PAULING, C., LAMBERT, S., REID, J. Whakatipu Rawa Ma Nga Uri Whakatipu: Optimising the ‘Maori’ in Maori Economic Development. **AlterNative: An International Journal of Indigenous Peoples**, v. 13, n. 2, p. 80-88, 2017.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. DE A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 31, n. spe, p. 97-126, 2015.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 31, n. spe, p. 97-126, 2015.

BOĞA, S.; TOPCU, M. Creative Economy: A Literature Review on Relational Dimensions, Challanges, and Policy Implications. **ECONOMICS - Innovative and Economics Research Journal**, v. 8, n. 2, p. 149-169, 2020.

BORGES, Vinicius Magalhães; KIMURA, Lilian. Panorama da hipertensão arterial nos quilombos do Brasil: uma revisão narrativa. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33050, 2023.

BOTELHO, A. C. **Feira quilombola cresce e estreia em mais uma quebrada de São Paulo**. Instituto Socioambiental, 2022. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/feira-quilombola-cresce-e-estrela-em-mais-uma-quebrada-de-sao-paulo>> Acesso em: 20 jun. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. a comunidade e a comunidade tradicional. **Revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA, p. 1-23, 2014.

BRASIL, T. S. S. *et al.* Os sistemas agroflorestais: sustentabilidade, educação e saber ambiental. **Geofronter**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003** - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 31 maio. 2025.

BRASIL. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Imprensa Nacional**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/R_Mussuca2018.pdf>. Acesso em: 31 maio. 2025.

BRAUNER, Clarice Francisco; CIGALES, Marcelo Pinheiro; JÚNIOR, Rony Centeno Soares. Algumas considerações sobre a Teoria Interpretativista e o método indutivo na pesquisa social. **Revista Querubim**, v. 10, n. 22, p. 36-42, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico revisitado. **Revista de Economia**, [S. l.], v. 45, n. 85, p. 1–28, 2024.

CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. Panorama Quilombola, José Maurício Arruti, ed. **Revista Colombiana de Antropología**, [S. l.], v. 60, n. 2, p. e2595, 2024.

CAMPOS, Juliana Loureiro Almeida; SILVA, Taline C.; ALBUQUERQUE, Ulysses P. Observação participante e diário de campo: quando utilizar e como analisar. **Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia**. Recife: Nupeea, p. 95-112, 2021.

CARVALHO, C. D. M. B.; CUTRIM, K. D. G.; COSTA, S. R. Empreendedorismo cultural e turismo: Perspectivas para desenvolvimento das indústrias criativas no bairro da Madre Deus, São Luís (Maranhão, Brasil), **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 12, n. 2, p. 629-646, 2017.

CARMO, G.; MARCELLOS, C. F. Metodologias ativas na Educação Profissional e Tecnológica: uma revisão integrativa. **Revista Semiárido De Visu**, v. 13, n. 3, p. 1158-1185, out. 2025.

CASTELLANOS, Marcelo Eduardo Pfeiffer. A narrativa nas pesquisas qualitativas em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1065-1076, 2014.

CERISOLA, S.; PANZERA, E. Cultural and Creative Cities and Regional Economic Efficiency: Context Conditions as Catalysts of Cultural Vibrancy and Creative Economy. **Sustainability**, v. 13, p. 7150, jun. 2021.

CERQUEIRA, Ana Carneiro; SANTOS, Júlia Otero dos. Criações da cozinha: corpos, pessoas e relações em contextos indígenas, camponeses e quilombolas. **Revista de Antropologia**, v. 67, p. e210329, 2024.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.322. 2013.

CHANG, Y. Y.; POTTS, J.; SHIH, H. Y. The market for meaning: A new entrepreneurial approach to creative industries dynamics. **Journal of Cultural Economics**, v. 45, n. 3, p. 491–511, 2021.

CLEMENTE, Isabelle Clara. Estado, território e políticas públicas: uma análise integrada para o desenvolvimento sustentável. **Gestão, Inovação e Empreendedorismo**, v. 7, n. 1, p. 108-117, 2024.

COHEN, B.; ALMIRALL, S.; CHESBROUGH, H. The City as a Lab: Open Innovation Meets the Collaborative Economy. **California Management Review**, v. 59, n. 1, p. 5 – 13, 2016.

COLAVITTI, A. M.; USAI, A. Inside the system-wide cultural district: a new relational and organizational taxonomy of cultural districts based on the sector policies by Italian Regions (2000–2015). **City, Territory and Architecture**, v. 7, n. 1, p. 4, 2020.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Quilombolas no Brasil, quem são?** SP, 2025. Disponível em: <https://cpisp.org.br/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

COSTA, Maurício José Morais *et al.* A Cultura Popular Do Maranhão Mediada Na Biblioteca Pública: Análise Das Dimensões Da Mediação Da Informação Nas Ações Da Biblioteca Pública Municipal José Sarney Em São Luís (MA). **Enancib**, v. 5, n. 1, 2026.

COUTINHO, A. C. A. *et al.* Turismo e geoturismo: uma problemática conceitual. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 11, n. 4, p. 754 - 772, 2019.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed., Cap. III. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 51-66.

CUNHA, F. I DA.; VASCONCELOS, J. G.; SILVA, A. M. E DA. Casa de sementes Pai Xigano: um olhar para os saberes ancestrais do cultivo de sementes crioulas no quilombo Sítio Veiga, Quixadá-CE. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 903–923, 2019.

DAI, Y. 2021. A Behavioral Cultural-Based Development Analysis of Entrepreneurship in China. **Administrative Sciences**, v. 11, n. 91, set. 2021.

DAVEL, E.; CORA, M.A.J. Empreendedorismo cultural: cultura como discurso, criação e consumo simbólico. **Políticas Culturais em Revista**, v. 9, n. 1, p. 363-397, 2016.

DAVEL, Eduardo Paes Barreto; DE PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes. Festa, Cultura e Empreendedorismo Cultural: Uma Introdução. **Teoria e Prática em Administração**, v. 9, n. 2, p. iii-ix, 2019.

DEL MONTE, A.; MOCCIA, S.; PENNACCHIO, L. Cultural environment, entrepreneurship and innovation in Europe. The importance of history. **Studies on the Value of Cultural Heritage**, n. 23, p. 111-139, 2021.

DEODATO, Ana Carolina Rodrigues; SOUZA, Josélia Batista Dias; SILVA, Edson Arlindo. Empreendedorismo rural na produção em roças de toco: estudo junto a pequenos produtores quilombolas de Monte Alegre-GO. **Revista GeTeC**, v. 13, 2023.

DEOLINDO, Clayton Simões; AUGUSTO, Murilo. Dificuldades Logísticas Vividas por Afro-empendedoras: Estudo de Caso da empresa C.I. **Revista do Encontro de Gestão e Tecnologia**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. e321723, 2026.

DOBREVA, N.; IVONAV, S. Cultural entrepreneurship: a review of the literature. **Tourism & Management Studies**, v. 16, n. 4, p. 23-34, 2020.

DORNELLAS, J. **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios**. 8 ed. São Paulo: Empreende, 2021.

DOLZ, Joaquim; MONFERRER-PALMER, Aina; IDIAZABAL, Itziar. A noção de decolonialidade aplicada às línguas minorizadas na Europa: o caso do ensino do catalão no País Valencià. **Entretextos**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 77–105, 2025.

DUMAS, Alexandra Gouvêa; BRITTO, Clovis Carvalho. (org.). **Corpo Negro – Nadir da Mussuca Cenas e Cenários de uma mulher Quilombola**. São Cristóvão: editora UFS, 2016.

ELIAS, S. R. S. T. A., CHILES, T. H., DUNCAN, C. M., *et al.* "The Aesthetics of Entrepreneurship: How Arts Entrepreneurs and their Customers Co-create Aesthetic Value", **Organization Studies**, v. 39, n. 2–3, p. 345–372, 2018.

FARIAS, Ana Paula Silva. O Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica Representa um Novo Paradigma? **Revista Foco**. v. 11, n. 3, p. 35-52, 2018.

FAVARETO, A.; LOTTA, G. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios – para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2022.

FEITOSA, Flavia Regina Sobral *et al.* Panorama dos Quilombos Sergipanos: Condições de Vida e Vulnerabilidades. **Produção Acadêmica**, v. 7, n. 1, p. 90-116, 2021.

FEITOSA, Allan Rafael Veiga. Memórias da cidade: as ruínas da histórica Laranjeiras/SE. 2012. 230 f. **Dissertação (Mestrado em Sociologia)** - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2012.

FERNANDES, Saulo Luders; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; VALENCIA, Liliana Parra. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas. **Psicologia em estudo**, v. 25, p. e45031, 2020.

FERRARI, José Lazarino; COSTA, Alessandra de Sá Mello da. **Narrativas e Construção de Sentido em Organizações do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro, 2024. 371 p. Tese de Doutorado - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

FERRARI, José Lazarino; MONTEIRO, Paula Furtado Hartmann De Queiroz; DA COSTA, Alessandra de Sá Mello. Usos Narrativos do Passado: A História como Ingrediente na Gestão de Empresas de Alimentos em Petrópolis (RJ). **Revista Magistro**, v. 2, n. 24, 2021.

FERREIRA, Luis. Iluminando o lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**, v. 22, n. 1, p. 3, 2002.

FIGUEIRAS, Francisco Wagner Santana *et al.* Memória e história oral quilombola: Reconhecendo o patrimônio cultural imaterial. **Enancib**, v. 3, n. 1, 2023.

FILION, Louis Jacques; LIMA, Edmilson. As representações empreendedoras: importantes temas para avançar em seu estudo. **Revista de Negócios**, v. 15, n. 2, p. 32-52, 2010.

FLORES, Luiza Dias. A ocupação Kilombola: “receita de resistência” do Território de Mãe Preta (RS), **Rev. antropol.** v. 64 n. 3, p. e189655, 2021.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. In: **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. 1 ed., Cap. VIII. Penápolis: Unepe, 2018, p. 59-78.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades certificadas**. Gov. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/crqs-certificadas-03-06-2024.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Emendas parlamentares podem ampliar alcance de ações da Palmares**. Gov. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/emendas-parlamentares-podem-ampliar-alcance-de-aco-es-da-palmares>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Fundação Cultural Palmares: Editais Culturais**. Gov. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/aceso-a-informacao/editais-culturais>>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FURTADO, J. P. *et al.* A concepção de território na Saúde Mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 9, p. e00059116, 2016.

GANEM, M. L. F. DAVEL, E. P. B. A Sociomaterialidade do Empreendedorismo: Pesquisa Acadêmica na Lente Sociocultural. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**. Rio de Janeiro, n. 1, v. 13, 2025.

GANEM, Márcia Luíza Freitas. **Materialidade do empreendedorismo cultural: mentalidade, oportunidade e rede em comunidades tradicionais**. 250 f. 2025. Tese (Doutorado em administração). UFBA. 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/42585/1/Ma%cc%81rcia%20Luiza%20Freitas%20Ganem.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2025.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor. Relatório Executivo Empreendedorismo no Brasil 2024/2025. **Sebrae**, 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Laura Aparecida Santos; BOURLEGAT, Cleonice Alexandre Le. Empreendedorismo étnico e de autoemprego em um olhar para as comunidades de imigrantes. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, p. 317-330, 2020.

GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: **Vozes**, 2017.

GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 8, n. 17, p. 155–183, 2020.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, p.1-20, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 23, p. 35–51, 2015.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaços-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009, p. 95-120.

HALTER, Marylin. Cultura econômica do empreendimento étnico: caminhos da imigração ao empreendedorismo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, p. 116-123, 2007.

HARTLEY, J., WEN, W., LI, H. S. **Creative Economy and Culture: Challenges, Changes and Futures for the Creative Industries**. London, SAGE Publications Ltd, 2015.

HEBERER, T. Entrepreneurs and ethnic identity. In: HEBERER, T. (Ed.). **Doing business in rural China: Liangshan's new ethnic entrepreneurs**. Seattle: University of Washington Press, p. 186- 205, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Governo Federal: IBGE, 2024.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **História - Laranjeiras (SE)**. 2014. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1459>>. Acesso em: 31 maio 2025.

JIANG, Y. *et al.* The formation of a government-oriented creative community and its driving mechanisms: A case study of the 39 space art creative community in Foshan, China. **Sustainability**, v. 11, n. 3, p. 625, 2019.

JUDICE, V. M. M.; FURTADO, S. C. Gestão de empreendimentos criativos e culturais: estudo de uma organização de ensino e difusão de ritmos afro-brasileiros em São João Del-Rei (MG). **Organizações & Sociedade**, v. 21, p. 293-314, 2014.

JUNG, Hildegard Susana; RAMOS, Roberto Carlos. O ESTUDO DE CASO EM PESQUISA DE ABORDAGEM QUALITATIVA: possibilidade para a compreensão de fenômenos complexos. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.26, e 8278, 2024.

KATIMERTZOPOULOS, F.; VLADOS, C.; KOUTROUKIS, T. Business and Regional Innovation Culture: An Overview of the Conceptualization of Innovation Culture. **Administrative Sciences**, v. 13, n. 237, 2023.

KLEIN, S. B.; COLLA, P. E. B.; WALTER, S. A. O CASO DA ABORDAGEM DE ESTUDOS DE CASOS: ELEMENTOS, CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE YIN, STAKE E EISENHARDT. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 122–135, 2021. DOI: 10.23925/2178-0080.2021v23i1.49136. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/49136>. Acesso em: 28 ago. 2025.

KLOCHKO, E. *et al.* The mechanism of municipal public-private partnership as a driver of ethnic tourism development in the Krasnodar territory. **BIO Web of Conferences**, v. 82, p. 06016, 2024.

KROTT, I. I. The place of modernity: German entrepreneurship in western Siberia in the late 19th – early 20th centuries. **Journal of Frontier Studies**, n. 4, 2021.

KUHLKE, O.; SCHRAMME, A.; KOOYMAN, R. **Creating Cultural Capital: Cultural Entrepreneurship in Theory, Pedagogy and practice**. Eburon Uitgeverij BV, 2015.

LEYTE, S. **Mussuca: tradição e resistência em comunidade quilombola**. Lugares de memória, 2023. Disponível em: <<https://lugaresdememoria.com.br/mussuca-tradicao-e-resistencia-em-comunidade-quilombola/>>. Acesso em: 21 abril 2025.

LI, X. *et al.* From Cultural Tourism to Social Entrepreneurship: Role of Social Value Creation for Environmental Sustainability. **Front Psychol**, n. 13:925768, jul. 2022.

LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de; IRVING, Marta de Azevedo; OLIVEIRA, Elizabeth. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. e-2094, 2022.

LIMA, Thaies Abreu da Costa; GAMA, Herlander Afonso Costa Alegre; BERNARDO, Ronaldo. Contribuições do empreendedorismo cultural para o desenvolvimento regional. **Interações (Campo Grande)**, v. 25, n. 2, p. e2523911, 2024.

LOUNSBURY, Michael *et al.* Culture, innovation and entrepreneurship. **Innovation**, Londres, v. 21, n. 1, p. 1-12, 2018.

LUCINI, M.; SANTOS, A. T. Ensino de história e pensamento decolonial em processos de identificação quilombola. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 45, p. 36-52, set./dez. 2018.

MACÊDO, Ermínia Medeiros *et al.* Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de uma comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e4939119827-e4939119827, 2020.

MACHADO, Hilka Pelizza Vier. **Empreendedorismo, oportunidades e cultura: seleção de casos no contexto brasileiro**. Paraná: Eduem, 2013.

MACHADO, Diego Willian Nascimento *et al.* Colonialidade, resistência e territorialidades quilombolas. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 10, p. e19491-e19491, 2025.

MALDONADO-ERAZO, C. P. *et al.* Strengthening of Community Tourism Enterprises as a Means of Sustainable Development in Rural Areas: A Case Study of Community Tourism Development in Chimborazo. **Sustainability**, v. 14, p. 4314, 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de coleta e análise de dados**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARINS, S. R.; DAVEL, E. P. B. Empreendedorismo Cultural e Artístico: veredas da pesquisa acadêmica. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, out./dez. 2020.

MARQUES, Marcelo de Souza. As Paneleiras de Goiabeiras Velha: Uma análise discursiva do processo de construção do Território da Tradição. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 8, n. 18, 2019.

MARQUES, Y. B. *et al.* Mapa das Culturas do IFNMG: identificação de ações de empreendedorismo cultural. **Revista Multifaces**, Montes Claros, v. 3, n. 1, p. 12–27, jul. 2021.

MARTINS, Mateus Pires; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Território, territorialização e territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da(s) dinâmica(s) das cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 314-325, mai-ago/2021.

MASCARENHAS, Ana Débora Costa do Nascimento; SANTOS, Arlete Ramos dos; MASCARENHAS, Paulo Sérgio Monteiro. Educação quilombola: saberes ancestrais e identidade cultural. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 21, 2024.

MATOS, Mariana; RIBEIRO, José Carlos. Matrizes de Referências para Observações Não Participantes e para Registros de Diários de Campos em Processos Interacionais de Apresentação de Si na Plataforma Digital Instagram: Uma Proposta Metodológica. **New Trends in Qualitative Research**, v. 14, p. e572-e572, 2022.

MAZUCATO, Thiago. O projeto de Pesquisa. In: **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. 1 ed., Cap. VI. Penápolis: Funepe, 2018, p. 59-78.

MEC – Ministério da Educação. **Educação Quilombola – Apresentação**. 2025. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola/-apresentacao>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MEDEIROS, P. V. V.; SILVA, M da. Políticas públicas e território: interlace com o estado por meio da geografia política. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 5, p. e2229-e2229, 2025.

MENDES, Mauricio Teixeira. Narrativas de evolução: uma análise da tecnobiografia de uma professora de inglês. **Texto Livre**, Belo Horizonte-MG, v. 14, n. 1, p. e26711, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. Editora Contexto, 2025.

MENEZES, Wanderlei de Oliveira. Do Gado à Cana: a cultura açucareira na capitania de Sergipe d'El Rei (século XVIII). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, [S. l.], v. 2, n. 45, p. 195–208, 2023.

MELLO, Janaina Cardoso de. A Arqueologia Histórica em Laranjeiras (SE-Brasil): uma proposta de salvaguarda da cultura material portuguesa nas ruínas da cidade. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v. 11, 2011.

MELLO, Janaina Cardoso de; BARROSO, Cristina Valença. As ruínas de Laranjeiras (SE): arqueologia histórica e educação patrimonial em foco. **Dialogia**, São Paulo, n. 14, p. 163-178, 2012.

MELO, André Carneiro. **Biodiversidade: narrativas, diálogos e entrelaçamento de saberes da comunidade/escola em um território quilombola do Semiárido Baiano**. 2019.

MONKEN, Maurício. Território e saúde: apontamentos conceituais para a proposta de territórios sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate**, v. 48, p. e8721, 2024.

MICHETTI, M.; BURGOS, F. Fazedores de cultura ou empreendedores culturais? Precariedade e desigualdade nas ações públicas de estímulo à cultura. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 582-604, jun./dez. 2016.

MILÁN-GARCÍA, J. *et al.* Sustainable local development: An overview of the state of knowledge. **Resources**, v. 8, n. 1, p. 31, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed., Cap. I. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 9-29.

MIRANDA, Fernando Goncalves. **Memória das árvores: um estudo etnoarqueológico na Mussuca (Laranjeiras/SE)**. 2018.

MORAES, E. A. de; ROSA, A. B. de M.; MENDONÇA, T. C. de M.; ANDRADE, T. de L. Turismo de Base Comunitária e Reforma Agrária: aproximações e experiências em Assentamentos Rurais no Brasil. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. e15209, 2025.

MORAES, E. A. *et al.* Turismo de Base Comunitária e Reforma Agrária: aproximações e experiências em Assentamentos Rurais no Brasil. **Revista Terceiro Incluído**, v. 15, n. 2, p. e15209-e15209, 2025.

MORAIS, Andreia Cíntia Rodrigues Tavernard; DE OLIVEIRA LACERDA, Carlos César. Economia criativa, cultura e artesanato: um estudo na feirinha artesanal da Praia de Iracema em Fortaleza-CE. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 6, n. 17, p. 77-97, 2021.

MOSQUERA-GUERRERO, A. *et al.* Project design and development in indigenous communities: a literature review. **Gestão & Produção**, v. 30, e6022, 2022.

MOUTINHO, Karina; CONTI, Luciane De. Análise narrativa, construção de sentidos e identidade. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 32, n. 2, p. e322213, 2016.

MUÑOZ, P.; COHEN, B. The Making of the Urban Entrepreneur. **California Management Review**, v. 59, n. 1, p. 79-91, 2016.

NASCIMENTO, Monique *et al.* A servidão voluntária e o discurso de empreendedorismo cultural: aproximações (tristes, mas) possíveis. **Revista Grifos**, v. 28, n. 46, p. 136-159, 2019.

NECK, H. M.; NECK, C. P.; MURRAY, E. L. Entrepreneurship: the practice and mindset. Thousand Oaks: **Sage Publications**, 2018.

NEVES, J. N. R.; DAVEL, E. P. B. A Territorialidade do Empreendedorismo: Perspectivas e Desafios para o Empreendedorismo Cultural. **Gestão e Regionalidade**, São Caetano do Sul/SP, v. 37, n. 112, p. 269–284. 2021.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NEVES, Joyce Neri dos Reis. **Empreendedorismo cultural e territorial: o caso do Ilê Aiyê na Bahia**. 2021. Dissertação (Mestrado em administração). UFBA. 150 f. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35710>> Acesso em: 05 ago. 2025.

NEVES, Joyce Neri Dos Reis; DAVEL, Eduardo. A territorialidade do empreendedorismo cultural: a experiência identitária da organização ilê aiyê. **Revista Economia & Gestão**, v. 22, n. 62, 2022.

NUNES, Larissa Soares *et al.* A análise da narrativa como instrumento para pesquisas qualitativas. **Revista Ciências Exatas**, v. 23, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, F. S. *et al.* Gestão e empreendedorismo rural na agricultura familiar: narrativas de agricultores em unidades produtivas no Território Sertão do São Francisco - BA. **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v.11, n.1, p. 157-167, 2023.

OLIVEIRA, O. M. de; ALVES, P. A. Quilombo, território e patrimônio cultural: a visão de duas lideranças. **Revista Farol**, v. 17, n. 24, p. 94–107, 2021.

OLIVEIRA, Silvaney; GUIMARÃES, Orlinay Maciel; FERREIRA, Jacques De Lima; As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, v. 24, n. 55, p. 210-236, 2023.

OLIVEIRA, Cheiene Bastista *et al.* Diagnóstico para o desenvolvimento da gestão do turismo de base comunitária em Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brasil. **ENTRE-LUGAR**, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 163–191, 2026.

ORAZEM, Roberta Bacellar. O patrimônio histórico e artístico de Laranjeiras Sergipe. **Anais do IV**, 2008.

PAULO, Karoline Padilha de; SILVA, Éder Donizeti da. A cor patrimonial urbana: identificação e mapeamento das superfícies arquiteturais históricas da Rua Direita de Laranjeiras (SE/BR). **Revista Fórum Patrimônio**, 2023.

PACHECO, Adriano Pereira De Castro; BENINI, Elcio Gustavo. Contribuições para a economia criativa de base territorial: um quadro analítico multidimensional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 20, n. 3, 2024.

PEREIRA, Alesandro Muniz., SILVA, Bruna Fernanda da., AGOSTINETTO, Lenita. Importância sócioeconômica das pequenas propriedades rurais produtoras de maçã para o desenvolvimento regional sustentável de URUPEMA-SC. **Revista Observatório de la Economía Latinoamericana**, ago. 2018.

PERIS-ORTIZ, M.; GOMEZ, J. A.; LÓPEZ-SIEBEN, M. Cultural and Creative Industries: An Overview. **Innovation, Technology and Knowledge Management**, p. 1–13, 2019.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v.27, n.53, p.11-23, jun. 2007.

PREFEITURA DE LARANJEIRAS. **Laranjeiras celebra primeiro dia do 50º Encontro**

Cultural. 2025. Disponível em: <<https://laranjeiras.se.gov.br/noticia/laranjeiras-celebra-primeiro-dia-do-50-encontro-cultural/283>>. Acesso em: 30 maio 2025.

_____. **História do Município**. 2025. Disponível em: <<https://laranjeiras.se.gov.br/historia-do-municipio>>. Acesso em 20 abril 2026.

PUJOL, A. Subjetividad y territorio en emprendedores de primera generación. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 339-360, jan. 2017.

QUEIROZ, Pedro Thomé; SOUSA, Gabriela Vilela de. Patrimônio-territorial: a construção do conceito decolonial e o caso de um território do habitar. **PatryTer**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 01–22, 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, J. M. D.; ZILLE, L. P. Empreendedorismo cultural e economia criativa: a companhia de teatro “grupo galpão”. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**. v. 9, n. 2, p. 97-122. 2020.

RIBEIRO, Carine Fontes; FONSECA, Janete Rosa da. Território: Espaço de Educação e Cultura na Vida da Criança Indígena. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v.1, n. 17, p. 62-76, 2025.

RIVERA, A. P. T.; ENRÍQUEZ, R. O.; RIVERA, M. C. A. El Emprendimiento Cultural y su relación con los nuevos escenarios económicos y sociales. **Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas**, Universidad de Nariño, v. XXII, n. 2, p. 220–245, 2022.

SANTANDER. **Empreendedorismo no Brasil: cenário atual e o que esperar para os próximos anos**. 2022. Disponível em: <https://santandernegocioseempresas.com.br/conhecimento/empreendedorismo/empreendedorismo-no-brasil/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018.

SANTOS, I.; MAIA, L. **O corpo território e as transformações no quilombo Muçuca**. Agência Eco Nordeste, 2022. Disponível em: <<https://agenciaeconordeste.com.br/povos-tradicionais/o-corpo-territorio-e-as-transformacoes-no-quilombo-mucuca/>>. Acesso em: 21 abril 2025.

SANTOS, José Augusto Menezes dos. **A luta do povo quilombola, Mussuca: organização política e resistência em Sergipe**. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, Wolney Nascimento. **Corpo negro : território, memória e cinema**. 147 f. 2018. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cinema e Narrativas Sociais). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. A economia de Sergipe entre 1800 e 1874: composição da riqueza e suas variações regionais. **História Econômica & História de Empresas**, [S. l.], v. 28, n. 4, 2025.

SANTOS, Vanessa Regina dos. Performance e contradição social na festa dos Lambe Sujos e Caboclinhos em Laranjeiras/SE. 2016. 109 f. **Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia)** - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

SANTOS, Danielle Fernandes Amaro dos; CASTAMAN, Ana Sara. Metodologias ativas: uma breve apresentação conceitual e de seus métodos. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 334-357, jan./abr. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**/ Marcos Aurélio Saquet – 3.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. Notas sobre vivências, tensões e disputas em diferenças e territorialidades urbanas. In: **Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. UFSC, 2024.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOARES, Ari de Souza. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, p. 97-126, 2014.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; ENOQUE, Alessandro Gomes. Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário. Ituiutaba: **Barlavento**, 2019.

SARASVATHY, S., *et al.* Designing Organizations that Design Environments: Lessons from Entrepreneurial Expertise. **Organization Studies**, v. 29 n. 3, p. 331-350, 2008.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research methods for business students**. 5 ed. London: Pearson Education Limited, 2009.

SCHIRAY, D. M.; CARVALHO, C. C.; AFONSO, R. Creative economy as a social technology approach: A case study in favela da Mangueira, Rio de Janeiro, Brazil. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, v. 30, n. 4, p. 508 – 528, 2017

SEBRAE. **Os 13 tipos de empreendedorismo**. 2024. Disponível em: <<https://digital.sebraers.com.br/blog/empreendedorismo/os-13-tipos-de-empreendedorismo/>> Acesso em: 20 jun. 2025.

SERRA-CANTALLOPS, A.; RAMÓN-CARDONA, J.; VACHIANO, M. Increasing Sustainability through Wine Tourism in Mass Tourism Destinations. The Case of the Balearic Islands. **Sustainability**, v. 13, p. 2481, 2021.

SILVA, Clara Luisa Oliveira; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Cidades criativas e a (re) invenção do discurso sobre o espaço urbano. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Minas Gerais, 2016.

SILVA, K. V. M., *et al.* Empreendedorismo cultural e território: uma revisão sistemática integrativa. In: **35º ENANGRAD – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)**, 2024.

SILVA, Roseane Amorim; MENEZES, Jaileila De Araújo. Observação participante, oficinas e entrevistas semiestruturadas: pesquisa participativa com jovens do interior de Pernambuco. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 11, n. 28, p. 688-709, 2023.

SILVA, Guilherme Oliveira; DA SILVA, Liana Amin Lima. A luta decolonial da Comunidade Quilombola de Picadinha pela titulação definitiva da terra. **Revista Videre**, v. 15, n. 33, p. 73-101, 2023.

SMITH, Brett; SPARKES, Andrew C. Narrative analysis and sport and exercise psychology: Understanding lives in diverse ways. **Psychology of sport and exercise**, v. 10, n. 2, p. 279-288, 2009.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

STANOJEV, J.; GUSTAFSSON, C. Smart Specialisation Strategies for Elevating Integration of Cultural Heritage into Circular Economy. **Sustainability**, v. 13, p. 3685, mar. 2021.

STIHL, L. Local culture and change agency in old industrial places: spinning forward and digging deeper. **European Planning Studies**, v. 32, n. 3, p. 586-606, 2024.

SVARC, J.; LAZNJAK, J.; DABIC, M. Regional innovation culture in innovation laggard: A case of Croatia. **Technology in Society**, v. 58, n. 101123, 2019.

TEODORO, E. C. S.; NEVES, R. F. C.; MARCUSO, M. F. **Introdução ao empreendedorismo e à modelagem de negócios**. 1 Ed., Poços de Caldas: IFSULDEMINAS, 2021.

TREVIÑO, Leonel Corona. Culture and University Entrepreneurship. **Journal of Evolutionary Studies in Business**, v. 5, n. 1, p. 265-83, 2020.

TYLOR, Edward Burnett. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 11-45, 2005.

UNIT - UNIVERSIDADE TIRADENTES. **O samba de Dona Nadir: da Mussuca para o mundo**. Secult/SE, Aláfia Cultural e F5 News, 2024. Disponível em: <[https://portal.unit.br/blog/noticias/o-samba-de-dona-nadir-da-mussuca-para-o-mundo/#:~:text=Trabalhos%20lan%C3%A7ados,%20e%20Pernambuco%20\(UFPE\).&text=Your%20browser%20can't%20play%20this%20video.&text=An%20error%20occurred, is%20disabled%20in%20your%20browser](https://portal.unit.br/blog/noticias/o-samba-de-dona-nadir-da-mussuca-para-o-mundo/#:~:text=Trabalhos%20lan%C3%A7ados,%20e%20Pernambuco%20(UFPE).&text=Your%20browser%20can't%20play%20this%20video.&text=An%20error%20occurred, is%20disabled%20in%20your%20browser)>. Acesso em: 30 jan. 2025.

VELÁZQUEZ-SALAZAR, M.; SCALZO, G.; SHANKS, C. B. Colored Heirloom Corn as a Public Good: The Case of Tlaxcala, Mexico. **Sustainability**, v. 13, p. 1507, fev. 2021.

WEBER, Josiane; MORGAN, Andressa; WINCK, César Augustus. Empreendedorismo Rural Sustentável no contexto do Oeste Catarinense: Um estudo de caso no município de Guatambu. **Anais do IX Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas–EGEPE**, 2016.

WEITZMAN, Rodica; GODOI, Emília Pietrafesa de; LOVO, Arianne Rayis. Modos de cuidar e se movimentar: experiências etnográficas entre indígenas, quilombolas e agricultoras familiares. **Revista de Antropologia**, v. 67, p. e205162, 2024.

WHITAKER, A. Economies of scope in artists' incubator projects. **Journal of Cultural Economics**, v. 45, n. 4, p. 613–631, 2021.

WU, J.; SI, S.; LIU, Z. Entrepreneurship in Asia: Entrepreneurship knowledge when east meets west. **Asian Business & Management**, v. 21, n. 3, p. 317-342, 2022.

YUNIKAWATI, Nur Anita; PRIAMBODO, Magistyo Purboyo; SIDI, Fatima. Cultural Events: Local Sustainable Tourism Development and Entrepreneurship. In: **Web of Conferences E3S**. EDP Sciences, 2022. pg. 03017.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- **Perspectiva histórica, social, política e econômica de Laranjeiras e da comunidade quilombola Mussuca**

- 1) De que forma o período colonial e a herança da escravidão influenciou a organização social no território da Mussuca?
- 2) Quais experiências vividas na comunidade você considera importante?
- 3) De que maneira a memória coletiva é preservada e transmitida entre as gerações na comunidade?
- 4) Quais as tradições que a comunidade possui?
- 5) Como a cultura, a religiosidade e as tradições ajudam a fortalecer a identidade social da comunidade?
- 6) De que maneira as mulheres e os jovens da Mussuca contribuem para a preservação das tradições culturais e sociais da comunidade?
- 7) Qual a importância do sentimento de pertencimento ao território enquanto comunidade quilombola?
- 8) Quais são os principais obstáculos políticos à garantia dos direitos do território da comunidade quilombola?
- 9) O que representa o Vale do Cotinguiba para a comunidade?
- 10) De que forma o território contribui para o crescimento econômico sustentável da comunidade?

- **Atividades empreendedoras e o empreendedorismo cultural**

- 11) Quais os trabalhos que você realiza na comunidade?
- 12) Para você, o que é empreender ou criar um negócio na comunidade?
- 13) Quais as atividades empreendedoras que são desenvolvidas na comunidade?
- 14) Como a vivência na comunidade ajuda as pessoas a empreenderem?

- **Perspectivas e desafios de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais**

15) Quais são as principais dificuldades que a comunidade enfrenta para empreender?

16) Quais as melhorias seriam necessárias na comunidade para impulsionar os negócios culturais?

17) Quais as perspectivas a manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais da comunidade?

ANEXO A – APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA NO CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA¹

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA	
Título da Pesquisa: Empreendedorismo Cultural e a comunidade quilombola: um estudo no território Mussuca em Sergipe Pesquisador Responsável: KACIA VIEIRA MARTINS SILVA Área Temática: Versão: 2 CAAE: 93843525.0.0000.0383 Submetido em: 04/03/2026 Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Administração Situação da Versão do Projeto: Aprovado Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável Patrocinador Principal: Financiamento Próprio	
Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_2693431	

Você está em: Público > Confirmar Aprovação pelo CAAE ou Parecer

CONFIRMAR APROVAÇÃO PELO CAAE OU PARECER	
Informe o número do CAAE ou do Parecer:	
Número do CAAE: 	Número do Parecer: 8390479 Pesquisar
Esta consulta retorna somente pareceres aprovados. Caso não apresente nenhum resultado, o número do parecer informado não é válido ou não corresponde a um parecer aprovado.	
DETALHAMENTO	
Título do Projeto de Pesquisa: Empreendedorismo Cultural e a comunidade quilombola: um estudo no território Mussuca	
Número do CAAE: 93843525.0.0000.0383	Número do Parecer: 8390479
Quem Assinou o Parecer: ELAINE MARIA SANTOS	Pesquisador Responsável: KACIA VIEIRA MARTINS SILVA
Data Início do Cronograma: 04/03/2026	Data Fim do Cronograma: 31/08/2026
Contato Público: KACIA VIEIRA MARTINS SILVA	
Voltar	

¹ A aprovação do Projeto de Pesquisa pode ser consultada com o **número do CAAE:** 93843525.0.0000.0383 ou com o **número do parecer:** 8.390.479 no site: [Plataforma Brasil](https://plataforma-brasil.org.br/).

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: “EMPREENDEDORISMO CULTURAL E A COMUNIDADE QUILOMBOLA: UM ESTUDO NO TERRITÓRIO MUSSUCA EM SERGIPE”

Pesquisador Responsável: Kácia Vieira Martins Silva

Local onde será realizada a pesquisa: Comunidade quilombola Mussuca em Laranjeiras/SE

Você está sendo convidado (a) a participar voluntariamente desta pesquisa por ter o perfil ideal para este projeto, que envolve analisar como as atividades empreendedoras no território da comunidade Mussuca se alinham ao empreendedorismo cultural.

Sua contribuição é muito importante, mas não deve participar contra a sua vontade.

Esta pesquisa será realizada porque avançará nos estudos do Empreendedorismo Cultural na relação com o território no contexto do quilombo. Além disso, propõe novos desafios ao conceber uma construção de vivência social relacionada aos estudos da Administração, e do empreendedorismo cultural em particular.

Os objetivos dessa pesquisa são: (1) Contextualizar a perspectiva histórica, social, política e econômica de Laranjeiras e da comunidade quilombola Mussuca (2) Descrever as atividades empreendedoras existentes na comunidade quilombola, na perspectiva do empreendedorismo cultural; (3) Compreender as perspectivas e desafios de manutenção e fortalecimento dos empreendimentos culturais da comunidade quilombola.

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa.

A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma. Caso você já esteja em tratamento e não queira participar, você não será penalizado por isso.

Todos os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade do/a pesquisador (a), por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 28, Inciso IV).

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Kácia Vieira Martins Silva, no telefone (79) 3194-6354, celular (79) 99962-2859, Endereço Institucional: Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Avenida Marcelo Deda Chagas, s/n, Bairro: Rosa Elze - São Cristóvão/SE CEP: 49.107-230, Prédio do Centro de Sociais Aplicadas 02 (CCSA 2), 1º andar, sala 37 – PROPADM ou no e-mail: kaciaviera@gmail.com.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa das Áreas de Humanidades (CEP Humanidades) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Avenida Marcelo Deda Chagas, s/n, Bairro: Rosa Elze - São Cristóvão/SE CEP: 49.107-230. Contato por e-mail: cepchs@academico.ufs.br .Telefone: (79) 3194-7057 e horários para contato – Segunda a Sexta-feira das 08h às 12h.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, o pesquisador responsável e/ou equipe de pesquisa, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu, o pesquisador responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

- ✓ **DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA:** sua participação consistirá em uma entrevista semiestruturada, em um horário livre de sua escolha. A entrevista semiestruturada (com registro apenas de áudio) será realizada de forma presencial na comunidade quilombola Mussuca em Laranjeiras/SE. Em um local que for mais acessível para você. A entrevista será gravada sob sua autorização, para que posteriormente seja transcrita e realizada a análise dos dados. A duração pode variar entre 30 minutos e 60 minutos.

✓ **RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** Levando em conta a intenção da pesquisa, espera-se como um risco um possível desconforto emocional ou cansaço, pois os participantes podem se sentir desconfortáveis ao discutir suas experiências e reflexões sobre o empreendedorismo cultural na comunidade quilombola, mas que poderá ser amenizado a partir da escuta pelo pesquisador sobre o que pode ter causado tal desconforto e junto ao participante propor uma solução para esse fato, se vier acontecer. Para mitigar o desconforto emocional em pesquisas, o pesquisador deve criar um ambiente seguro, comunicar-se claramente e monitorar ativamente o bem-estar dos participantes. É crucial oferecer pausas, validar sentimentos e discutir desconfortos, além de informar sobre recursos de apoio e garantir que o pesquisador seja capacitado para lidar com situações delicadas. Essas medidas minimizam riscos e garantem um manejo ético.

✓ **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** Esta pesquisa proporcionará *insights* valiosos sobre o empreendedorismo cultural e a comunidade quilombola, contribuindo para o avanço no campo de estudos do Empreendedorismo Cultural na relação com o território no contexto do quilombo. Além disso os resultados desta pesquisa podem impactar positivamente na construção de vivência social relacionada aos estudos da Administração, e do empreendedorismo cultural em particular.

✓ **PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação dos participantes da pesquisa de forma que serão garantidas a privacidade e a confidencialidade.

✓ **ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:** como participante desta pesquisa, você tem o direito de solicitar acesso aos resultados a qualquer momento.

✓ **CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** você não terá custos para participar desta pesquisa; se você tiver gastos com exames, transporte e alimentação, inclusive de seu acompanhante (se necessário), eles serão reembolsados pelo pesquisador. A pesquisa também não envolve compensações financeiras, ou seja, você não poderá receber pagamento para participar.

✓ **DANOS E INDENIZAÇÕES:** Se lhe ocorrer qualquer problema ou dano pessoal durante a pesquisa, lhe será garantido o direito à assistência médica imediata, integral e gratuita, às custas do pesquisador responsável, com possibilidade de indenização caso o dano for decorrente da pesquisa (através de vias judiciais Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954).

✓ **AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E/OU VOZ:** De acordo com a Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 3º, Inciso VII, é necessário obter a autorização para o uso de imagem e/ou voz do participante no registro do consentimento livre e esclarecido. O objetivo da gravação será para auxiliar nas transcrições da entrevista, sendo de inteira responsabilidade do pesquisador manter esses registros em sigilo.

() Sim, autorizo a gravação e/ou divulgação da minha imagem e/ou voz.

() Não autorizo a gravação e/ou divulgação da minha imagem e/ou voz.

() Autorizo gravação, mas não a divulgação da minha imagem e/ou voz.

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome _____ do _____ (a)
participante: _____

Assinatura: _____

Local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador Responsável: Kácia Vieira Martins Silva

Assinatura: _____

Local/data: _____